

ÍNDICE GERAL

NOTA INTRODUTÓRIA	5
SINAIS CONVENCIONAIS	6
1 ORÇAMENTO.....	7
2 MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO.....	25
3 MISSÕES MILITARES DE CARÁCTER INTERNACIONAL	41
4 RECURSOS HUMANOS.....	61
5 INFRA-ESTRUTURAS.....	97
6 ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS DE DEFESA.....	125
7 SISTEMA DE FORÇAS	145
8 APOIO SOCIAL.....	169
9 ACTIVIDADE INSPECTIVA.....	175
SIGLAS	181
ÍNDICE	193

NOTA INTRODUTÓRIA

O Anuário Estatístico da Defesa Nacional constitui uma publicação especializada em dados de Defesa, cuja recolha é efectuada pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas, Ramos das Forças Armadas, Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional, Inspeção-Geral da Defesa Nacional, Instituto de Acção Social das Forças Armadas e Polícia Judiciária Militar.

A informação estatística da presente edição é reportada ao ano de 2003, embora em áreas específicas como o orçamento, recursos humanos, imobiliário, equipamentos de defesa e actividade inspectiva, sejam apresentados dados de anos anteriores, através dos quais é possível avaliar a respectiva evolução no passado recente.

A edição que agora se publica apresenta, face à precedente, um conjunto de alterações de entre as quais se destacam: o capítulo sobre *Armamento e Equipamentos de Defesa* (Cap. 6) vê alargado o seu âmbito, passando a incluir dados sobre Qualidade, Normalização e Catalogação, aspectos que nunca é de mais salientar quando se trata de bens militares; na sequência da evolução entretanto verificada no regime de subsídios concedidos pelo Instituto de Acção Social das Forças Armadas, alguns quadros do Capítulo 8 foram objecto de pequenos ajustamentos, por forma a reflectirem a nova realidade no tocante ao apoio social; por último, o capítulo dedicado à *Actividade Inspectiva* (Cap. 9) é o que regista uma mudança mais significativa, já que, para além de alguns conceitos básicos indispensáveis à interpretação da informação apresentada, passa também a incluir dados retrospectivos, bem como alguns gráficos que se espera ajudem a compreender melhor a actividade desenvolvida pela Inspeção-Geral da Defesa Nacional.

A par destas alterações, que representam um alargamento do conteúdo da publicação, foram também introduzidos um conjunto de alguns ajustamentos e aperfeiçoamentos visando a simplificação e melhoria da informação apresentada.

De referir igualmente que a presente edição, à semelhança do que já sucedeu com as três últimas, também se encontra disponível no sítio da *Internet* do Ministério da Defesa Nacional (<http://www.mdn.gov.pt>), o que, além de conferir maior visibilidade à publicação, se traduz num alargamento dos meios de acesso.

Salienta-se novamente que o trabalho apresentado se fica a dever a diversas entidades, organismos e pessoas, aos quais se agradece o seu precioso contributo. Aos utilizadores solicitam-se críticas e sugestões que contribuam para tornar a publicação um produto mais útil e de melhor qualidade.

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Dado confidencial
-	Resultado nulo
X	Dado não disponível
“	Estimativa
*	Dado rectificado
0	Dado inferior a metade da unidade utilizada
	Dado incompleto

Nota: *Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.*

NOTA EXPLICATIVA

As estatísticas do Orçamento inscritas neste capítulo têm como suporte de informação preferencial a Conta Geral do Estado (CGE).

É de referir que:

- *a nível global, foi utilizada a informação publicada através do Orçamento do Estado (OE) para os referidos anos;*
- *a nível específico da Defesa Nacional, foram utilizados os dados disponíveis na Secretaria-Geral do MDN (SG/MDN), tendo os mesmos sido directamente fornecidos pelas entidades envolvidas.*

Nesta base, a informação relativa a 2003 deverá ser considerada como provisória, sendo corrigida, posteriormente, após publicação da CGE respectiva.

Para concretizar a transformação dos valores nominais (preços correntes) em valores reais (preços constantes) optou-se pela utilização do índice de preços implícito no produto interno bruto (PIB) como deflacionador, considerando o ano de referência 1997.

A informação macroeconómica, nomeadamente os dados sobre PIB, população e índice de preços implícito no PIB, foram recolhidos junto do Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP), do Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Instituto Nacional de Estatística.

Saliente-se, a propósito, que os indicadores macroeconómicos surgem alterados (desde 1997), por comparação com as edições anteriores, em virtude dos mesmos terem sido rectificadas pelo DPP, conforme comunicação recente.

Também a população apresenta algumas rectificações relativamente aos anos anteriores, na sequência do Censos 2001.

Importa referir que os valores apurados neste capítulo, até ao ano 2002, não incluem os montantes referentes a “Contas de ordem” e “Despesas com compensação em receita” (DCCR).

A partir de 2003, a estrutura dos mapas do Orçamento do Estado surge alterada com a entrada em vigor da nova Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto), pelo que os montantes referentes ao OE são respeitantes aos serviços integrados, aí se incluindo as DCCR; foram, no entanto, retiradas as verbas relativas a activos financeiros e a passivos financeiros por se tratar de operações financeiras, tal como caracterizado no DL n.º 26/2002, de 14/2.

Por último, convém explicitar como foram trabalhados os dados referentes às despesas da Defesa, por natureza. Assim, e de acordo com o classificador das despesas públicas, distinguiram-se três principais agrupamentos de despesa:

- *Pessoal, que se identifica com o grupo “Despesas com o pessoal”;*
- *Operação e manutenção, que se identifica com os grupos “Aquisição de bens e serviços correntes”, “Transferências correntes” e “Outras despesas correntes”;*

- *Despesas de capital, que se identifica com o grupo com a mesma designação do citado classificador.*

Importa alertar para o facto de que os montantes despendidos com a alimentação e o fardamento do efectivo militar, de acordo com o actual classificador das despesas públicas (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, e aplicável a partir de 2003), assim como no classificador anterior, em vigor desde 1989, serem incorporados no agrupamento “Aquisição de bens e serviços correntes”, pelo que, neste estudo, procedeu-se à sua inclusão no grupo “Operação e manutenção”. Contudo, no âmbito das Forças Armadas, as citadas despesas, que atingem montantes significativos, deveriam, pela sua natureza, ser efectivamente entendidas como despesas com o pessoal.

De acordo com o novo classificador aprovado pelo DL n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, a rubrica “07.01.14 – Investimentos militares” compreende não só as construções e as obras de engenharia que as administrações militares realizam, como por exemplo os quartéis, os campos de tiro, os aeródromos, as estradas e as pontes militares, mas também as grandes reparações a efectuar naquelas estruturas e ainda o armamento e os equipamentos principais utilizados pelas Forças Armadas. Até 2002, este tipo de encargos estava incluído no agrupamento “Aquisição de bens e serviços correntes”, através das rubricas “Construções militares” e “Material militar”.

É dado tratamento autónomo à componente PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central), pela sua especificidade, bem como às LPM (Leis de Programação Militar), por serem, no seu conjunto, os principais pólos do investimento efectuado no âmbito do Ministério da Defesa Nacional, no período em análise.

Convém referir que em relação às LPM os valores apurados não são coincidentes com os publicados na Conta Geral do Estado, uma vez que nesta os valores não correspondem ao executado, mas sim aos saques efectuados; desta forma, os valores correspondem ao apuramento efectuado na SG/MDN.

Integradas no esforço de Defesa e Segurança Nacionais, as Forças Armadas precisam de se reequipar e actualizar para fazerem face aos actuais riscos de ameaça à paz e à soberania, ameaças múltiplas e complexas aos Estados e aos povos.

A Lei de Programação Militar (LPM) incorpora e desenvolve a aplicação de programas de investimento público de médio e longo prazo relativos a forças, equipamento, armamento e infra-estruturas para aquisição e modernização de material naval, aéreo e terrestre, imprescindível para a verdadeira capacidade operacional militar.

A LPM prevê o recurso a contratos de locação financeira, de modo a permitir a dilatação no tempo da satisfação do encargo financeiro dos programas e define os montantes máximos de encargos com contratos de locação operacional, anualmente até 2020 e para anos seguintes até 2026 para alguns programas de maior peso financeiro.

A LPM contempla três sexénios, em correspondência com o Planeamento Estratégico de Armamento e Equipamentos de Defesa de Longo Prazo (18 anos), e é ordinariamente revista nos anos pares. Nas revisões da LPM pode-se, caso os objectivos de força nacionais o aconselhem, proceder ao cancelamento

e alteração de programas inscritos, afectar os respectivos saldos a outros programas, bem como inscrever novos programas. Está instituído o mecanismo da transição dos saldos verificados nos programas.

A LPM que vigorou em 2003 foi a Lei Orgânica n.º 1/2003, de 13 de Maio, que reviu a Lei Orgânica n.º 5/2001, de 14 de Novembro. A nova lei determinou um montante de investimento para 2003 exactamente igual ao constante na lei revista, embora com diferente afectação aos diferentes programas das Forças Armadas. Foram criados programas novos e revistos os objectivos a alcançar nos restantes, diferindo no tempo o início de alguns deles. Foi este o caso das aquisições do navio polivalente logístico, submarinos e substituição das aeronaves C-130H.

A actual LPM tem inscritos 5.340 milhões de euros em 24 anos (2003-2026), prevendo que o financiamento com recurso a contratos de locação atinja 52%.

Em termos globais, nos anos em análise, poder-se-á dizer que os recursos utilizados pela Defesa têm vindo a aumentar progressivamente (excepção para 1998), a preços correntes. No entanto, se nos debruçarmos sobre os mapas relativos a preços constantes, verifica-se que tem existido uma oscilação, ora progredindo ora regredindo, consoante os anos em apreço. O valor da execução da LPM, assim como as missões internacionais, têm vindo a influenciar os dados apresentados. No que concerne a 1998, refira-se que o valor executado é resultante da entrada em vigor da LPM apenas a partir de Agosto, apresentando os anos subsequentes um valor mais elevado (com excepção para 2002) .

A manutenção da aplicação do *Regulamento de incentivos à prestação de serviço militar nos regimes de contrato e de voluntariado* (Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro), a que se refere a nova Lei do Serviço Militar (Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro), e o novo sistema retributivo de alguns postos da classe de sargentos (Decreto-Lei n.º 207/2002, de 17 de Outubro), também com implicações no sistema retributivo das praças, são a justificação do acréscimo de despesas verificado em 2002, por comparação com 2001, no que respeita ao agrupamento *Pessoal*.

No que concerne às despesas de *Operação e manutenção*, vinha-se verificando uma tendência para o decréscimo, salientando-se a grande redução registada em 2001, fruto das medidas de contenção orçamental que vigoraram neste período. Em 2002, verificou-se um regresso ao patamar anterior.

Para além das “Despesas de capital”, a componente *Investimento* evoluiu de acordo com os financiamentos da LPM, uma vez que, em termos comparativos, o peso do PIDDAC não é significativo.

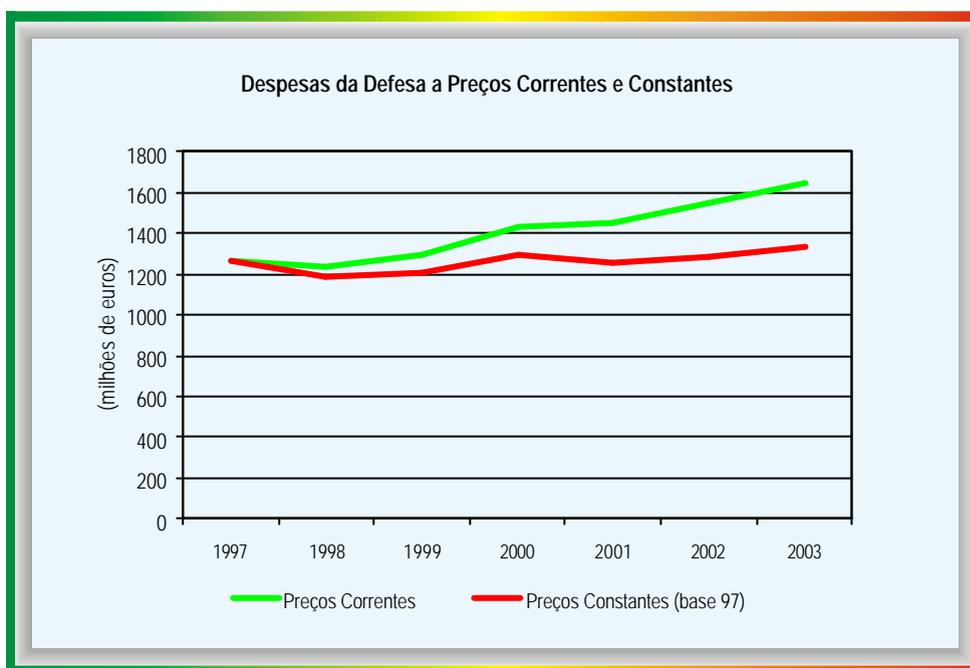
Relativamente à estrutura do ODN (orçamento da Defesa Nacional), constata-se que a componente *Pessoal* continua a absorver a maior parte dos recursos financeiros postos à disposição da Defesa.

1.1 - DESPESAS DA DEFESA A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Preços correntes	Preços constantes (base 1997)
2003	1.648,1	1.330,7
Dados retrospectivos		
2002	1.552,6	1.282,4
2001	1.448,1	1.252,3
2000	1.428,3	1.289,5
1999	1.294,2	1.209,3
1998	1.231,0	1.186,0
1997	1.260,5	1.260,5

FONTES: Conta Geral do Estado 1997/2002, SG/MDN – Execução 2003 (valores provisórios).



1.2 - VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DA DEFESA

(%)

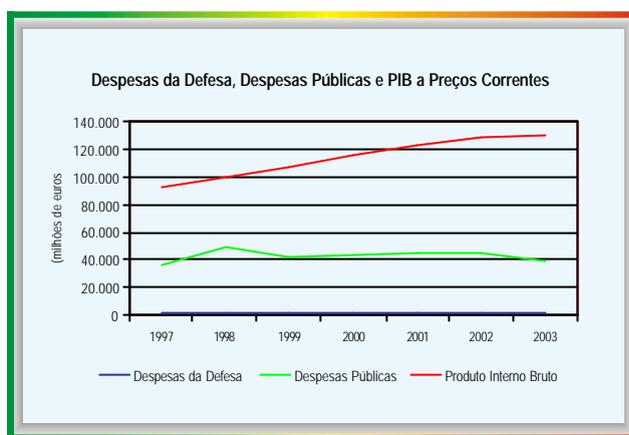
Ano	Varição anual
2003/02	6,15 %
Dados retrospectivos	
2002/01	7,22 %
2001/00	1,39 %
2000/99	10,36 %
1999/98	5,13 %
1998/97	- 2,34 %

1.3 - DESPESAS DA DEFESA, DESPESAS PÚBLICAS E PIB, A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	PREÇOS CORRENTES			PREÇOS CONSTANTES		
	Despesas da Defesa	Despesas Públicas	PIB	Despesas da Defesa	Despesas Públicas	PIB
2003	1.648,1	39.132,1	130.448,4	1.330,7	31.594,7	105.322,1
Dados retrospectivos						
2002	1.552,9	45.980,3	129.171,0	1.282,4	37.977,6	106.689,4
2001	1.448,1	44.736,2	122.801,1	1.252,3	38.686,7	106.195,3
2000	1.428,3	44.313,2	115.546,2	1.289,5	40.007,1	104.319,8
1999	1.294,2	42.740,0	108.029,8	1.209,3	39.937,3	100.945,6
1998	1.231,0	49.911,2	100.962,4	1.186,0	48.084,0	97.266,3
1997	1.260,5	37.012,3	93.014,3	1.260,5	37.012,3	93.014,3

FONTES: Conta Geral do Estado 1997/2002, Relatório Anual 2002 do Banco de Portugal, Departamento de Prospectiva e Planeamento, SG/MDN – Execução 2003 (valores provisórios).

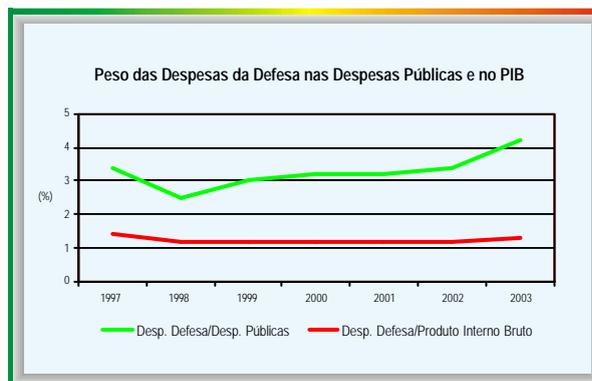


1.4 - PESO DAS DESPESAS DA DEFESA NAS DESPESAS PÚBLICAS E NO PIB

(%)

Ano	Despesas da Defesa/ /Despesas Públicas	Despesas da Defesa/ /PIB
2003	4,2	1,3
Dados retrospectivos		
2002	3,4	1,2
2001	3,2	1,2
2000	3,2	1,2
1999	3,0	1,2
1998	2,5	1,2
1997	3,4	1,4

FONTES: Conta Geral do Estado 1997/2002, Relatório Anual 2002 do Banco de Portugal, Departamento de Prospectiva e Planeamento, SG/MDN – Execução 2003 (valores provisórios).

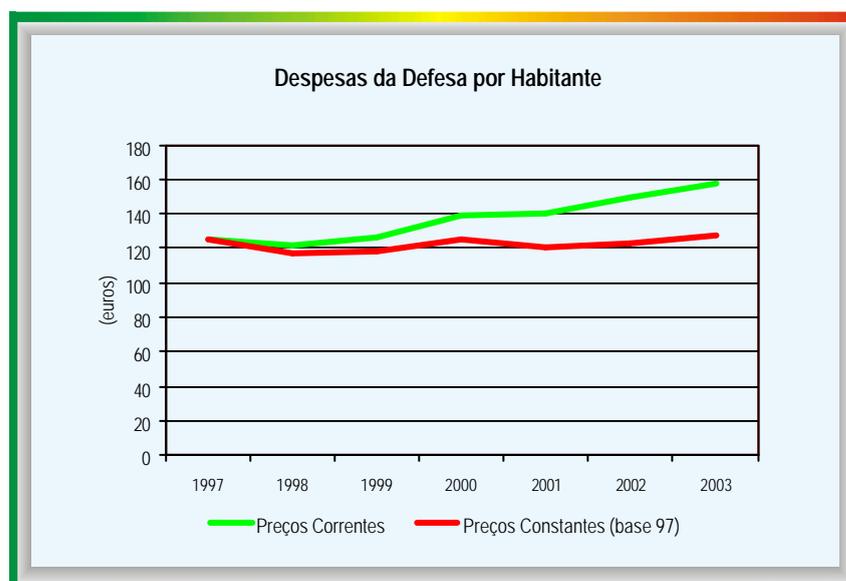
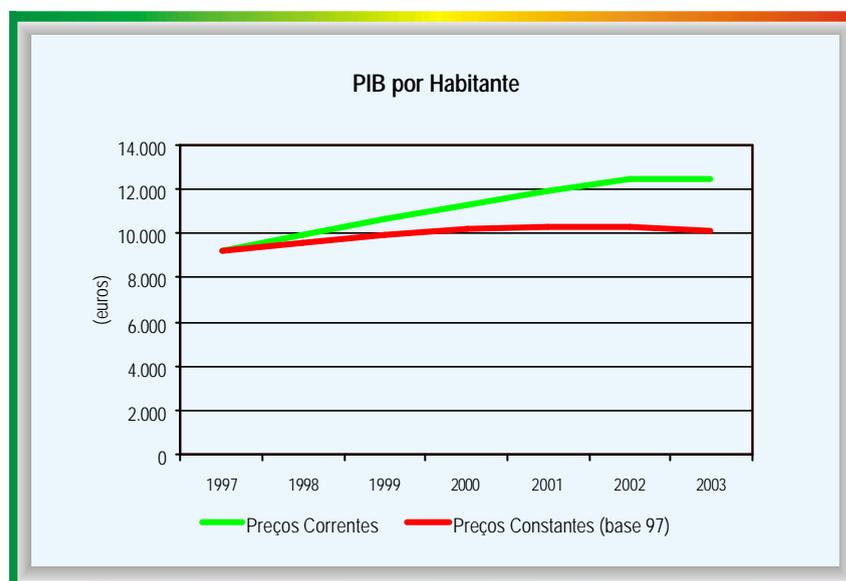


1.5 - PIB POR HABITANTE E DESPESAS DA DEFESA POR HABITANTE A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(euros)

Ano	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS CONSTANTES	
	Despesas da Defesa/ /Habitante	PIB/Habitante	Despesas da Defesa/ /Habitante	PIB/Habitante
2003	157,3	12.453,3	127,0	10.054,6
Dados retrospectivos				
2002	149,2	12.410,7	123,2	10.250,7
2001	140,2	11.889,0	121,2	10.281,3
2000	139,2	11.265,3	125,7	10.170,6
1999	126,9	10.596,4	118,6	9.901,5
1998	121,3	9.948,0	116,9	9.583,8
1997	124,7	9.200,2	124,7	9.200,2

FONTES: Conta Geral do Estado 1997/2002, Relatório Anual 2002 do Banco de Portugal, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Estatísticas Demográficas Janeiro 2003, SG/MDN – Execução 2003 (valores provisórios).



1.6 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

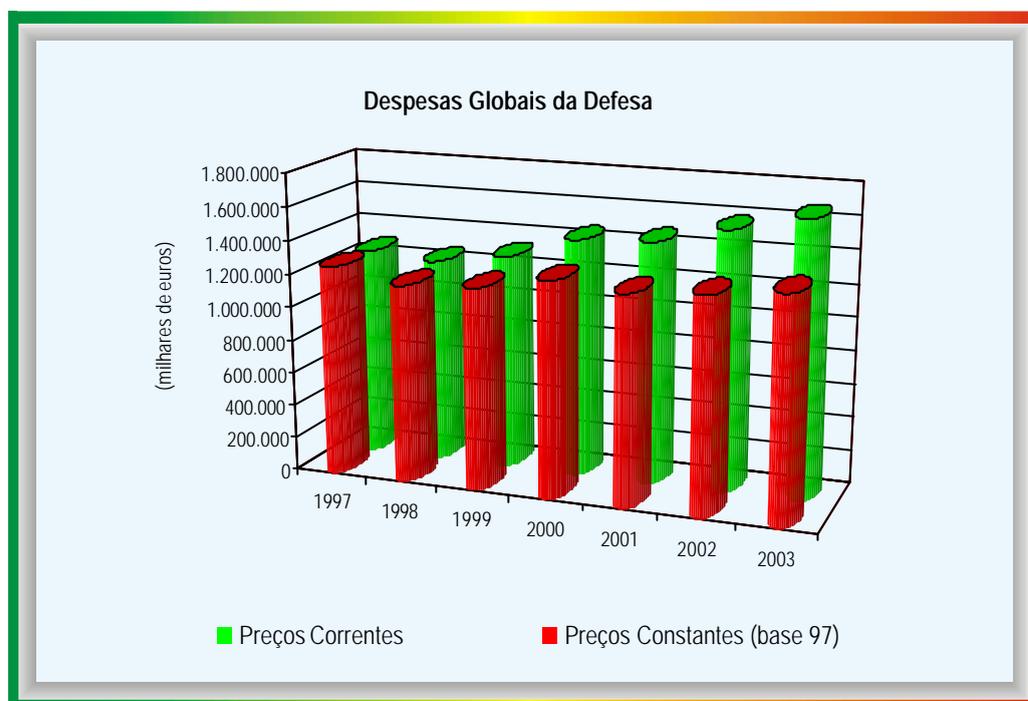
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2003	1.100.723,6	304.310,4	18.698,1	149.423,7	74.975,8	1.648.131,6
Dados retrospectivos						
2002	1.105.086,2	295.410,0	16.185,1	116.381,8	19.542,9	1.552.606,0
2001	1.023.975,5	242.690,1	18.219,6	152.628,4	10.556,3	1.448.069,9
2000	963.050,8	290.789,3	15.186,9	149.069,4	10.156,4	1.428.252,8
1999	872.204,1	318.600,6	15.853,7	83.439,8	4.093,9	1.294.192,1
1998	820.293,1	315.697,6	12.583,7	64.376,3	18.078,8	1.231.029,5
1997	803.328,8	276.493,2	7.233,4	154.982,0	18.479,5	1.260.516,9

FONTES: Conta Geral do Estado 1997/2002, SG/MDN – Execução 2003 (valores provisórios).

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2003	888.708,1	245.695,7	15.096,6	120.642,5	60.534,3	1.330.677,2
Dados retrospectivos						
2002	912.751,6	243.995,4	13.368,1	96.126,1	16.141,6	1.282.382,8
2001	885.508,4	209.872,3	15.755,9	131.989,2	9.128,9	1.252.254,7
2000	869.466,5	262.531,9	13.711,1	134.583,6	9.169,5	1.289.462,6
1999	815.008,4	297.708,0	14.814,1	77.968,2	3.825,5	1.209.324,2
1998	790.263,1	304.140,3	12.123,0	62.019,6	17.416,9	1.185.962,9
1997	803.328,8	276.493,2	7.233,4	154.982,0	18.479,5	1.260.516,9

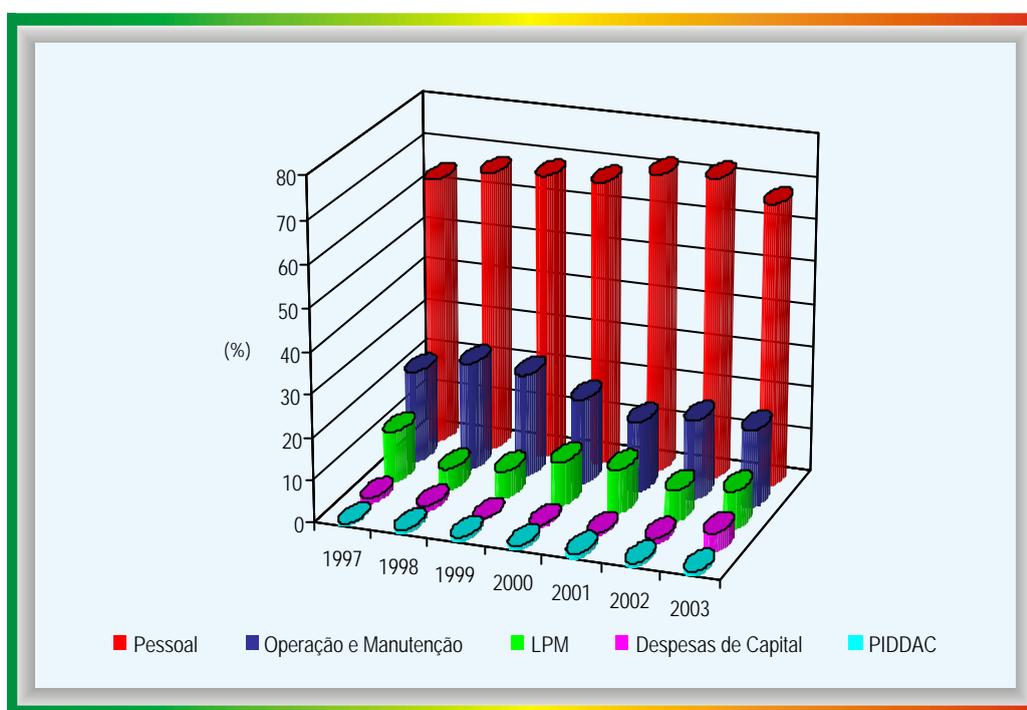


1.6 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS (Continuação)

EM PERCENTAGEM

(%)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2003	66,8	18,5	1,1	9,1	4,5	100,0
Dados retrospectivos						
2002	71,2	19,0	1,0	7,5	1,3	100,0
2001	70,7	16,8	1,3	10,5	0,7	100,0
2000	67,4	20,4	1,1	10,4	0,7	100,0
1999	67,4	24,6	1,2	6,5	0,3	100,0
1998	66,6	25,7	1,0	5,2	1,5	100,0
1997	63,7	21,9	0,6	12,3	1,5	100,0



1.7 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

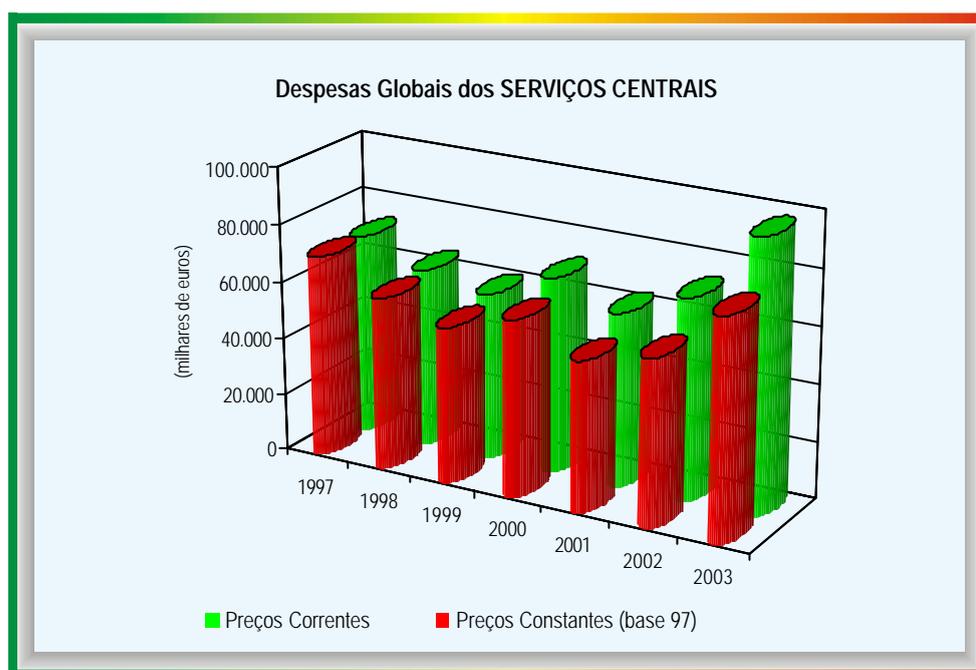
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2003	16.147,1	29.702,6	241,7	11.066,2	38.223,0	95.380,6
Dados retrospectivos						
2002	15.883,5	27.692,1	0,0	7.809,5	19.378,6	70.763,7
2001	16.528,2	31.409,8	637,1	2.305,0	10.165,3	61.045,4
2000	14.983,4	32.587,6	996,6	10.197,1	10.115,4	68.880,1
1999	13.493,0	33.226,0	93,9	8.015,5	3.993,5	58.821,9
1998	12.796,0	30.581,8	236,4	1.602,6	17.897,6	63.114,4
1997	13.372,3	24.604,0	0,0	14.560,4	18.369,4	70.906,1

FONTES: Conta Geral do Estado 1997/2002, SG/MDN – Execução 2003 (valores provisórios).

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2003	13.036,9	23.981,4	195,1	8.934,7	30.860,7	77.008,8
Dados retrospectivos						
2002	13.119,1	22.872,4	0,0	6.450,3	16.005,9	58.447,7
2001	14.293,1	27.162,4	550,9	1.993,3	8.790,7	52.790,4
2000	13.527,4	29.420,9	899,7	9.206,2	9.132,4	62.186,6
1999	12.608,1	31.047,1	87,7	7.489,9	3.731,6	54.964,4
1998	12.327,6	29.462,2	227,8	1.543,9	17.242,4	60.803,9
1997	13.372,3	24.604,0	0,0	14.560,4	18.369,4	70.906,1



1.8 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - EMGFA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

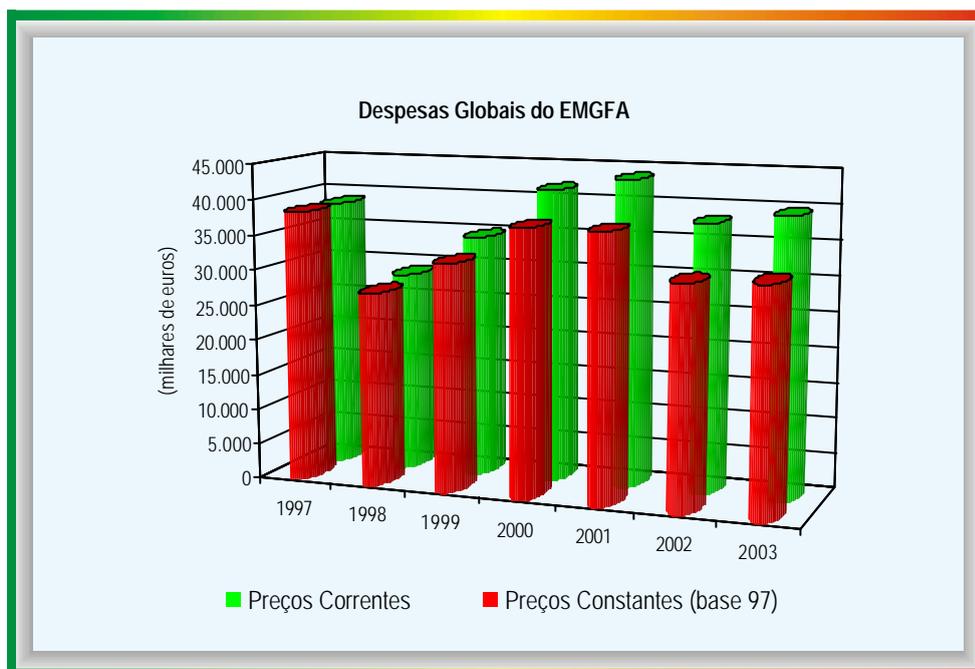
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2003	24.120,6	6.179,7	0,0	8.227,0	814,9	39.342,2
Dados retrospectivos						
2002	26.796,5	6.038,8	0,0	5.034,0	0,0	37.869,3
2001	29.153,3	6.589,3	0,0	7.735,9	0,0	43.478,5
2000	25.881,5	6.965,2	0,0	8.820,7	0,0	41.667,4
1999	21.149,4	9.386,0	0,0	3.973,7	0,0	34.509,1
1998	20.744,3	7.260,4	0,0	595,6	0,0	28.600,3
1997	21.211,8	6.140,1	0,0	11.166,1	0,0	38.518,0

FONTES: Conta Geral do Estado 1997/2002, SG/MDN – Execução 2003 (valores provisórios).

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2003	19.474,6	4.989,4	0,0	6.642,4	657,9	31.764,3
Dados retrospectivos						
2002	22.132,7	4.987,8	0,0	4.157,8	0,0	31.278,3
2001	25.211,1	5.698,3	0,0	6.689,8	0,0	37.599,2
2000	23.366,5	6.288,4	0,0	7.963,6	0,0	37.618,5
1999	19.762,5	8.770,5	0,0	3.713,1	0,0	32.246,1
1998	19.984,8	6.994,6	0,0	573,8	0,0	27.553,2
1997	21.211,8	6.140,1	0,0	11.166,1	0,0	38.518,0



1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - MARINHA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

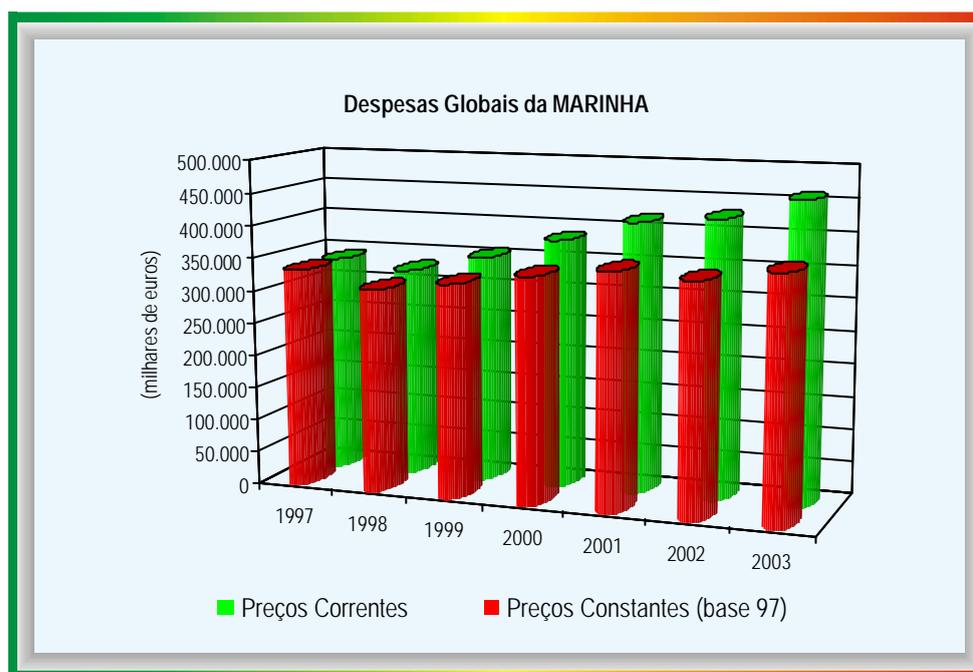
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2003	318.751,3	88.973,7	11.956,9	31.765,2	5.218,2	456.665,3
Dados retrospectivos						
2002	310.956,1	79.228,1	11.451,3	22.597,4	164,3	424.397,2
2001	288.655,2	67.379,2	4.613,8	53.042,2	391,0	414.081,4
2000	269.989,0	72.437,1	6.968,8	32.093,3	41,0	381.529,2
1999	245.421,2	76.350,1	8.674,6	18.494,5	100,4	349.040,8
1998	230.193,6	82.983,8	6.716,9	3.577,9	128,3	323.600,5
1997	220.151,6	76.849,5	5.656,6	32.807,4	110,0	335.575,1

FONTES: Conta Geral do Estado 1997/2002, SG/MDN – Execução 2003 (valores provisórios).

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2003	257.355,1	71.836,0	9.653,8	25.646,8	4.213,1	368.704,8
Dados retrospectivos						
2002	256.835,8	65.438,8	9.458,2	18.664,4	135,7	350.532,9
2001	249.621,8	58.267,8	3.989,9	45.869,5	338,2	358.087,2
2000	243.752,8	65.398,1	6.291,6	28.974,6	37,0	344.454,1
1999	229.327,4	71.343,3	8.105,7	17.281,7	93,9	326.152,0
1998	221.766,4	79.945,9	6.471,0	3.446,9	123,6	311.753,8
1997	220.151,6	76.849,5	5.656,6	32.807,4	110,0	335.575,1



1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - EXÉRCITO

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

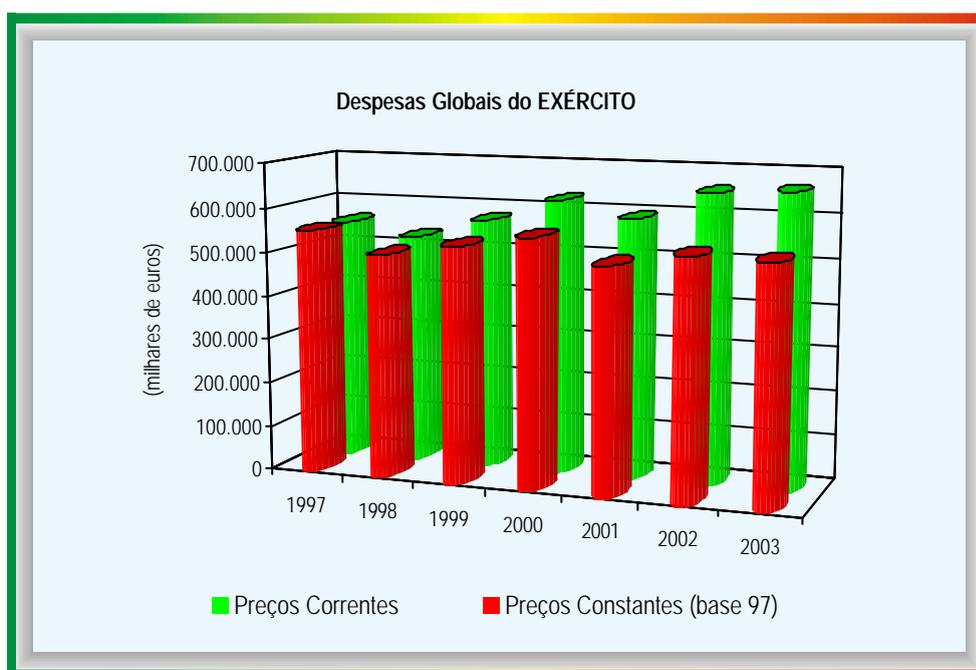
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2003	523.425,5	96.093,3	3.506,9	25.467,3	10.412,0	658.905,0
Dados retrospectivos						
2002	546.275,4	86.051,7	1.656,5	15.792,2	0,0	649.775,8
2001	492.606,5	66.567,4	6.484,4	22.060,3	0,0	587.718,6
2000	469.003,1	103.598,4	3.903,6	44.303,1	0,0	620.808,2
1999	426.721,1	111.585,9	3.640,7	27.848,6	0,0	569.796,3
1998	402.002,5	106.563,1	2.245,3	14.516,7	0,0	525.327,6
1997	396.068,7	94.668,5	1.135,4	60.880,3	0,0	552.752,9

FONTES: Conta Geral do Estado 1997/2002, SG/MDN – Execução 2003 (valores provisórios).

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2003	422.606,0	77.584,3	2.831,4	20.562,0	8.406,5	531.990,2
Dados retrospectivos						
2002	451.199,0	71.074,9	1.368,2	13.043,7	0,0	536.685,8
2001	425.993,8	57.565,8	5.607,5	19.077,2	0,0	508.244,3
2000	423.427,8	93.531,2	3.524,2	39.997,9	0,0	560.481,1
1999	398.738,4	104.268,5	3.401,9	26.022,4	0,0	532.431,3
1998	387.285,6	102.661,9	2.163,1	13.985,2	0,0	506.095,8
1997	396.068,7	94.668,5	1.135,4	60.880,3	0,0	552.752,9



1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

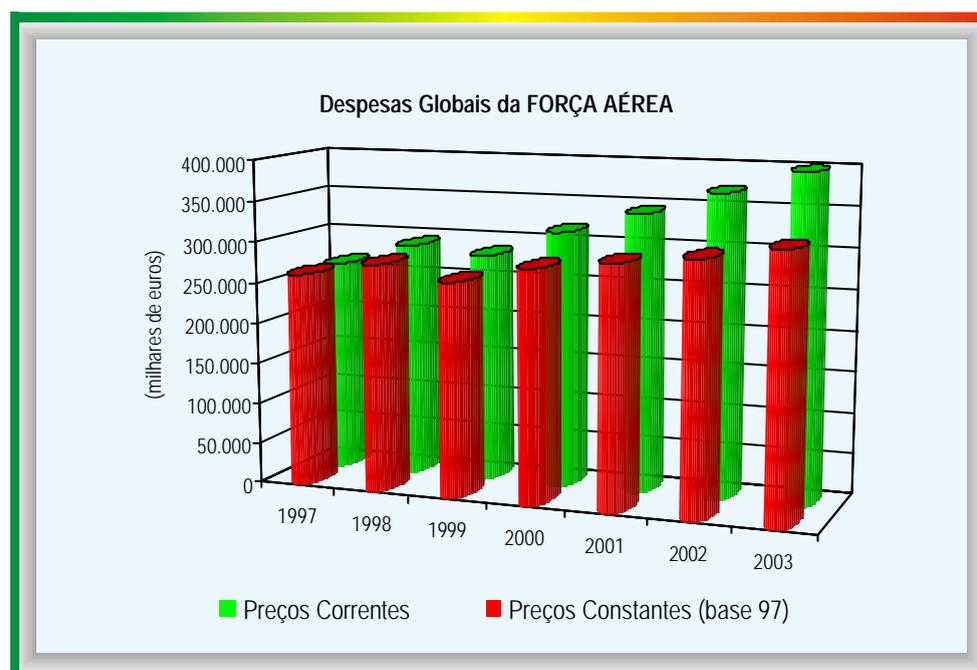
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2003	218.279,2	83.361,1	2.992,6	72.897,9	20.307,7	397.838,5
Dados retrospectivos						
2002	205.174,7	96.399,3	3.077,3	65.148,6	0,0	369.799,9
2001	197.032,3	70.744,4	6.484,4	67.485,1	0,0	341.746,2
2000	183.193,8	75.201,0	3.318,0	53.655,2	0,0	315.368,0
1999	165.419,4	88.052,7	3.444,6	25.107,4	0,0	282.024,1
1998	154.556,8	88.308,5	3.385,1	44.083,6	52,9	290.386,9
1997	152.524,5	74.231,2	441,4	35.567,8	0,0	262.764,9

FONTES: Conta Geral do Estado 1997/2002, SG/MDN – Execução 2003 (valores provisórios).

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2003	176.235,4	67.304,5	2.416,1	58.856,7	16.396,2	321.208,9
Dados retrospectivos						
2002	169.465,1	79.621,5	2.541,7	53.809,9	0,0	305.438,2
2001	170.388,6	61.178,0	5.607,5	58.359,5	0,0	295.533,6
2000	165.392,0	67.893,3	2.995,6	48.441,2	0,0	284.722,1
1999	154.571,9	82.278,5	3.218,7	23.461,0	0,0	263.530,1
1998	148.898,6	85.075,6	3.261,1	42.469,7	50,9	279.755,9
1997	152.524,5	74.231,2	441,4	35.567,8	0,0	262.764,9



1.12 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

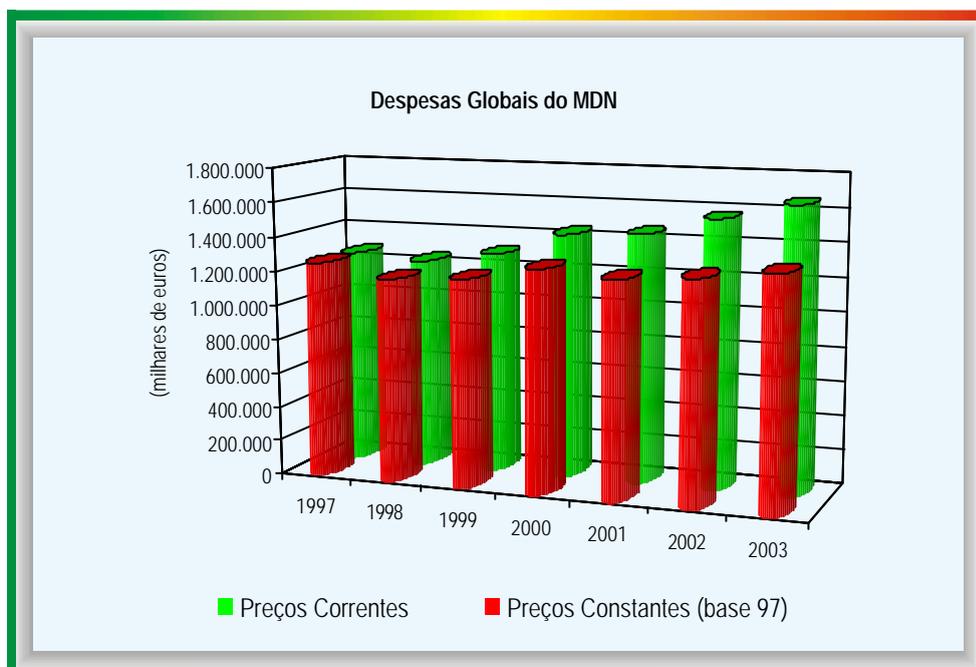
Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2003	95.380,6	39.342,2	456.665,2	658.905,1	397.838,6	1.648.131,7
Dados retrospectivos						
2002	70.763,8	37.869,3	424.397,1	649.775,9	369.800,0	1.552.606,1
2001	61.045,3	43.478,5	414.081,4	587.718,5	341.746,2	1.448.069,9
2000	68.880,0	41.667,5	381.529,2	620.808,1	315.368,0	1.428.252,8
1999	58.821,8	34.509,2	349.040,8	569.796,3	282.024,1	1.294.192,2
1998	63.114,5	28.600,2	323.600,5	525.327,5	290.386,8	1.231.029,5
1997	70.906,2	38.518,0	335.575,2	552.752,8	262.764,8	1.260.517,0

FONTES: Conta Geral do Estado 1997/2002, SG/MDN – Execução 2003 (valores provisórios).

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

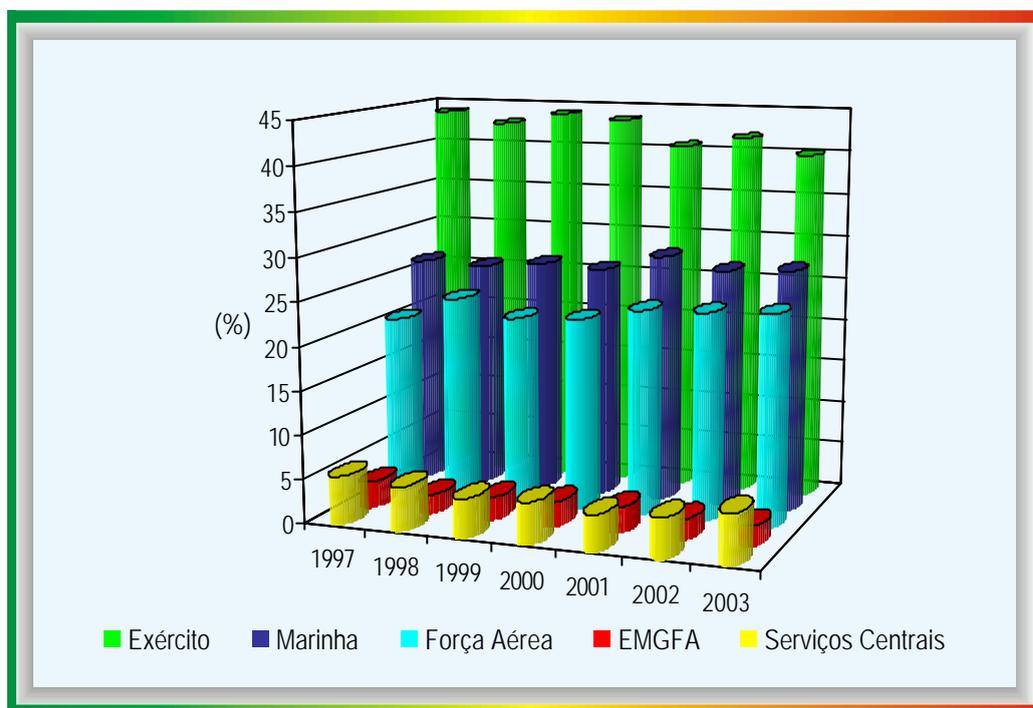
Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2003	77.008,9	31.764,3	368.704,8	531.990,2	321.209,0	1.330.677,2
Dados retrospectivos						
2002	58.447,7	31.278,3	350.533,0	536.685,7	305.438,2	1.282.382,9
2001	52.790,4	37.599,1	358.087,2	508.244,3	295.533,6	1.252.254,6
2000	62.186,6	37.618,4	344.454,2	560.481,1	284.722,1	1.289.462,4
1999	54.964,5	32.246,2	326.152,1	532.431,3	263.530,1	1.209.324,2
1998	60.803,9	27.553,2	311.753,8	506.095,9	279.756,1	1.185.962,9
1997	70.906,2	38.518,0	335.575,2	552.752,8	262.764,8	1.260.517,0



1.12 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN (Continuação)

EM PERCENTAGEM

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2003	5,8	2,4	27,7	40,0	24,1	100,0
Dados retrospectivos						
2002	4,6	2,4	27,3	41,9	23,8	100,0
2001	4,2	3,0	28,6	40,6	23,6	100,0
2000	4,8	2,9	26,7	43,5	22,1	100,0
1999	4,5	2,7	27,0	44,0	21,8	100,0
1998	5,1	2,3	26,3	42,7	23,6	100,0
1997	5,6	3,1	26,6	43,9	20,8	100,0



NOTA EXPLICATIVA

As Missões de Interesse Público inserem-se numa nova postura das Forças Armadas, pretendendo-se que estas alcancem uma maior visibilidade dentro da sociedade, em especial com o impacto decorrente do desempenho das missões relacionadas com a protecção civil, o desenvolvimento sustentado em ambiente saudável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

É neste contexto que as Forças Armadas colocam ao serviço do país e também da comunidade internacional os seus meios humanos e materiais e ainda, o seu acumulado conhecimento, exercendo importantes missões nos espaços marítimo, terrestre e aéreo.

O resultado dessa actividade encontra-se resumido em quadros próprios, onde se assinalam as áreas de missão que competem a cada um dos Ramos das Forças Armadas e os elementos orgânicos que têm responsabilidade primária de as assegurar, bem como os meios utilizados e respectivos encargos financeiros.

MARINHA

A estratégia marítima do Estado, que visa no essencial a utilização do mar no interesse próprio, evitando também que outros o utilizem de forma prejudicial à economia e desenvolvimento do país, consubstancia-se, no plano operacional naval, através de uma tríade de missões: militares, diplomáticas e de interesse público. Por razões de recursos, à semelhança de outras pequenas potências, a Marinha desenvolve a sua actividade operacional com base nesta tríade de missões, explorando a polivalência dos seus meios, na procura constante da máxima rendibilidade dos recursos.

A Marinha vem colocando ao serviço do país, e também da comunidade internacional, a sua vocação, os seus recursos e, ainda, o seu conhecimento acumulado dos assuntos do mar, para exercer, nos espaços marítimos, importantes tarefas no âmbito das Missões de Interesse Público.

O reconhecimento dessas capacidades tem conduzido a que, nos termos da lei, a Marinha colabore em tarefas relacionadas com a satisfação do interesse público e a melhoria da qualidade de vida das populações e exerça acções no âmbito das missões de interesse geral a cargo do Estado. É o resultado dessa actividade que, relativamente ao ano de 2003, se pretendeu resumir em quadro próprio, assinalando-se, tanto as áreas de missão que competem à Marinha e os elementos orgânicos que têm a responsabilidade primária de as assegurar, como os meios que se empenharam para o efeito e as correspondentes verbas despendidas.

Assim, no ano a que se reporta este anuário, como acções mais significativas realizadas pela Marinha no âmbito do interesse público, podem relevar-se as seguintes:

- Colaboração com a Polícia Judiciária no combate a actividades ilícitas, através da disponibilização de meios navais, de fuzileiros e de facilidades de monitorização proporcionados pelo Centro de Operações do Comando Naval;

- Colaboração com a Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana na detecção e seguimento de embarcações suspeitas, através dos meios navais que se encontram em permanência no mar;
- Realização nas zonas portuárias, costeiras e oceânicas, de levantamentos hidrográficos, que permitiram a publicação e actualização de cartas e publicações náuticas oficiais. Neste contexto, prosseguiu-se o desenvolvimento do Sistema de Informação Geográfica sobre o Ambiente Marinho que decorreu em quatro áreas funcionais (navegação, hidrografia, oceanografia química e geologia marítima), cobrindo as vertentes das bases de dados em SIG em colaboração com as universidades proporcionando estágios curriculares e profissionais;
- Contribuição para a segurança da navegação, assegurando a coordenação nacional e a divulgação dos avisos aos navegantes, tendo sido ainda, no âmbito da sinalização marítima, executadas, pela Direcção de Faróis, 2.493 acções de manutenção de faróis, farolins, marcas e balizas;
- Ainda no âmbito da segurança da navegação, a rede de seis Estações Radionavais disseminadas pelo território nacional (Continente, Açores e Madeira), em escuta permanente de frequências de socorro, registou a seguinte actividade:
 - 58.076 mensagens NAVTEX emitidas (avisos aos navios em texto);
 - 4.461 intervenções inopinadas para avisos vitais/importantes;
 - 155 minutos de carga média diária em avisos à navegação e meteorológicos;
 - 30 intervenções em acções SAR (Serviço de Busca e Salvamento);
 - 18 pedidos de socorro escutados;
- Continuação das acções conducentes à actualização da rede maregráfica e publicação das Tabelas de Marés para os principais portos, quer nacionais, quer dos países africanos de língua oficial portuguesa;
- Promoção da investigação científica do mar, contribuindo para o conhecimento oceanográfico do litoral e da zona económica exclusiva (ZEE), designadamente nas áreas da física, da geologia, da química e da poluição, quer com meios próprios, quer em colaboração com outras instituições nacionais e estrangeiras;
- Intervenção na preservação do meio marinho, através de acções de monitorização dos níveis de poluição, de fiscalização das reservas naturais das Ilhas Selvagens e Desertas, de controlo dos níveis de poluição, tendo sido registadas 45 ocorrências de poluição, das quais 11 exigiram intervenção de órgãos e serviços da Autoridade Marítima Nacional. Nestas intervenções é de realçar o apoio às operações de combate à poluição decorrentes do acidente ecológico ao largo da Galiza ocorrido em Novembro de 2002 com o N/M “Prestige” e afundamento do N/M “Nautila” na barra do porto de Lisboa;
- Exercício da Autoridade Marítima, através de acções de vistoria, desembaraço e fiscalização de embarcações (56.575 unidades), de policiamento da actividade marítima nas zonas ribeirinhas (5.891 processos por ilícitos penais e contra-ordenacionais) e de fiscalização do cumprimento das regras de navegação. Esta última actividade foi efectuada por meios do Comando Naval em apoio ao Sistema de Autoridade Marítima;
- No âmbito da salvaguarda da vida humana no mar, foram efectuadas 724 saídas de salva-vidas, tendo-se salvo 83 vidas no mar em acidentes ocorridos na orla marítima e prestado ainda

assistência a 883 embarcações, ao longo de 2.271 horas de missão. Pela intervenção de nadadores-salvadores, foram salvas 1.034 vidas durante a época balnear;

- Cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado Português nas áreas de responsabilidade nacional de Busca e Salvamento Marítimo;
- Mantiveram-se activados em permanência, durante 24 horas por dia, todos os dias do ano, os 2 Centros de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo (Lisboa e Ponta Delgada), o Sub-Centro do Funchal e um dispositivo naval composto por, no mínimo, 2 corvetas, 2 patrulhas e 3 lanchas de fiscalização;
- Estes meios, com a colaboração das Estações Radionavais e de outros organismos da Marinha e da Força Aérea, foram responsáveis pelo salvamento ou evacuação médica de 358 pessoas, em consequência da solicitação de 318 pedidos de assistência ou da recepção de sinais de emergência;
- Vigilância e controlo do tráfego marítimo ao longo das costas de Portugal e dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, em verificação da soberania do Estado nas águas territoriais, da segurança da navegação em geral e do cumprimento dos Esquemas de Separação de Tráfego em particular;
- Realização das missões de fiscalização da pesca e da exploração dos recursos da ZEE nacional e águas territoriais, tendo sido vistoriadas no mar 8.394 embarcações, apurando-se 2.257 infracções;
- Algumas destas missões foram efectuadas em colaboração com a Inspeção-Geral das Pescas, na realização de operações conjuntas e combinadas de controlo e prevenção de ilícitos de pesca, através da utilização dos meios navais em permanência no mar;
- Colaboração nas medidas de segurança, implementadas por ocasião de visitas de navios estrangeiros, quer isoladamente, quer em Força, através do acompanhamento com unidades navais durante as entradas e saídas de barras, e vistorias e controlo de acesso a áreas molhadas, por unidades de fuzileiros e de mergulhadores;
- Divulgação da missão da Marinha e das Forças Armadas, quer através de acções de presença naval em várias localidades ribeirinhas, principalmente por ocasião de festividades locais, quer através da concessão de facilidades a escolas e agremiações culturais a inúmeras visitas a navios, a organismos sediados na Base Naval de Lisboa e à Base e Escola de Fuzileiros;
- Apoio a várias entidades policiais, militarizadas e civis, nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, quer na concessão de facilidades de transporte de pessoas e bens entre ilhas, quer no apoio a actividades de carácter cultural e científico;
- Colaboração da Banda da Armada com diversas entidades civis, nomeadamente autarquias locais, em várias zonas do país, em acções de carácter cultural e recreativo, através da realização de concertos e actuações que contribuíram para reforçar a boa imagem da Marinha entre as populações.

Das actividades acima elencadas é importante referir que a Marinha tem permanentemente guarnecidos cerca de 550 lugares, 370 dos quais no mar, com pessoal empenhado em tarefas de serviço público, 24 horas por dia, durante todos os dias do ano.

No apuramento das horas de missão seguiram-se critérios distintos. Assim, no que concerne à actividade desenvolvida pelos meios dependentes do Comando Naval, contabilizou-se o número de horas durante as quais os diversos meios estiveram empenhados em actividades respeitantes às diversas áreas de missão, tendo-se neste âmbito apurado um total de 117.984 horas de missão.

No que respeita aos órgãos regionais e locais do Sistema de Autoridade Marítima, foi seguido o critério de se considerar em serviço permanente de 24 horas sobre 24, durante 365 dias do ano, os 28 módulos de piquete da Polícia Marítima existentes nas capitánias dos portos, e 7 horas por dia, durante 251 dias no ano, as 44 Repartições Marítimas (28 Capitánias e 16 Delegações Marítimas).

No âmbito da Segurança Marítima, foi seguido o critério de se considerar em serviço permanente de 24 horas sobre 24, durante 365 dias do ano, as 30 Estações Salva-Vidas e os 55 Faróis.

No âmbito do Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos, tomou-se como critério a laboração de 7 horas dia, durante 251 dias no ano.

Por fim, e no que respeita aos restantes organismos, o número total de horas de missão foi calculado tomando-se como base o horário normal de funcionamento dos serviços (7 horas/dia) durante o número de dias úteis verificado durante o ano de 2003, o que significa que não foram levadas em linha de conta, quer as horas de missão imputáveis às embarcações atribuídas, quer a disponibilidade para garantia de execução de acções não planeadas, a qual é permanentemente assegurada, não só naqueles órgãos como também no Comando Naval, pelo pessoal de serviço.

No apuramento das despesas adoptaram-se dois critérios. No âmbito do Comando Naval, foram imputados às diferentes actividades, não só os custos de pessoal e de operação, os quais consideraram as despesas efectuadas com suplemento de embarque, alimentação (excepto o almoço) e combustíveis, mas também os custos de manutenção, calculados com base no custo médio de manutenção por dia de utilização operacional dos navios empenhados. No que respeita aos restantes custos, contabilizaram-se todas as despesas efectuadas, com excepção das respeitantes à alimentação do pessoal militar que neles presta serviço e à manutenção de embarcações realizada pelo Arsenal do Alfeite.

ELEMENTOS ORGÂNICOS, MEIOS AFECTOS E DESPESAS POR ÁREA DE MISSÃO

2.1 – MARINHA

(euros)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL	
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento		
Colaboração com Autoridades Cíveis	Comando Naval	38	Navio de vela	1	1.344:00	40.794,00	Operação: 14.863,00 Manutenção: 235.145,00	-	290.802,00
Autoridade Marítima	Direcção-Geral de Autoridade Marítima	DGAM d) 86	Embarcações Edifícios Viaturas Tx/Rx	123	1.771:00	28.064.896,00 e) f)	3.486.581,00 f)	2.329.249,00	33.880.726,00
		Departamentos Marítimos/ Capitanias 440		780	1.771:00				
		Polícia Marítima/ Comandos Regionais e Locais 505		143	8.760:00				
Segurança Marítima	Comando Naval	38	Navio Balizador	1	24:00	257,00	Operação: 1.459,00 Manutenção: 1.443,00	-	3.159,00
	Instituto Hidrográfico	3	Computadores GPS portátil Máquina fotográfica	3 1 1	3.990:00	57.889,00	25.358,00	1.500,00	84.747,00
	Direcção-Geral de Autoridade Marítima	DF (Sede) 106	Faróis/Farolins Bóias luminosas Bóias cegas	301 123 25	1.771:00	3.149.085,00 a)	457.887,00	549.397,00	4.156.369,00
		Faróis 119	Balizas Sinais sonoros Viaturas Embarcações Estações DGPS	20 28 10 3 2	8.760:00				
		ISN (Sede) 58	Estações S/V Embarcações S/V Viaturas	30 205 21	1.771:00				
	Salva-Vidas 89	Auto-porta cabos	9	8.760:00	2.541.800,00 a)	832.058,00	314.451,00	3.688.309,00	
Preservação do Meio Marítimo	Comando Naval	81	Patrulha Rápido Navio Balizador Lancha de desembarque grande	1 1 1	1.344:00 b) c)	20.183,00	Operação: 10.899,00 Manutenção: 34.544,00	X	65.626,00
	Instituto Hidrográfico	29	Garrafas colheita Salinómetro Autoanalisador Espectrómetro absorção atómica Cromatógrafo Cromatógrafo c/ detector de massa CTD Marégrafo Perfilador acústico Correntómetro Aanderaa Computador Computador portátil Impressora	6 1 1 1 1 1 1 1 1 3 3 12 12 3 5	17.076:00	153.566,00	10.036,00	-	163.602,00

2.1 – MARINHA (Continuação)

(euros)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Preservação do Meio Marítimo	DGAM Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos	Oficiais 3 Sarg. 6 Cabos 5 Marinh. 4 Grumet 3 Civis 1	Embarcações 6 Viaturas 6 Porta máquinas 1 Tractor 1 Retroescavadora 1 Grua móvel 1 Auto-grua 1 Montacargas 3 Recuperadores 23 Barreiras (mts) 5.590 Enroladores 17 Bombas 18 Compressores 6 Máq. lavar alta pressão 8 Tanques portáteis 27 Sistema barr. V 200m Sistema transrec. 1	1.771:00	380.000,00	1.141.086,00	525.438,00	2.046.524,00
Fiscalização e Controlo das Actividades de Pesca	Comando Naval	1.005	Fragatas 2 Corvetas 6 Patrulhas 4 Patrulhas Ribeirinhos 7 Patrulhas Rápidos 3 Navio Balizador 1	21.626:00	2.482.238,00	Operação: 1.532.490,00 Manutenção: 8.114.327,00	X	12.129.055,00
Monitorização de Actividades Susceptíveis de Ilícitudes	Comando Naval	140	Corvetas 2	1.272:00	120.890,00	Operação: 131.099,00 Manutenção: 520.228,00	X	772.217,00
Vigilância e Patrulha do Espaço Marítimo	Comando Naval	1.005	Fragatas 2 Corvetas 6 Patrulhas 4 Patrulhas Ribeirinhos 7 Patrulhas Rápidos 3 Navio Balizador 1	29.712:00	2.758.042,00	Operação: 1.702.767,00 Manutenção: 9.015.919,00	X	13.476.728,00
Presença Naval	Comando Naval	50	NTM Creoula NRP Veja NRP Polar	1.272:00	46.826,00	Operação: 15.851,00 Manutenção: 387.111,00	X	449.788,00

2.1 – MARINHA (Continuação)

(euros)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Investigação Científica do Mar	Instituto Hidrográfico	63	Espectrómetro de absorção atómica 1 Cromatógrafos 2 Cromatógrafo com detector de massa 1 Sondadores multifeixe 1 Perfiladores SVP 1 Perfiladores Acústicos 2 Receptores GPS 2 Compensadores de movimentos 1 Embarcações 1 Plotters AO 1 Correntómetros Aanderaa 11 Est. Meteorológicas 5 Salinómetro 1 CTD 3 Bóias Ondógrafo 5 Marógrafo 19 Estações Unix 3 Workstation 1 Sist. Aquis. Processo Dados Geofísica 1 Sistema reflexão sísmica 2 Sistema sonar lateral 2 ROV 1 Magnetómetro 1 Corers 3 Colhedores SMT 3 Autoanalisador 1 Servidor de BD 2 Computadores 62 Impressoras UN e UAM 24	42.214:00	549.744,00	199.660,00	1.068.663,00	1.818.067,00
	Comando Naval	100	Navios Hidrográficos Costeiros 2 Navio Balizador 1	3.864:00	35.965,00	Operação: 35.580,00 Manutenção: 548.172,00	X	619.717,00
Busca e Salvamento	Comando Naval	1.497	Centros de Busca e Salvamento Marítimo 2 Sub-Centro de Busca e Salvamento Marítimo 1 Fragatas 2 Corvetas 9 Patrulhas 9 Patrulha Rápido 18 Navio Balizador 1	791:00	1.011.426,00	Operação: 50.605,00 Manutenção: 20.176,00	X	1.082.207,00
	Instituto Hidrográfico	2	Computador 1	80:00	3.000,00	-	-	3.000,00
TOTAL	-	5.476	-	159.744:00	41.416.601,00	28.525.344,00	4.788.698,00	74.730.643,00

a) Inclui os encargos com as guarnições dos MRCC Lisboa, MRCC Delgado e MRCC Funchal;

b) Tomou-se como critério a laboração de 7 horas/dia, durante os dias úteis do ano, às quais acrescem as horas de intervenções operacionais fora das horas normais de serviço;

c) Número de horas efectivo de missão das unidades navais;

d) Inclui a Escola da Autoridade Marítima e a Reparação de Pessoal da Polícia Marítima; não inclui o ISN nem a Direcção;

e) Inclui vencimentos; não inclui o ISN nem a Direcção de Faróis;

f) Ao contrário de 2002, não inclui custos suportados por outros subsistemas.

X – Não disponível

EXÉRCITO

O Exército presta anualmente apoio a diversas entidades civis, tarefas às quais dedica especial empenho e que são objecto do reconhecimento público. Este Ramo tem procurado dar resposta a inúmeras solicitações que não se esgotam apenas no âmbito das chamadas Missões de Interesse Público. Dessa forma, e no intuito de estreitar o contacto com a população e sensibilizar a comunidade civil para a instituição militar, as unidades têm acolhido ao longo do ano visitas de várias escolas e outras entidades, tendo igualmente sido realizadas exposições e outros eventos de natureza cultural e desportiva.

A exemplo do sucedido em anos anteriores, a acção do Exército pode ser enquadrada em três áreas fundamentais, designadamente, *Colaboração com as Autoridades Civis*, *Apoio ao Serviço Nacional de Protecção Civil* e *Acções de Defesa do Meio Ambiente*.

Colaboração com Autoridades Civis

Actividades da Engenharia Militar

No âmbito da colaboração com as autoridades civis, e de acordo com o *Plano de Actividade Operacional Civil (PAOC)*, a Engenharia Militar realizou trabalhos de abertura e manutenção de itinerários, em apoio à satisfação das necessidades básicas das populações, nos concelhos de Espinho, Anadia, Trofa, Fornos de Algodres, Mogadouro, Montemor-o-Velho, Covilhã, Vila Nova da Barquinha, Chamusca, Borba, Tomar, Proença-a-Nova, Torres Novas, Ferreira do Zêzere, Vila de Rei, Almodôvar e Arruda dos Vinhos.

Apoio Recreativo e Cultural

Para além das inúmeras visitas de escolas a unidades militares e cedência de áreas para realização de acampamentos, o Exército proporcionou também o acesso ao património nacional à sua responsabilidade, com particular ênfase para a garantia de acessibilidade ao Castelo de Almourol às instituições colectivas que assim o solicitaram.

As Bandas Militares e a Orquestra Ligeira do Exército realizaram concertos e actuações, em resposta a solicitações das autarquias locais e outros organismos, contribuindo deste modo para a acção cultural e recreativa das populações.

A equipa de queda-livre "Os Falcões Negros" efectuou sessões de saltos de demonstração de pára-quedismo, no âmbito de eventos recreativos realizados por todo o país.

Realizaram-se exposições e foi igualmente prestada colaboração no domínio da Cartografia Militar a várias entidades.

Apoio Logístico

Com os seus meios humanos e materiais, o Exército prestou apoio logístico à realização de diversos eventos desportivos, recreativos e culturais realizados por todo o país.

As unidades participaram e prestaram apoio logístico a diversos eventos de carácter religioso, entre os quais se salienta o efectuado aos peregrinos a Fátima.

Foram ainda utilizadas as carreiras de tiro do Exército pela GNR, PSP, PJ, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Serviços Prisionais.

Colaboração com o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil

Nos termos definidos na legislação em vigor, o Exército colabora e presta apoio ao Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (SNBPC), a nível nacional e regional, nomeadamente em situações de cheias e calamidades provocadas pelas chuvas e no apoio ao combate aos incêndios florestais.

A acção nestas áreas obedece a um planeamento centralizado e a uma execução descentralizada. Desta forma, o apoio é normalmente executado através do accionamento de planos de operações previamente elaborados que permitem responder prontamente às solicitações do SNBPC em situações de calamidade.

No ano em curso, em consequência da vaga de incêndios que assolou o país, com o Plano LIRA a atingir a sua fase NEGRA, o envolvimento do Exército foi materializado na sua máxima expressão. Assim, foram empenhados militares do Exército em acções de combate directo a incêndios, em operações de rescaldo, e na cedência de equipamentos para apoio logístico, de Norte a Sul do país.

Acções de Defesa do Meio Ambiente

Ao nível interno, foram desenvolvidas actividades de recuperação e conservação ambiental e de sensibilização e formação dos seus efectivos. É também de referir o esforço contínuo no domínio da sensibilização do contingente militar para os problemas ambientais, através da realização de acções de formação, palestras e outras actividades.

2.2 – EXÉRCITO

(euros)

Missão	Estrutura	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Distância Percorrida (Km)	Natureza das Despesas			TOTAL
			Humanos	Materiais			Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com Autoridades Cívicas - Abertura e Manutenção de Itinerários	RMN	RE3 (10 FT)	12	17	19.351:00	94.149	(a)	(a)	(a)	(a)
	GML	RE1 (5 FT)	33	28	5.437:00	23.970	(a)	(a)	(a)	(a)
	RMS	EPE (8 FT)	70	15	11.964:00	67.200	(a)	(a)	(a)	(a)
Colaboração com o SNBPC - Combate a Incêndios	RMN	EPST EPAM RA4 RA5 RI14 RI13 RE3 BSS CIOE	919	24 VTM 33 VTL 63 VTP 6 TL 4 PL						25.145,19
	GML	QG EPI EPC ESE EMEL RAAA1 RI1 RE1 RL2 RTm CMEFD	1.182	22 VTM 48 VTL 51 VTP 4 VTPes 2 TL 2 PL 1 AT						52.566,78

2.2 – EXÉRCITO (Continuação)

(euros)

Missão	Estrutura	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Distância Percorrida (Km)	Natureza das Despesas			TOTAL
			Humanos	Materiais			Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com SNBPC - Combate a Incêndios		BST BISM BA								
	RMS	EPE EPA EPSM RI2 RI3 RI8 RC3	1.439	9 VTM 50 VTL 110 VTP 17 TL 8 PL 6 AA						68.279,85
	CMSM		1.507	19 VTM 10 VTL 2 VTP 2 TL 2 TP						23.359,23
	CTAT	UA CTAT ETAT AMSJ RI15	891	72 VTM 27 VTL 16 VTP 3 AT 4 AA						18.541,44
Acções de Defesa do Meio Ambiente - Operação "Mar Limpo"	RMN	EPT EPAM EPST CIOE RI13 RI14 RI19 RA4 RA5 RC6 RE3 BSS	506							3.957,71
TOTAL	-	-	-	-	35.640:00	256.464	(a)	(a)	(a)	191.847,00

(a) Estas despesas não se encontram referidas por serem parcialmente participadas pelas entidades civis envolvidas, nomeadamente, pelas Autarquias Locais.

* Meios em prontidão nas unidades

Legenda:

AA - Atrelado de Água

AD - Auto Dumper

AG - Auto Grua

AM - Auto Maca

AMB - Ambulância

AT - Auto-Tanque

CL - Carregadora de Lagartas

CR - Carregadora de Rodas

CV - Cilindro Vibrador

EL - Escavadora de Lagartas

GL - Escavadora Giratória

NV - Motoniveladora

Op - Operações

PL - Plataforma

PS - Pronto Socorro

TL - Tractor de Lagartas

VB - Viaturas Basculantes

VL - Viatura Ligeira

VM - Viatura Média

VP - Viatura Pesada

VTL - Viatura Tática Ligeira

VTM - Viatura Tática Média

VTP - Viatura Tática Pesada

VTPes - Viatura de Transporte de Pessoal

FORÇA AÉREA

Do conjunto das várias actividades desenvolvidas pela Força Aérea, no ano transacto, continua a ser significativo o esforço que tem sido dedicado às acções desenvolvidas no âmbito das Missões de Interesse Público.

A diversidade de actividades desenvolvidas em colaboração com as autoridades e organismos civis, quer através do emprego de meios em missões de Manutenção da Paz e de Apoio Humanitário, Busca e Salvamento, Evacuação Sanitária, Transporte de órgãos, Controlo de Poluição, Controlo Aduaneiro e de Fiscalização, Verificação e Calibração de Ajudas Rádio quer através do apoio a actividades de cariz recreativo, cultural e logístico, reflectem a importância e o peso desta vertente na actividade da Força Aérea, permitindo uma interacção constante de interesse nacional entre a comunidade civil e a instituição militar.

Do total de horas de voo realizadas em 2003, cerca de 6.933 H/V foram voadas em missões operacionais, das quais 39,9% foram em benefício de missões de interesse público (2765,5 H/V), repartidas por diversas áreas de actividade como a seguir se indica.

Em apoio de autoridades civis, foram apoiadas as seguintes entidades e organismos: Presidência da República (106 missões, com 118:50H/V); Governo da República, incluindo a Presidência do Conselho de Ministros (81 missões, 65:15 H/V) e os vários Ministérios: Ministério dos Negócios Estrangeiros (144 missões, 395:35 H/V); Ministério da Administração Interna (Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, no apoio a combate a incêndios, 144 missões, 204:10 H/V); Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas (Inspeção-Geral das Pescas: 41 missões, 140:00 H/V); Ministério da Defesa Nacional (54 missões, 98:00 H/V); Ministério das Obras Públicas (2 missões, 02:15 H/V); Ministério da Economia (3 missões, 03:35 H/V); Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (2 missões, 02:00 H/V); Ministério da Justiça (4 missões, 12:55 H/V); Ministério das Finanças (2 missões 05:10 H/V).

Foram também executadas missões para os seguintes organismos: Banco de Portugal, no transporte de valores (33 missões, 70:20 H/V) ; TAP-Air Portugal, no transporte de material e pessoal de manutenção (10 missões, num total de 61:20 H/V); SATA - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, no transporte de material e de pessoal de manutenção de aeronaves (11 missões, total de 06:10 H/V); CTT, no transporte de correio (2 missões, total de 03:20 H/V).

No âmbito das missões de Transporte e Evacuação Sanitária, foi elevado o número de acções realizadas, num total de 392 missões, que corresponderam ao transporte de 380 doentes, incluindo órgãos para transplante, com um dispêndio de 608:35 horas de voo, das quais 63:45 se verificaram em prol do Ministério da Saúde- Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), com 43 missões.

Em apoio do Governo Regional dos Açores, foi efectuado o transporte de 139 doentes (141 missões, total de 294:30 H/V) e para o Governo Regional da Madeira, 169 doentes e acompanhantes.

O Destacamento da Força Aérea na República de S. Tomé e Príncipe efectuou 152 missões, para transporte de pessoas e carga, sendo 8 dessas missões de evacuação sanitária, que totalizaram 231:15 H/V.

No âmbito das *Operações de Manutenção de Paz e de Apoio Humanitário*, foram levadas a cabo duas missões, uma à Bósnia, no apoio à SFOR e outra no apoio à população Iraniana da cidade de Bem, tendo sido despendidas, respectivamente, 116:15 H/V e 28:35 H/V, distribuídas por vários voos de transporte de apoio logístico e humanitário.

Nas operações de *Controlo da Poluição*, concretamente dos navios *Prestige* e *Nautille*, foram gastas 153:15 H/V, num total de 39 missões, na sua maioria (33:00 H/V) dedicadas à situação provocada pelo navio *Prestige*.

No que se refere às missões de *Controlo Aduaneiro e de Fiscalização no Âmbito das Pescas* (SIFICAP), em apoio directo à Brigada Fiscal da GNR, foram gastas, respectivamente, 13:10 H/V em 4 missões de controlo de actividades ilícitas, nomeadamente contrabando, e 329:05 H/V no âmbito do SIFICAP, num total de 125 missões distribuídas pelo Continente, Açores e Madeira (Continente: 279:00 H/V, 114 missões; Açores: 14:35 H/V, 3 missões; Madeira: 35:30 H/V, 8 missões). Refira-se ainda que a área coberta nestas acções de fiscalização totalizou cerca de 572.962 milhas náuticas, permitindo detectar 692 alvos, dos quais 575 identificados.

No âmbito da *Verificação e Calibração de Ajudas Rádio*, gastaram-se 45:15 horas de voo, num total de 31 missões, em apoio da Empresa Pública Navegação Aérea de Portugal, NAV, E.P. Estas missões, de carácter eminentemente técnico, são essenciais para a segurança da navegação aérea e compreendem a calibração de ajudas rádio no território continental e insular.

No cumprimento das responsabilidades nacionais no âmbito da prestação do *Serviço de Busca e Salvamento*, nas vastas áreas das Regiões de Informação de Voo de Lisboa e da Região de Informação de Voo Oceânica de Santa Maria, foram mantidas, permanentemente, ao longo do ano de 2003, 7 tripulações em alerta e empenhadas as aeronaves C-130, P-3P, C-212, SA-330 e AL III, a partir de Bases no Continente, nos Açores (Lajes) e na Madeira (Porto Santo).

Os alertas foram activados para 172 missões, 106 das quais pelos Centros Coordenadores de Busca e Salvamento de Lisboa num total de 365:45 H/V, distribuídas da seguinte forma: 47 missões e 149 H/V activadas a pedido do MRCC; 17 missões e 51H/V activadas pelo RCC, para busca de aeronaves militares; 3 missões e 05:35 H/V activadas a pedido do RCC para busca de aeronaves civis. As restantes 39 missões do Centro de Lisboa foram a favor de outras entidades, nomeadamente o Comando Naval do Continente e Comando do exercício "Morsa". Quanto aos Centros Coordenadores de Busca e Salvamento da Região Oceânica de Santa Maria, do total de 66 missões foram gastas cerca de 342:10 H/V, assim distribuídas: 20 missões em resposta aos alertas do MRCC, com 91:45 H/V; 5 missões e 33:40 H/V voadas em apoio do RCC na busca de aeronaves militares; 40 missões e 203:10 H/V, em benefício de várias entidades, nomeadamente a favor dos Serviços Regionais de Protecção Civil dos Açores e da Madeira e das Forças Aliadas, Força Aérea Italiana e Força Aérea Belga. Neste âmbito, foi ainda realizada uma missão de busca activada pelo sistema de emergência satélite COSPAS/SARSAT, num total 13:35 H/V.

No que respeita à divulgação do património histórico da Força Aérea junto da população, são de referir as diversas exposições temporárias e itinerantes, concertos realizados pela sua banda de música, bem como a exposição estática de aeronaves no Museu do Ar, tendo este órgão de natureza cultural recebido 16.245 visitantes. As exposições de maior relevo foram no total 10, com a participação das Relações Públicas, destacando-se as exposições de Évora (*Portugal Air Show*), a exposição de Bragança, o Festival Aéreo em Coimbra (organização de âmbito civil) e o dia das Forças Armadas, em Guimarães.

Para além da intensa divulgação relacionada com a sua actividade e património histórico, importa ainda referir outras actividades efectuadas pela Força Aérea, tais como a realização de 8 visitas a várias Unidades e a organização de acampamentos no Campo de Tiro de Alcochete com diversas escolas, agrupamentos e instituições, bem como a realização de Baptismos de Voo em avião G130 para 1.814 pessoas.

Por último, no que toca ainda à divulgação das actividades da Força Aérea em território nacional e internacional, quer de âmbito militar, quer em termos de cultura aeronáutica, refira-se que a Força Aérea participou em 6 festivais aéreos internacionais com várias aeronaves e mantém activa a publicação da revista aeronáutica de referência junto da camada civil, a “Mais Alto”.

2.3 - FORÇA AÉREA

(euros)

Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Voo	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com Entidades Cívicas Transportes Especiais	ESQ. 501	3 Trip.	C-130	213:30	160.125,00	982.527,00	-	3. 446.628,60
	ESQ. 502	6 Trip.	C-212	24:05	14.256,00	47.520,00	-	
	ESQ. 504	4 Trip.	FALCON 50	492:45	19.679,75	1.754.682,75	-	
	ESQ. 711	4 Trip.	C-212 SA-330	69:35 26:10	41.283,00 23.516,10	137.610,00 84.772,80	-	
	ESQ. 751	3 Trip.	SA-330	48:20	43.428,20	137.228,00	-	
Busca e Salvamento	ESQ. 501	1 Trip.	C-130	19:00	14.250,00	87.438,00	-	2.407.299,15
	ESQ. 502	6 Trip.	C-212	71:05	42.174,00	140.679,00	-	
	ESQ. 552	4 Trip.	ALIII	31:05	17.077,50	43.035,30	-	
	ESQ. 601	2 Trip.	P-3P	176:25	964.299,25	187.566,35	-	
	ESQ. 711	4 Trip.	C-212 SA-330	61:20 108:45	36.352,80 97.983,75	121.176,00 353.220,00	-	
	ESQ. 751	3 Trip.	SA-330	72:55	65.592,80	236.454,40	-	
Evacuação Sanitária	ESQ. 502	6 Trip.	C-212	133:05	79.120,80	263.736,00	-	2.085.298,55
	ESQ. 504	4 Trip.	FALCON 50	20:55	8.091,20	74.068,80	-	
	ESQ. 711	4 Trip.	C-212 SA-330	114:35 267:15	68.013,00 240.792,25	226.710,00 868.028,00	-	
	ESQ. 751	3 Trip.	SA-330	58:10	52.348,10	188.708,80	-	
	ESQ. 552	4 Trip.	ALIII	08:05	4.455,00	11.226,60	-	
Apoio ao SNBPC no Combate a Incêndios	ESQ. 501	1 Trip.	C-130	00:55	675,00	4.141,80	-	415.167,10
	ESQ. 502	1 Trip.	C-212	03:00	1.782,00	5.940,00	-	
	ESQ. 505	1 Trip.	FTB-337	03:00	1.407,00	3.012,00	-	
	ESQ. 552	4 Trip.	ALIII	196:55	108.295,00	272.903,40	-	
	ESQ. 751	1 Trip.	SA-330	04:10	3.694,10	13.316,80	-	
Controlo Aduaneiro	ESQ. 401	3 Trip.	C-212	13:10	7.624,20	28.689,00	-	36.313,20
Fiscalização SIFICAP	ESQ. 401	3 Trip.	C-212	329:05	191.536,20	720.729,00	-	912.265,20
Deteção e Controlo de Poluição	ESQ. 401	3 Trip.	C-212	153:15	98.233,25	340.521,50	-	438.754,75
Calibração de Ajudas Rádio	ESQ. 504	4 Trip.	FALCON 20	45:15	15.611,25	153.533,25	-	169.144,50
TOTAL	-	-	-	2.765:50	2.421.696,50	7.489.174,55	-	9.910.871,05

RELAÇÕES BILATERAIS DE DEFESA

NOTA EXPLICATIVA

O relacionamento bilateral no domínio da Defesa (do qual excluimos aqui a cooperação técnico-militar com os PALOP e Timor que, pela sua especificidade, será tratada em capítulo próprio) conheceu, durante o ano de 2003, um franco desenvolvimento, o que constituiu um elemento importante para a visibilidade do nosso país no exterior. De referir, no entanto, que tal só foi possível graças à estreita coordenação e envolvimento dos três Ramos das Forças Armadas e dos Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional.

De notar, igualmente, que este aumento do número de actividades bilaterais realizadas durante este ano, foi também acompanhado por um esforço de racionalização e redefinição das mesmas, o que se veio a traduzir igualmente num aumento da qualidade desta cooperação. Esta situação ficou a dever-se a uma série de factores que se passam a enunciar:

- a) a celebração de novos acordos e outros instrumentos de cooperação internacional, que vieram originar um aumento do número de actividades realizadas;
- b) o aparecimento de novas áreas de cooperação, à medida que se foram processando as alterações do cenário internacional;
- c) a racionalização dos diversos planos de actividades, como resultado da desactualização de algumas áreas de cooperação, que deixaram de corresponder ao interesse das partes. Paralelamente, passou-se a apostar mais em domínios como os da formação e treino militares (em Portugal e no estrangeiro), que vêm trazer uma nova dinâmica à cooperação, muito mais consentânea com os novos tempos e a realidade da maior parte destes países.

Assim, e por forma a ilustrar esta realidade, passa-se seguidamente a fazer um ponto de situação do que foi o ano de 2003 em termos de relacionamento bilateral de Defesa.

3.1 - ACTIVIDADE BILATERAL DE DEFESA (COM EXCEPÇÃO DA ÁFRICA SUBSARIANA)

3.1.1 – Tratados, acordos, convenções e memorandos de entendimento

Conforme referido anteriormente, este ano assistiu-se a um aumento dos contactos bilaterais na área da Defesa, o que se traduziu num crescimento do número de acordos celebrados pelo nosso país. Deu-se também início à negociação de diversos outros acordos de cooperação com novos países ou em áreas muito específicas e que necessitaram de instrumentos próprios para a sua definição e regulamentação.

Apresenta-se seguidamente um quadro que pretende ilustrar esta realidade, e onde se pode observar, se comparado com o do ano passado, um aumento do número de acordos em vigor ou em fase de negociação:

PAÍS	EM VIGOR	EM PROJECTO	EM RENEGOCIAÇÃO
Alemanha	4	1	-
Argélia	-	1	-
Argentina	1	-	-
Bélgica	2	-	-
Brasil	4	1	-
Bulgária	1	-	-
Chile	1	-	-
China	-	1	-
Eslováquia	1	-	-
Eslovénia	1	-	-
Espanha	7	-	-
Estónia	1	-	-
EUA	10	-	-
França	6	-	-
Grécia	3	-	-
Hungria	1	1	-
Letónia	-	1	-
Lituânia	1	-	-
Marrocos	5	-	-
Polónia	2	-	-
Reino Unido	2	-	-
República Checa	1	1	-
Roménia	2	1	-
Rússia	4	-	-
Suécia	1	-	-
Tunísia	3	-	-
Ucrânia	-	1	-
TOTAL	64	9	0

Importante é também referir que no quadro que se acaba de ver foram incluídos não apenas os acordos de cooperação negociados pelo MDN e do qual decorrem habitualmente planos de actividades de cooperação bilateral, negociados em sede das respectivas Comissões Mistas, mas também outros acordos celebrados pelos Ramos das Forças Armadas e OSC/MDN, dos quais resultam igualmente contactos e cooperação nas suas áreas específicas de actuação.

3.1.2 – Programas de cooperação/Actividades

Dado o que antecede, passam-se agora a referir as actividades negociadas nas respectivas Comissões Mistas pela Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional e que são agrupadas, cada ano e para cada país, num programa de cooperação bilateral, usualmente chamado “Plano de Actividades”. Este é negocia-

do tendo por base as propostas apresentadas pelos diversos organismos intervenientes na cooperação e as solicitações do outro país.

O ano de 2003, como foi referido e se poderá seguidamente comprovar, apresentou, relativamente ao ano passado, um crescimento do número de actividades. No quadro seguinte, estas são agrupadas por país:

PAÍS	ACTIVIDADES
ALEMANHA	- Participação nas VII Conferências entre Estados-Maiores dos dois países, na Alemanha.
ARÁBIA SAUDITA	- Visita de S.Ex. ^a o Ministro de Estado e da Defesa Nacional à Arábia Saudita.
BULGÁRIA	- Troca de experiência sobre a preparação e condução de exercícios assistidos por computador, destinados à gestão de crises de natureza militar ou não, em Sófia; - Troca de experiência no domínio da desminagem e da engenharia militar, nomeadamente na construção de pontes, em Portugal; - Reunião da Comissão Mista, em Sófia; - Conversações sobre cartografia e geografia militar, em Sófia; - Frequência do Curso de Sobrevivência em Terra e no Mar, em Portugal; - Visita de S.Ex. ^a o Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes à Bulgária; - Troca de experiência entre Academias da Força Aérea, na Bulgária; - Troca de experiência no âmbito das relações públicas, em Lisboa; - Visita a Portugal do Secretário-Geral do Ministério da Defesa da Bulgária, Sr. Plamen Petkov; - Conversações sobre gestão de crises de carácter não militar, em Lisboa; - Troca de experiência sobre a preparação de unidades de transmissões para operações de manutenção de paz, em Portugal.
CHINA	- Visita do General Xu Caihou, Secretário do Secretariado do Partido Comunista chinês, membro do Comité Militar Central da RPC e chefe do Departamento Político Geral das Forças Armadas da China, a Portugal.
ESLOVÁQUIA	- Troca de experiência no âmbito das forças especiais, em Portugal; - Reunião da Comissão Mista, em Bratislava; - Conversações sobre comunicações militares, em Portugal; - Troca de experiência entre unidades de artilharia e observação de um exercício de fogos reais, na Eslováquia; - Participação num exercício CPX/Livex, na Eslováquia.
ESLOVÉNIA	- Visita oficial do Ministro da Defesa da Eslovénia, Anton Grizold, a Portugal; - Troca de experiência sobre inspecção de Defesa, na Eslovénia; - Frequência no Curso de Montanhismo Avançado, na Eslovénia; - Frequência do Curso de Sobrevivência em Terra e no Mar, em Portugal; - Troca de experiência sobre manutenção e utilização de veículos e equipamentos relacionados com a actividade aeronáutica em aeroportos militares, em Portugal.
ESPAÑA	- XIX Cimeira Luso-Espanhola entre ministros da Defesa, em Portugal.
EUA	- Reunião da Comissão Bilateral Permanente, em Washington; - Reunião Preparatória da XXIII Reunião da Comissão Técnica, em Lisboa; - XXIII Reunião da Comissão Técnica, em Lisboa; - XV Reunião da Comissão Bilateral Permanente, em Lisboa.
FRANÇA	- Visita oficial da Ministra da Defesa da França, Michèle Alliot-Marie, a Portugal.

PAÍS	ACTIVIDADES
HUNGRIA	<ul style="list-style-type: none"> - Visita oficial de S. Ex^a. o Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, Dr. Henrique de Freitas, a Budapeste; - Conversações sobre formação e treino de militares a nível superior e a nível de sargentos, bem como as possibilidades de cooperação bilateral nesta área, em Budapeste; - Conversações sobre logística, em Budapeste; - Visita de uma delegação da Universidade de Defesa Nacional Miklós Zrínyi ao IDN, em Lisboa; - Reunião da Comissão Mista, em Lisboa; - Visita oficial a Portugal do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea húngara; - Negociação de um MoU na área do armamento e equipamentos de Defesa e conversações sobre a política de aquisição de equipamentos militares em ambos os países, em Lisboa; - Troca de experiência sobre Planeamento Civil de Emergência, em Portugal; - Visita ao Instituto Geográfico do Exército e negociação de um acordo técnico no domínio da geografia militar, em Lisboa.
LETÓNIA	<ul style="list-style-type: none"> - Conversações sobre a experiência portuguesa no âmbito da profissionalização das Forças Armadas, em Lisboa.
MARROCOS	<ul style="list-style-type: none"> - Visita de uma delegação do <i>Collège Royal d'Enseignement Militaire</i>, chefiada pelo respectivo comandante, ao Instituto da Defesa Nacional para definição da cooperação futura; - Visita ao Arsenal do Alfeite, para conhecimento do projecto de construção, nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, dos novos navios-patrolha que equiparão a Marinha de Guerra portuguesa, em Lisboa; - Estágio de simulador de voo C-130, em Rabat; - Visita à Academia da Força Aérea, em Portugal; - Estágio de simulador de voo C-130, em Marrocos; - Visita à "École Royale de l'Air" ; - Estágio de simulador de voo C-130, em Marrocos; - Visita à Escola Real de Cavalaria, em Marrocos; - Visita de uma delegação marroquina ao Instituto Geográfico do Exército, em Portugal; - Intercâmbio entre esquadras, em Portugal; - Visita à Escola Real de Infantaria, em Marrocos; - Estágio de fisiologia de voo, em Portugal; - Frequência no Curso de Sobrevivência em Terra e no Mar, em Portugal; - Estágio de simulador de voo C-130, em Marrocos; - Frequência por um Oficial marroquino do Curso Superior Naval de Guerra, em Portugal; - Conclusão com aproveitamento do Curso de Especialização de Oficiais em Hidrografia, em Portugal; - Reunião da Comissão Mista em Rabat, tendo sido presidida, da parte portuguesa, por S. Ex^a. o Ministro de Estado e da Defesa Nacional, Dr. Paulo Portas.
POLÓNIA	<ul style="list-style-type: none"> - Visita de uma delegação da Academia da Força Aérea polaca, a Portugal; - Troca de experiência no domínio do treino de fisiologia de voo, para pilotos, na Polónia; - Visita de uma delegação polaca ao Regimento de Artilharia, no Porto; - Reunião da Comissão Mista, em Portugal; - Observação de um exercício da VI Brigada Aerotransportada, na Polónia; - Frequência do Curso de Sobrevivência em Terra e no Mar, em Portugal; - Visita ao Instituto Geográfico do Exército e preparação da negociação de um MoU entre as instituições dos dois países, em Lisboa.
REPÚBLICA CHECA	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião da Comissão Mista, em Praga; - Troca de experiência no âmbito das forças especiais, em Portugal; - Troca de experiência sobre cartografia militar, em Praga.

PAÍS	ACTIVIDADES
ROMÉNIA	<ul style="list-style-type: none"> - Comissão Mista, em Lisboa; - Realização de consultas sobre apoio logístico em bases aéreas, em Portugal; - Visita ao Instituto de Altos Estudos Militares, na Roménia; - Reunião da Comissão Técnica Mista no domínio do armamento, em Bucareste; - Consultas sobre gestão dos sistemas de comunicações, em Bucareste; - Troca de experiência no âmbito da formação em matéria de Defesa antiaérea e mísseis terra-ar, na Roménia; - Visita oficial do Ministro da Defesa da Roménia, Dr. Ioan Mircea Pascu, a Portugal; - Conversações sobre serviços de apoio religiosos, na Roménia; - Conversações sobre protecção ambiental no domínio da Defesa, em Portugal; - Decorreu a actividade sobre <i>"Exchange of experience on air traffic control, air traffic legislation, air space management and international co-ordination, diplomatic clearance procedures for military aircraft"</i>, em Lisboa; - Visita de uma delegação do Colégio de Defesa Nacional da Roménia a Portugal; - Troca de experiência no campo da medicina aeronáutica, em Portugal; - Consultas com o Estado-Maior do Exército sobre <i>"achievement of the communications system at tactical and operative echelons in accordance with NATO structure"</i>, em Portugal.
RÚSSIA	<ul style="list-style-type: none"> - Primeira reunião do Acordo para a Prevenção de Incidentes no Mar fora das Águas Territoriais, em Portugal.
TUNÍSIA	<ul style="list-style-type: none"> - Conversações sobre formação de sargentos. Intercâmbio entre escolas de formação de sargentos, em Portugal; - Visita de uma delegação tunisina ao Arsenal do Alfeite e conversações sobre construção naval, em Portugal; - Visita à Academia Militar tunisina, em Tunísia; - Frequência no Curso de Sobrevivência em Terra e no Mar, em Portugal; - Visita ao Arsenal do Alfeite, para conhecimento do projecto de construção, nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, dos novos navios-patrolha que equiparão a Marinha de Guerra portuguesa, em Lisboa; - Visita à Academia da Força Aérea, em Portugal; - Visita à <i>"École de Spécialité Aérienne"</i>, na Tunísia; - Reunião da Comissão Mista, em Tunísia; - Estágio de fisiologia de voo, em Portugal; - Estágio a bordo do NRP Polar, em Portugal; - Visita à Academia Militar, em Portugal; - Assinatura de um Memorando de Entendimento no domínio da hidrografia, em Tunísia.
TURQUIA	<ul style="list-style-type: none"> - Visita oficial do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas da Turquia, General Özkök, a Portugal.

3.1.3 – Cruzeiros de investigação científica

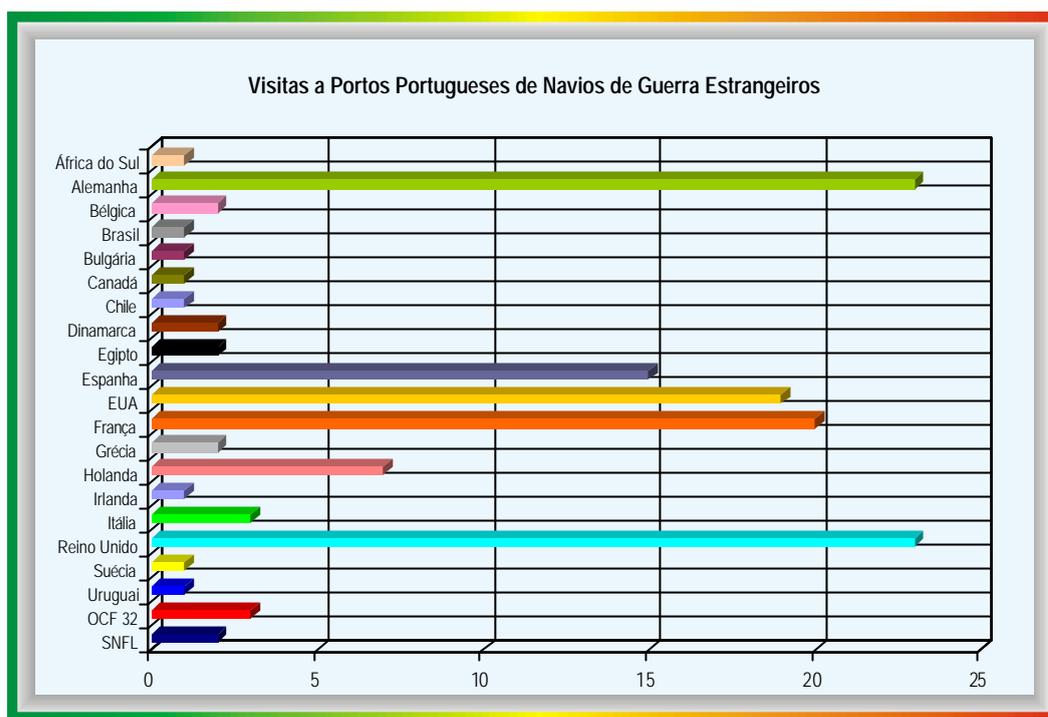
No âmbito das relações bilaterais, foram processados os pedidos de autorização diplomática para operação de navios científicos nas áreas de jurisdição nacional. As principais áreas de investigação destes cruzeiros incluíram trabalhos de oceanografia, hidrografia, biologia marítima, investigação de recursos pesqueiros, lançamento de cabos submarinos e prospecção mineira.

PAÍS	CRUZEIROS
Alemanha	9
EUA	2
França	6
Holanda	2
Reino Unido	3
Rússia	2
TOTAL	24

3.1.4 – Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros

Relação dos pedidos de autorização diplomática para visita de navios de guerra estrangeiros:

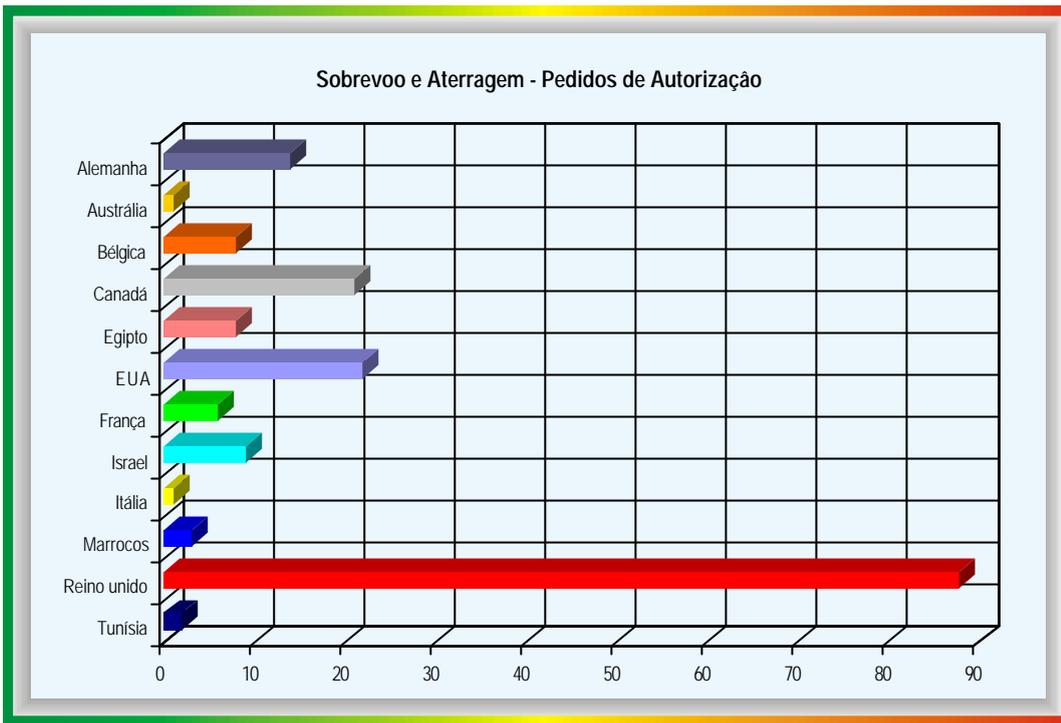
PAÍS / ORGANIZAÇÃO	VISITAS
África do Sul	1
Alemanha	23
Bélgica	2
Brasil	1
Bulgária	1
Canadá	1
Chile	1
Dinamarca	2
Egipto	2
Espanha	15
EUA	19
França	20
Grécia	2
Holanda	7
Irlanda	1
Itália	3
Reino Unido	23
Suécia	1
Uruguai	1
OCF 32	3
SNFL	2
TOTAL	131



3.1.5 – Sobrevoos e aterragem - Pedidos de autorização

Para aeronaves transportando material contencioso:

PAÍS	SOBREVOOS E ATERRAGENS
Alemanha	14
Austrália	1
Bélgica	8
Canadá	21
Egipto	8
EUA	22
França	6
Israel	9
Itália	1
Marrocos	3
Reino Unido	88
Tunísia	2
TOTAL	183



COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

NOTA EXPLICATIVA

Os quadros relativos à Cooperação Técnico-Militar (CTM) com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) procuram identificar e quantificar as acções realizadas, as áreas de intervenção e os co-relativos investimentos.

A Cooperação Técnico-Militar com os PALOP executa-se através de programas-quadro (planos directores) bilaterais, de carácter indicativo, constituídos por projectos, bem como através de acções de natureza complementar, decorrentes de novos conceitos aplicados à execução da política de CTM, essencialmente dirigidas à capacitação dos órgãos de concepção, coordenação e direcção das políticas de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

A execução dos projectos contempla quatro componentes: assessorias técnicas e/ou unidades móveis de instrução, recuperação de infra-estruturas locais, fornecimento de equipamento e formação de pessoal em Portugal e/ou nos PALOP.

A componente formação de pessoal constitui-se como nuclear. Para além do estabelecimento anual de um programa de formação de pessoal dos PALOP em Portugal, os projectos que se executam, no terreno, são na sua maioria direccionados para a criação e/ou reorganização de estabelecimentos de ensino e centros de instrução/formação militar nos PALOP, com o objectivo de, progressivamente, se irem criando capacidades que permitam aos PALOP ficarem auto-suficientes no domínio da formação e instrução das respectivas Forças Armadas.

Decorrente da inclusão da cooperação no domínio da Defesa, na recente emenda à Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/CPLP, a CTM alargou a sua actividade ao nível multilateral.

As acções de CTM executadas multilateralmente são definidas e avaliadas pelos ministros da Defesa da CPLP em sede das respectivas reuniões anuais.

Os encargos relativos ao suporte financeiro dos programas-quadro da cooperação técnico-militar bilateral e no formato CPLP inscrevem-se na contribuição portuguesa para a ajuda pública ao desenvolvimento (APD portuguesa).

CONCEITOS

Cooperação Técnico-Militar com os PALOP

Conjunto de acções que constituem simultaneamente um vector para a consolidação do sistema democrático dos países beneficiários, através da organização/formação de Forças Armadas apolíticas, garante do regular funcionamento das instituições e vector do desenvolvimento económico e social, através da formação de quadros e organização de estruturas funcionais.

Multilateralização da Cooperação Técnico-Militar no Formato Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Desenvolvimento de acções de CTM conjuntas, ao nível dos países que constituem a CPLP, com o objectivo de, por um lado, colocar ao dispor de todos os países lusófonos as capacidades de cada um e, por outro lado, fomentar a preparação e treino de forças conjuntas vocacionadas para o desempenho de missões de manutenção de paz, de ajuda humanitária e de gestão de crises.

Projecto de Cooperação Técnico-Militar

Mecanismo de duração trienal, destinado à prossecução de um objectivo previamente definido e executado através de várias componentes (formação de pessoal, assessorias, reabilitação de infra-estruturas, fornecimento de material). O conjunto dos projectos aprovados bilateralmente designa-se por programa-quadro de duração trienal.

Outras Acções

Acções que não se integram em nenhum projecto específico, mas que se revelam complementares e/ou indispensáveis.

Acções de Formação, Promoção e Especialização e Qualificação

Cursos de duração variável, ministrados sob a responsabilidade de um estabelecimento, unidade ou órgão militar ou civil sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional e que visam a formação, promoção, qualificação ou especialização e actualização do militar.

Assistência Hospitalar

Assistência médica em hospitais militares portugueses, de militares das Forças Armadas dos PALOP, evacuados dos respectivos países por reconhecida falta de capacidade nos países de origem. Esta assistência poderá ser extensiva a familiares (cônjuges e/ou filhos).

Despesas de Estrutura

Despesas relativas a encargos assumidos com a manutenção de residências destinadas ao alojamento de militares portugueses destacados nos PALOP no desempenho de missões de Cooperação Técnico-Militar, com o parque de viaturas e com o pessoal de apoio nacional e/ou recrutado localmente, comunicações, etc.

3.2 – COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

3.2.1 – Projectos de cooperação técnico-militar com os PALOP

República de Cabo Verde
Apoio Técnico à Estrutura Superior das Forças Armadas Apoio à Organização e Funcionamento do Instituto de Estudos Militares (IEM) Apoio à Componente da Guarda Costeira e Unidade de Fuzileiros Apoio ao Centro de Instrução Militar Conjunto do Morro Branco Apoio à Formação de Unidades de Forças Especiais
República da Guiné-Bissau
Apoio à Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas Organização do Sistema de Formação e de Instrução Militar dos Três Ramos das Forças Armadas / CIM Cumeré Desenvolvimento do Serviço de Transmissões Militares Formação e Organização da Unidade de Engenharia Militar de Construções Apoio no Âmbito do Serviço de Material
República Democrática de S. Tomé e Príncipe
Reorganização do Comando do Exército Organização da Guarda Costeira Desenvolvimento do Sistema de Comunicações Militares Desenvolvimento das Capacidades da Engenharia Militar Sustentação da Rede de Ajudas Visuais à Navegação
República de Angola
Apoio ao MINDEN / EMGFAA Instituto Superior de Ensino Militar Academia Militar Centro de Instrução de Comandos Marinha de Guerra Angolana Força de Fuzileiros Navais Apoio ao Comando e Sistemas Funcionais do Exército Centro de Instrução do Regimento de Polícia Militar Banda de Música e Levantamento das Fanfarras Escola de Sargentos do Exército (Lubango) Escola de Oficiais do Exército (Lobito) Escola de Aviação (Lobito) Apoio Fisiátrico às Crianças Vítimas da Guerra (AFICRA)

República de Moçambique

Apoio à Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique

Apoio à Organização do Sistema de Fiscalização das Águas Territoriais e da Marinha de Guerra de Moçambique

Apoio à Organização e Funcionamento da Academia Militar

Apoio Técnico ao Centro de Formação da Polícia Militar

Apoio Técnico ao Centro de Instrução de Forças Especiais

Apoio à Força Aérea de Moçambique na Área da Formação Técnica

Apoio Técnico à Organização do Sistema de Saúde Militar

3.2.2 – Despesas dos projectos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PALOP

(euros)

Tipo de Despesas com Projectos de Cooperação	PAÍSES										TOTAL	
	República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique			
	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor
Assessorias e/ou Unidades Móveis	8	66.290	26	222.038	20	75.980	74	823.860	70	514.054	198	1.702.222
Recuperação de infra-estruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material	-	89.149	-	381.293	-	152.186	-	147.497	-	20.886	-	791.011
Transporte de material e pessoal	-	5.057	-	15.670	-	6.053	-	66.364	-	38.069	-	131.213
Formação de pessoal	-	32.785	-	3.163	-	24.979	-	16.698	-	56.720	-	134.345
TOTAL	8	193.281	26	622.164	20	259.198	74	1.054.419	70	629.729	198	2.758.791

3.2.3 – Formação de militares dos PALOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA's

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		PAÍSES					TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
Formação	Marinha	6	4	2	9	9	30
	Exército	10	1	6	9	10	36
	Força Aérea	-	-	-	9	6	15
Promoção	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	2	4	2	2	4	14
	Força Aérea	-	-	-	5	1	6
Actualização	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	-	-	-
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-
Qualificação	Marinha	-	2	1	-	1	4
	Exército	2	2	-	2	3	9
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-
TOTAL	Marinha	6	6	3	9	10	34
	Exército	14	7	8	13	17	59
	Força Aérea	-	-	-	14	7	21

3.2.4 – Despesas suportadas pelos Ramos das FA's

(euros)

Ramo das Forças Armadas		PAÍSES					TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
Formação em Portugal	Marinha	7.355	4.013	2.917	9.681	10.624	34.590
	Exército	74.474	26.274	41.006	63.060	73.004	277.818
	Força Aérea	-	-	-	54.237	15.876	70.113
Vencimentos dos militares em missões nos PALOP	Marinha	66.728	23.166	4.871	128.159	194.587	417.511
	Exército	978	158.123	64.391	7.328.147	351.951	7.903.590
	Força Aérea	-	-	497	132.680	-	133.177
Material fornecido	Marinha	450	456	-	606	2.263	3.775
	Exército	-	-	-	-	-	-
	Força Aérea	-	-	750	5.750	-	6.500
Outros custos	Marinha	22	4	4	246	4.666	4.942
	Exército	3.667	22.607	5.652	60.774	28.410	121.110
	Força Aérea	-	-	-	46.653	14.208	60.861
TOTAL	Marinha	74.555	27.639	7.792	138.692	212.140	460.818
	Exército	79.119	207.004	111.049	7.451.981	453.365	8.302.518
	Força Aérea	-	-	1.247	239.320	30.084	270.651

3.2.5 – Formação de militares nos PALOP por tipo de curso e por Ramo das FA's

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		PAÍSES					TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
Formação	Marinha	84	-	-	456	467	1.007
	Exército	-	698	47	605	554	1.904
	Força Aérea	-	-	-	19	-	19
Promoção	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	-	-	-
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-
Actualização	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	643	13	656
	Força Aérea	-	-	-	31	-	31
Qualificação	Marinha	-	-	-	15	30	45
	Exército	-	-	-	99	15	114
	Força Aérea	-	-	-	79	-	79
TOTAL	Marinha	84	-	-	471	497	1.052
	Exército	-	698	47	1.347	582	2.674
	Força Aérea	-	-	-	129	-	129

3.2.6 – Assistência hospitalar em Portugal a militares dos PALOP e seus familiares e respectivas despesas

(euros)

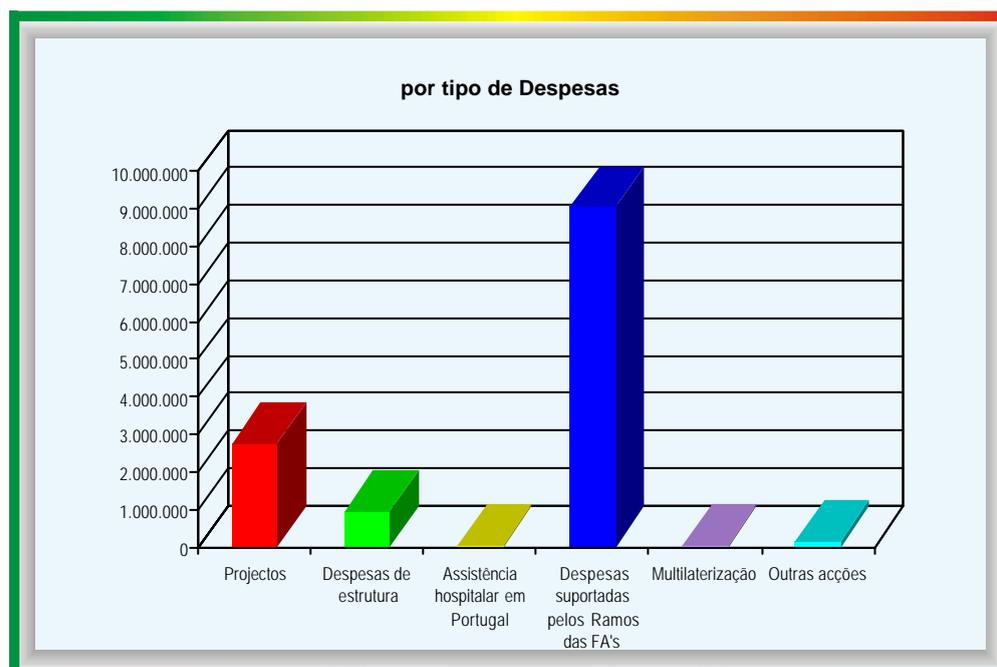
Pessoal Assistido	PAÍSES										TOTAL	
	República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique			
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Militares	4	19.072	2	6.430	7	8.387	9	11.052	1	47	23	44.988
Familiares	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	1	50
TOTAL	4	19.072	2	6.430	7	8.387	9	11.052	2	97	24	45.038

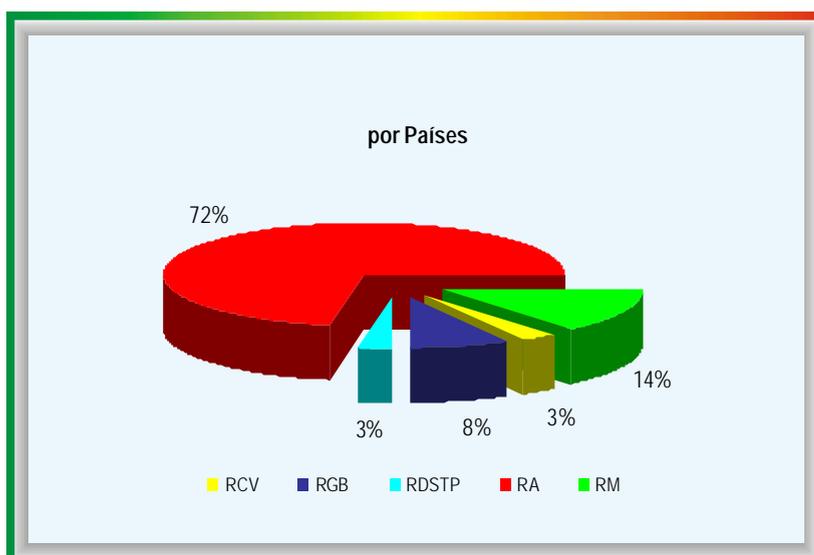
3.2.7 – Despesas globais da cooperação técnico-militar

(euros)

Tipo de Despesas	PAÍSES					TOTAL
	República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
Projectos	193.281	622.164	259.198	1.054.419	629.729	2.758.791
Despesas de estrutura	1.002	113.131	39.783	396.983	409.356	960.255
Assistência hospitalar em Portugal	19.072	6.429	8.387	11.052	97	45.037
Despesas suportadas pelos Ramos das FA's	153.674	234.643	120.088	7.829.993	695.589	9.033.987
Multilaterização	4.163	11.769	4.164	6.255	8.452	34.803
Outras acções	14.880	16.953	20.055	44.630	33.234	129.752
TOTAL	386.072	1.005.089	451.675	9.343.332	1.776.457	12.962.625

Distribuição





MISSÕES DE PAZ

CONCEITOS

Operações de Paz

Forma de resolução, prevenção e contenção de conflitos, através do uso do poder funcional, meios diplomáticos e militares dos Estados, a fim de prevenir o recurso à violência entre antagonistas infra e intra-estadual.

3.3 – MISSÕES DE APOIO À PAZ

3.3.1 – Envolvimento militar de Portugal em operações de apoio à paz

(euros)					
Organização	País	Operação	Meios	Efectivos	Despesas
NATO	Bósnia	SFOR II	1º BIPara Agr. GOLFE Cmd. MNBG QG/SFOR 1 C - 130	278 275 27 9 8	20.341.544
	Kosovo	KFOR APOD PRISTINA	QG/SFOR Equipa Sanitária	2 8	-
	Macedónia	ALLIED HARMONY	Equipa de Ligação	6	232.750
ONU	Timor	UNMISET	1º BIMEC Agr. FOXTROT QG/UNMISET Equipa de Controlo de Movimentos 2 CF Ref	491 491 10 5 314	30.553.028
UE	Macedónia	CONCORDIA	Equipa de Ligação	8	-
TOTAL	-	-	-	1.932	51.127.322

OBS.: Foi também considerada como Missão de Paz, e como tal financiada pelo mesmo processo das restantes missões, a participação nacional na STANAVFORLANT / NATO (Standing Naval Force Atlantic) que, em 2003, teve despesas no valor de 8.689.181 euros.

MISSÕES DE CARÁCTER HUMANITÁRIO

CONCEITOS

Operações Humanitárias

Acções conduzidas ou apoiadas por organizações militares com o objectivo de auxiliar populações vítimas por situações de emergência, cuja origem possa ter sido provocada por desastres naturais, catástrofes causadas por acções humanas, alterações civis e até, excepcionalmente, por situações de guerra.

3.4 – MISSÕES DE CARÁCTER HUMANITÁRIO

3.4.1 – Apoio militar à ajuda humanitária

Destino	Ramo	Âmbito	Período	Meios	Objectivo
Irão	Força Aérea	Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil	DEZ-JAN	1 C-130 (2 tripulações)	Transporte de material e de equipas de socorro para apoio às vítimas do sismo na cidade iraníana de BAM

PESSOAL

Os dados apresentados no presente capítulo, da responsabilidade da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), visam analisar quantitativamente os recursos humanos (pessoal militar, militarizado e civil) que servem directamente no âmbito da Defesa Nacional. Tal como no ano transacto, fixa-se o dia 31 de Dezembro como data de referência para a contabilização de todos os efectivos.

Referem-se igualmente os conceitos considerados essenciais, não só para a interpretação de informação que é tratada sob forma de quadros e gráficos, mas também para familiarização do público em geral com a realidade subjacente às Bases Gerais da Condição Militar e dos diversos diplomas que a corporizam, bem como com o ordenamento jurídico e de carreiras do pessoal civil.

CONCEITOS

Pessoal Militar

Enquadramento Legal

Na sequência da 4.^a Revisão Constitucional (Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 de Setembro), a actual Lei do Serviço Militar, aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro, criou um novo modelo de serviço militar que, em tempo de paz, assenta no voluntariado e cujo regime jurídico entrou em vigor com a publicação do Regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro. Tendo em vista facilitar a aquisição dos recursos humanos necessários, foi publicado o Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, que aprova um conjunto de incentivos à prestação de serviço militar nos regimes de contrato (RC) e de voluntariado (RV).

Em complemento, o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 12-A/2000, de 24 de Julho, e n.º 25/2000, de 23 de Agosto, procurou adaptar-se ao novo conceito de serviço militar assente no voluntariado e tornar compatíveis alguns aspectos do estatuto da condição militar com outras alterações, entretanto ocorridas, no âmbito da macroestrutura das Forças Armadas e da racionalização dos efectivos militares.

Atendendo ao novo quadro legal, a obrigação de prestar serviço efectivo normal (SEN) será eliminada num prazo máximo de quatro anos (até 19 de Novembro de 2004), sendo o número de cidadãos em SEN a incorporar gradualmente reduzido em função do aumento de efectivos nos regimes de contrato e de voluntariado.

Modalidades de Recrutamento e Formas de prestação de Serviço Militar

Assim, até à entrada em vigor do novo quadro legal, as formas de prestação de serviço militar eram as seguintes:

Recrutamento Geral, abrangendo a prestação de serviço militar conscricional e que compreendia:

- Militares em Serviço Efectivo Normal (SEN)

É o militar que, conscrito ao serviço militar ou voluntário, presta serviço nas Forças Armadas, decorrendo tal prestação desde o acto de incorporação até à data de passagem à situação de disponibilidade ou ao ingresso noutra forma de serviço efectivo.

Recrutamento Especial, englobava a prestação de serviço militar voluntário, temporário ou permanente e que compreendia:

- Militares dos Quadros Permanentes (QP)

É o militar que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, se encontra vinculado às Forças Armadas com carácter de permanência.

- Militares em Regime de Contrato (RC)

É o militar que, tendo cumprido o SEN e prestado serviço militar em RV pelo período mínimo de 12 meses, continua ou regressa ao serviço por um período de tempo limitado, com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas ou ao seu eventual recrutamento para os QP.

- Militares em Regime de Voluntariado (RV)

É o militar que, tendo cumprido o SEN, se mantém ao serviço por um período de tempo não superior a 18 meses, com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas, à passagem ao RC ou ao seu eventual recrutamento para os QP.

Serviço militar efectivo, decorrente de mobilização e requisição (artigos 28º e 29º da antiga LSM).

Com a entrada em vigor do novo quadro legal, as formas de prestação de serviço militar, reflectindo as diferentes modalidades de recrutamento, passaram a ser as seguintes:

Recrutamento normal, tendo por finalidade a prestação de serviço efectivo voluntário, compreendendo:

- Militares em Regime de Contrato (RC)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de tempo limitado (normalmente entre dois e seis anos), com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas ou ao seu eventual ingresso nos QP.

- Militares em Regime de Voluntariado (RV)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de 12 meses, incluindo o período de instrução, findo o qual pode ingressar no serviço efectivo em regime de contrato.

Durante o período de transição manter-se-á em vigor o SEN, o qual passará a abranger apenas os militares conscritos ao serviço militar.

Recrutamento especial, abrangendo a prestação de serviço efectivo por:

- Militar dos Quadros Permanentes (QP)

É o militar que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, se encontra vinculado às Forças Armadas com carácter de permanência.

Recrutamento excepcional, abrangendo a situação dos cidadãos colocados nas reservas de recrutamento e de disponibilidade, chamados a prestar serviço militar decorrente de convocação e mobilização (artigos 18º, 34º e 36º da nova LSM).

Situações em que se encontra o militar dos Quadros Permanentes:

- Activo

Considera-se no activo o militar dos QP que se encontre afecto a serviço efectivo ou em condições de ser chamado ao seu desempenho e não tenha sido abrangido pelas situações de reserva ou de reforma;

- Reserva

É a situação para que transita o militar dos QP no activo, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR, mantendo-se, no entanto, disponível para o serviço;

- Reforma

É a situação para que transita o militar dos QP no activo ou na reserva, que seja abrangido pelo disposto no artigo 160º do EMFAR.

Pessoal Militarizado

Na Marinha e no Exército existem quadros de pessoal militarizado, os quais foram originados pela necessidade de satisfação de um conjunto de tarefas próprias desses Ramos num âmbito não especificamente militar.

Pessoal Civil

Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, e Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

Pessoal Civil dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA)

Pessoal que integra os estabelecimentos fabris, na dependência directa dos Ramos das FA's, que foram criados com vista ao desempenho da função "Arsenal", imprescindível na época, para o adequado desempenho das missões atribuídas às FA's.

4.1 – PESSOAL

4.1.1 – Pessoal Militar

4.1.1.1 – Pessoal Militar, Segundo Regime e Situação, em 31 DEZ

Ano: 2003

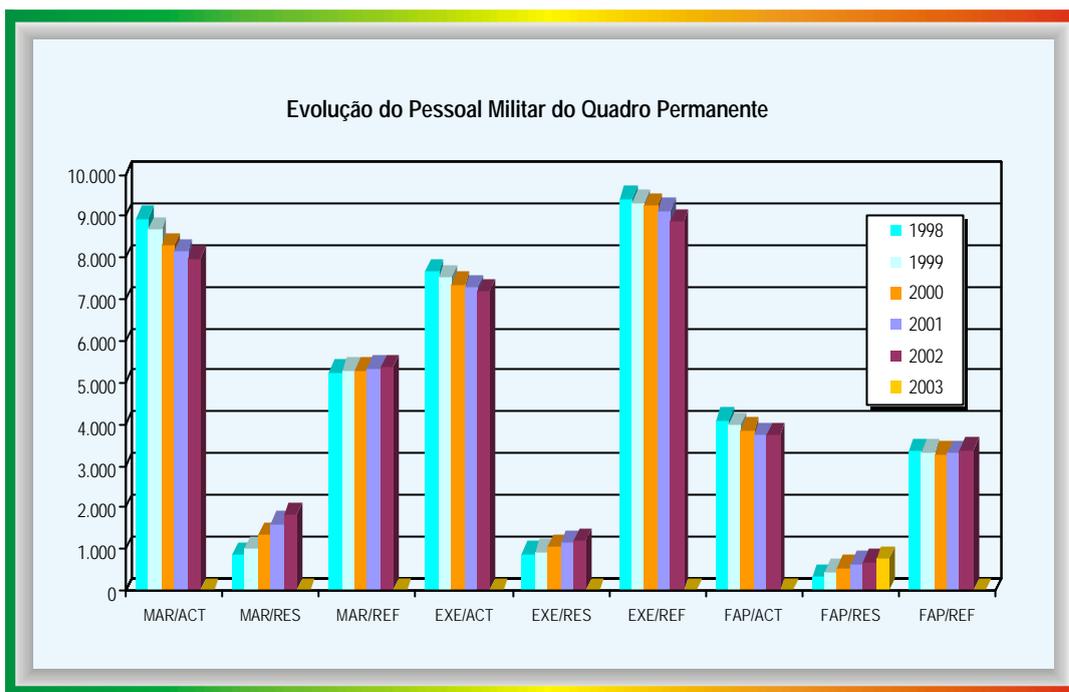
Situação	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa Quadro Permanente (Activo)		7.890	7.065	3.704	18.659
RC Regime de Contrato		2.544	9.942	3.543	16.029
RV Regime de Voluntariado		3	1.444	-	1.447
SEN Serviço Efectivo Normal (a)		142	3.626	-	3.768
	SUBTOTAL	10.579	22.077	7.247	39.903
QPrs Quadro Permanente (Reserva)		2.068	1.253	769	4.090
QPrf Quadro Permanente (Reforma)		5.392	9.035	3.332	17.759
	SUBTOTAL	7.460	10.288	4.101	21.849
	TOTAL	18.039	32.365	11.348	61.752

(a) Exclui os incorporados através do recrutamento especial.

4.1.1.2 – Dados Retrospectivos dos Últimos Cinco Anos

4.1.1.2.1 – Militares do Quadro Permanente

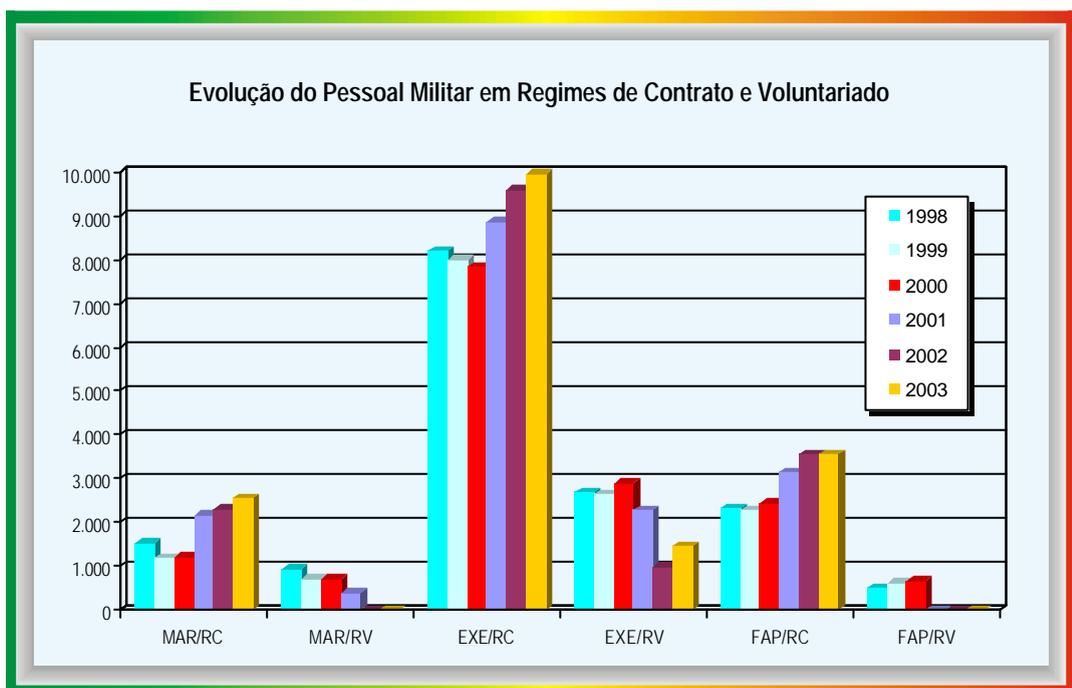
Situação	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa - Quadro Permanente (Activo)	2002	7.968	7.171	3.726	18.865
	2001	8.130	7.268	3.740	19.138
	2000	8.282	7.358	3.844	19.484
	1999	8.665	7.512	3.977	20.154
	1998	8.937	7.654	4.087	20.678
QPrs - Quadro Permanente (Reserva)	2002	1.825	1.189	691	3.705
	2001	1.606	1.140	636	3.382
	2000	1.339	1.045	555	2.939
	1999	1.009	937	445	2.391
	1998	862	880	343	2.085
QPrf - Quadro Permanente (Reforma)	2002	5.370	8.857	3.368	17.595
	2001	5.328	9.136	3.309	17.773
	2000	5.297	9.239	3.320	17.856
	1999	5.289	9.308	3.318	17.915
	1998	5.252	9.413	3.355	18.020



MAR – Marinha; EXE – Exército; FAP – Força Aérea Portuguesa
 ACT – Activo; RES – Reserva; REF - Reforma

4.1.1.2.2 – Militares não Pertencentes ao Quadro Permanente

Situação	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
RC - Regime de Contrato	2002	2.295	9.593	3.543	15.431
	2001	2.153	8.866	2.282	13.301
	2000	1.198	7.840	2.445	11.483
	1999	1.184	7.998	2.282	11.464
	1998	1.531	8.205	2.321	12.057
RV - Regime de Voluntariado	2002	4	976	-	980
	2001	381	2.277	-	2.658
	2000	699	2.890	662	4.251
	1999	705	2.642	625	3.972
	1998	911	2.689	490	4.090
SEN - Mancebos que nos anos considerados passaram pelas fileiras das FA's em Serviço Efectivo Normal	2002	465	8.644	-	9.109
	2001	356	2.977	-	3.333
	2000	607	6.170	-	6.777
	1999	625	25.137	-	25.762
	1998	1.762	27.026	-	28.788



MAR - Marinha; EXE - Exército; FAP - Força Aérea Portuguesa

RC - Regime de Contrato; RV - Regime de Voluntariado

4.1.1.3 – Militares do QP, Activo, Quanto à Efectividade de Serviço (a)

Ano: 2003

Situação	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Comissão normal		7.809	7.065	3.673	18.547
Comissão especial		1	-	2	3
Inactividade temporária		52	1	-	53
Licença sem vencimento		28	43	28	99
TOTAL		7.890	7.109	3.703	18.702

(a) Artigo 145.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

4.1.1.4 – Distribuição Hierárquica do Pessoal Militar (a)

Ano: 2003

Situação	Ramo das FA's	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Oficiais Generais	Almirante da Armada; Marechal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Almirante; General	2	-	-	1	-	-	2	-	-	5	-	-
	Vice-Almirante; Tenente-General	10	-	-	18	-	-	9	-	-	37	-	-
	Contra-Almirante; Major-General	23	-	-	45	-	-	24	-	-	92	-	-
	Comodoro; Brigadeiro-General	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SUBTOTAL	35	-	-	64	-	-	35	-	-	134	-	-
Oficiais	Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	118	-	-	250	-	-	100	-	-	468	-	-
	Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	222	-	-	534	-	-	220	-	-	976	-	-
	Capitão-Tenente; Major	320	-	-	648	-	-	276	-	-	1.244	-	-
	1º Tenente; Capitão	405	-	-	762	-	-	490	-	-	1.657	-	-
	2º Tenente; Tenente	183	74	-	312	342	-	152	211	-	647	627	-
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	57	73	-	62	310	9	23	233	-	142	616	9
	Aspirante a Oficial	-	22	-	-	12	12	-	41	-	-	75	12
	SUBTOTAL	1.305	169	-	2.568	664	21	1.261	485	-	5.134	1.318	21
Sargentos	Sargento-Mor	81	-	-	162	-	-	34	-	-	277	-	-
	Sargento-Chefe	151	-	-	382	-	-	122	-	-	655	-	-
	Sargento-Ajudante	451	-	-	1.418	-	-	376	-	-	2.245	-	-
	1º Sargento	1.625	-	-	2.247	360	-	1.642	26	-	5.514	386	-
	2º Sargento	425	7	-	219	494	-	234	23	-	878	524	-
	Subsargento; Furriel	-	28	-	-	329	1	-	-	-	-	357	1
	2º Subsargento; 2º Furriel	-	-	-	-	99	33	-	-	-	-	99	33
	SUBTOTAL	2.733	35	-	4.428	1.282	34	2.408	49	-	9.569	1.366	34
Praças	Cabo; Cabo de Secção	2.552	-	-	2	-	-	-	-	-	2.554	-	-
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	1.265	252	-	3	1.153	-	-	607	-	1.268	2.012	-
	2º Marinheiro; 1º Cabo	-	1.054	-	-	1.438	5	-	1.710	-	-	4.202	5
	1º Grumete; 2º Cabo	-	703	2	-	540	14	-	391	-	-	1.634	16
	2º Grumete; Soldado; Sold. Cadete	-	331	1	-	4.865	1370	-	301	-	-	5.497	1.371
	SUBTOTAL	3.817	2.340	3	5	7.996	1.389	-	3.009	-	3.822	13.345	1.392
TOTAL	7.890	2.544	3	7.065	9.942	1.444	3.704	3.543	-	18.659	16.029	1.447	

(a) De acordo com o quadro Anexo I ao Artigo 28º do EMFAR, aprovado pelo DL n.º 236/99, de 25 de Junho.
QPa - Quadro Permanente (Activo)

4.1.1.5 – Estrutura Etária do Pessoal Militar

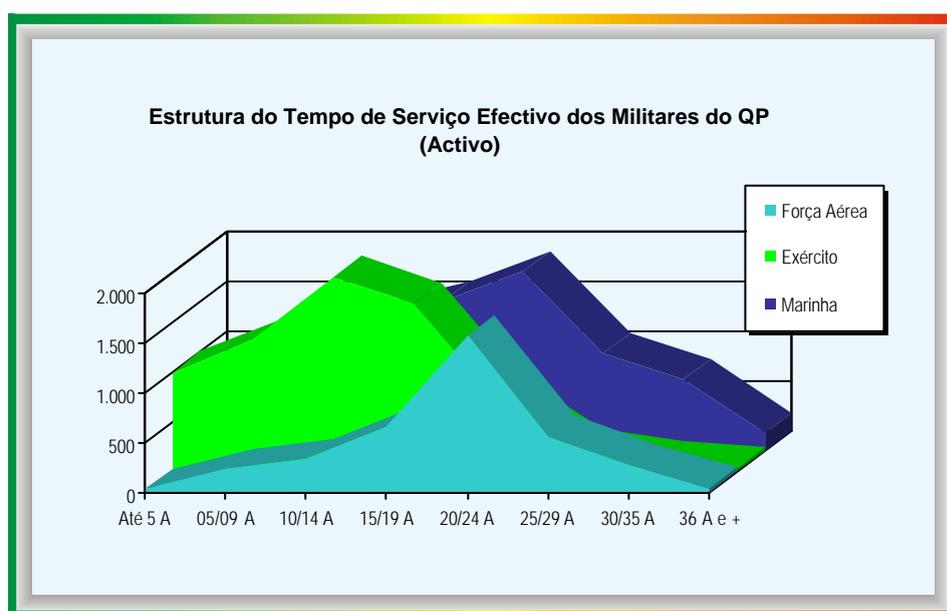
Ano: 2003

Situação	Ramo das FA's			Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Até 20 anos	7	502	-	-	9	14	-	281	-	7	792	14			
20/24 anos	587	1.767	1	24	5.167	1.386	12	2.235	-	623	9.169	1387			
25/29 anos	1.031	249	2	517	3.952	43	301	967	-	1.849	5.168	45			
30/34 anos	1.110	25	-	976	780	1	335	59	-	2.421	864	1			
35/39 anos	1.578	1	-	1.652	34	-	828	1	-	4.058	36	-			
40/44 anos	1.569	-	-	1.901	-	-	1.494	-	-	4.964	-	-			
45/49 anos	1.267	-	-	1.328	-	-	422	-	-	3.017	-	-			
50/54 anos	569	-	-	453	-	-	258	-	-	1.280	-	-			
55/59 anos	168	-	-	202	-	-	50	-	-	420	-	-			
60/64 anos	4	-	-	11	-	-	4	-	-	19	-	-			
65 anos e mais	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-			
TOTAL	7.890	2.544	3	7.065	9.942	1.444	3.704	3.543	-	18.659	16.029	1.447			

4.1.1.6 – Estrutura de Tempo de Serviço dos Militares do QP, no Activo

Ano: 2003

Situação	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos		370	998	30	1.398
05 / 09 anos		1.061	1.326	235	2.622
10 / 14 anos		1.299	1.957	333	3.589
15 / 19 anos		1.498	1.689	650	3.837
20 / 24 anos		1.800	741	1.574	4.115
25 / 29 anos		981	230	562	1.773
30 / 35 anos		711	93	277	1.081
36 anos e mais		170	31	43	244
TOTAL		7.890	7.065	3.704	18.659



4.1.1.7 – Origem Geográfica dos Militares

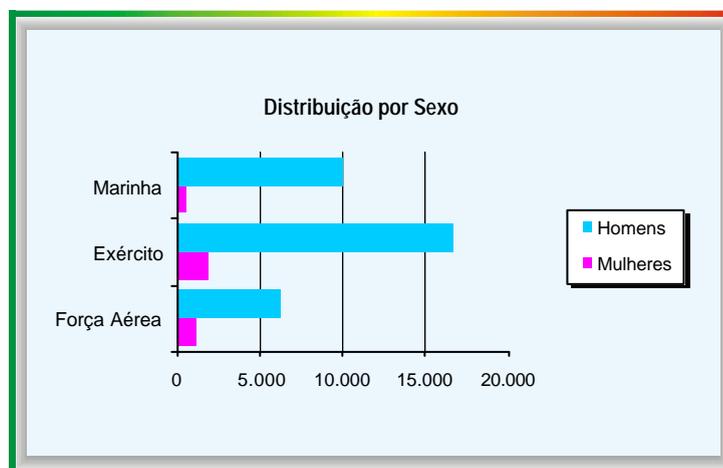
Ano: 2003

Ramo das FA's	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Aveiro	124	77	1	167	455	86	75	109	-	366	641	87
Beja	326	76	-	115	176	24	84	64	-	525	316	24
Braga	136	88	-	164	660	93	60	95	-	360	843	93
Bragança	240	64	-	266	288	30	82	78	-	588	430	30
Castelo Branco	339	78	-	234	351	42	129	68	-	702	497	42
Coimbra	292	105	1	331	533	72	172	131	-	795	769	73
Évora	382	67	-	248	246	26	132	77	-	762	390	26
Faro	272	111	-	88	173	26	76	66	-	436	350	26
Guarda	174	47	-	226	281	30	88	56	-	488	384	30
Leiria	225	97	-	199	369	76	176	166	-	600	632	76
Lisboa	2.007	683	-	2.206	1.283	214	1.082	1.136	-	5.295	3.102	214
Portalegre	332	59	-	240	222	22	128	61	-	700	342	22
Porto	265	167	-	335	1.144	197	143	283	-	743	1594	197
Santarém	523	147	-	530	637	102	348	216	-	1.401	1.000	102
Setúbal	823	312	-	286	625	101	193	239	-	1.302	1.176	101
Viana do Castelo	178	48	-	79	292	27	30	55	-	287	395	27
Vila Real	183	58	-	279	549	52	79	90	-	541	697	52
Viseu	318	91	1	421	666	69	131	139	-	870	896	70
Açores	51	19	-	54	427	123	30	88	-	135	534	123
Madeira	33	16	-	69	565	32	23	13	-	125	594	32
Outras origens	667	134	-	528	-	-	443	313	-	1.638	447	-
TOTAL	7.890	2.544	3	7.065	9.942	1.444	3.704	3.543	-	18.659	16.029	1.447

4.1.1.8 – Distribuição por Sexo de Pessoal Militar

Ano: 2003

Ramo das FA's	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Masculino	7.724	2.218	3	6.951	8.296	1.407	3.585	2.564	-	18.260	13.078	1.410
Feminino	166	326	-	114	1.646	37	119	979	-	399	2.951	37
TOTAL	7.890	2.544	3	7.065	9.942	1.444	3.704	3.543	-	18.659	16.029	1.447



4.1.1.9 – Promoção de Militares do QP

Ano: 2003

Situação		Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Oficiais Generais	Almirante da Armada; Marechal		-	-	-	-
	Almirante; General		-	1	1	2
	Vice-Almirante; Tenente-General		-	8	4	12
	Contra-Almirante; Major-General		5	13	7	25
	Comodoro; Brigadeiro-General		-	-	-	-
	SUBTOTAL		5	22	12	39
Oficiais	Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel		25	42	28	95
	Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel		35	90	34	159
	Capitão-Tenente; Major		47	79	39	165
	1º Tenente; Capitão		78	62	44	184
	2º Tenente; Tenente		55	68	39	162
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes		57	61	42	160
	SUBTOTAL		297	402	226	925
Sargentos	Sargento-Mor		36	57	25	118
	Sargento-Chefe		53	67	18	138
	Sargento-Ajudante		136	69	51	256
	1º Sargento		132	80	1	213
	2º Sargento		115	75	103	293
	Subsargento; Furriel		-	-	-	-
	SUBTOTAL		472	348	198	1.018
Praças	Cabo; Cabo de Secção		201	-	-	201
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto		150	-	-	150
	SUBTOTAL		351	-	-	351
TOTAL			1.125	772	436	2.333

4.1.1.10 – Pessoal Militar, Ingressos e Saídas por Categorias e Formas de Prestação de Serviço

Ano: 2003

Situação		Ramo das FA's			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Ingressos	Oficiais	41	4	-	48	36	30	42	59	-	131	99	30
	Sargentos	12	-	-	80	188	45	103	-	-	195	188	45
	Praças	152	732	-	-	2.101	1.333	-	441	-	152	3.274	1.333
	TOTAL	205	736	-	128	2.325	1.408	145	500	-	478	3.561	1.408

Saídas	Oficiais	76	13	-	106	159	1	59	26	-	241	198	1
	Sargentos	235	17	-	128	252	7	77	6	-	440	275	7
	Praças	115	416	1	-	1.565	932	-	260	-	115	2.241	933
	TOTAL	426	446	1	234	1.976	940	136	292	-	796	2.714	941

4.1.2 – Pessoal Militarizado

4.1.2.1 – Pessoal Militarizado da Defesa Nacional

MARINHA	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Polícia Marítima	457	480	501	509	519	494
Polícia dos Estabelecimentos de Marinha	116	121	120	124	123	122
Cabos de Mar	-	-	-	-	-	-
Troço de mar	219	230	235	237	232	235
Práticos/Costa Algarve	2	2	2	2	2	2
Faroleiros	167	176	174	165	156	153
TOTAL	961	1.009	1.032	1.037	1.032	1.006

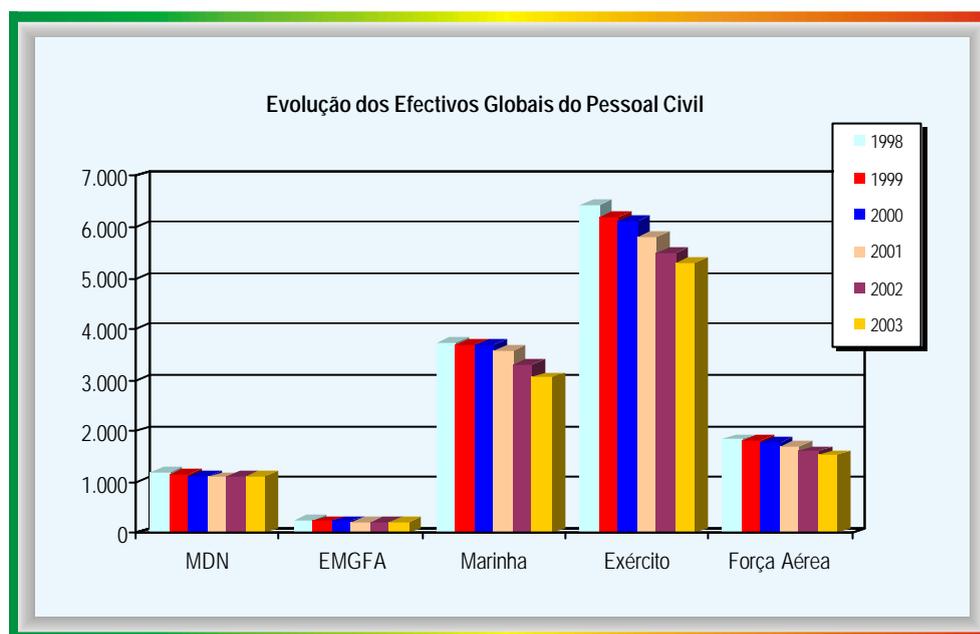
EXÉRCITO	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Técnico-Profissional e Administrativo	48	39	31	28	27	14
Construção Civil	-	-	-	-	-	-
Serralharia	-	-	-	-	-	-
Armazém	1	-	-	-	-	-
Auxiliar de Serviços	23	21	21	18	17	4
Motorista	13	11	10	9	7	6
Tratador	8	7	7	7	7	6
Vigilante	16	16	11	7	6	4
TOTAL	109	94	80	69	64	34



4.1.3 – Pessoal Civil

4.1.3.1 – Efectivos Globais

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2003	1.130	206	3.053	5.311	1.524	11.224
Dados retrospectivos dos últimos 5 anos						
2002	1.123	217	3.300	5.512	1.604	11.756
2001	1.098	234	3.567	5.825	1.695	12.419
2000	1.118	238	3.692	6.139	1.769	12.956
1999	1.156	238	3.686	6.195	1.805	13.080
1998	1.198	242	3.728	6.425	1.841	13.434



4.1.3.2 – Pessoal Civil por Grupos Profissionais (a)

Ano: 2003

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia	102	-	30	6	-	138
Téc. Superior / Técnico Licenciado	113	6	90	91	31	331
Técnico / Técnico Bacharel	10	2	68	83	41	204
Docente (b)	14	2	32	343	32	423
Médico / Enfermagem (b)	8	-	47	368	101	524
Informático (b)	21	12	37	83	-	153
Técnico profissional	34	17	141	297	49	538
Administrativo	223	82	538	1.455	241	2.539
Operário	43	5	1.229	808	345	2.430
Auxiliar	562	80	841	1.777	684	3.944
TOTAL	1.130	206	3.053	5.311	1.524	11.224

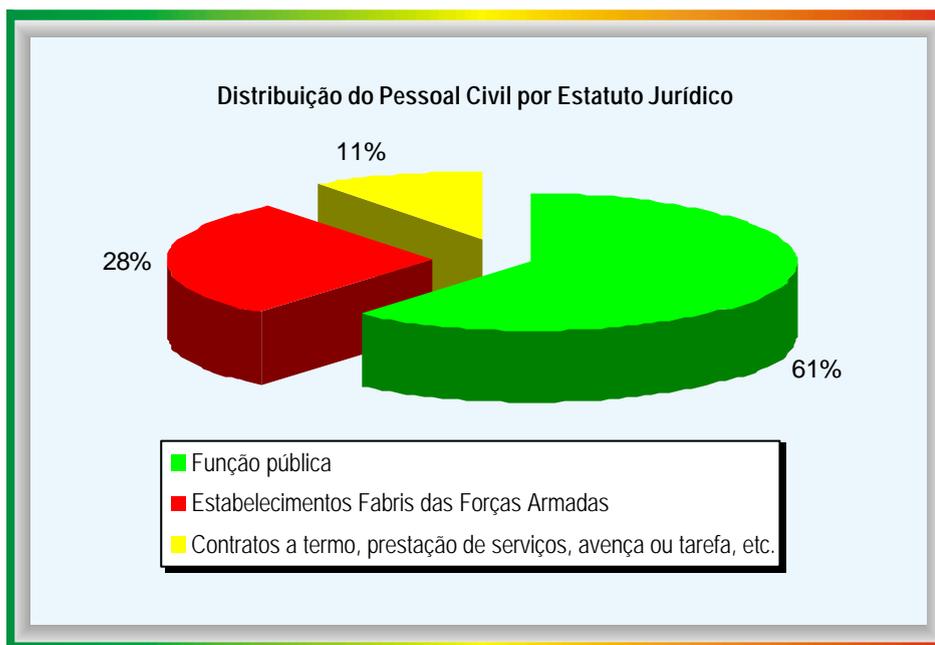
(a) Mapa de acordo com a estrutura prevista no n.º 2 e n.º 3 do art.º 14 do DL n.º 248/85, de 15 de Julho.

(b) Carreiras de regime especial a que se refere o n.º 3 do preceito citado.

4.1.3.3 – Pessoal Civil por Estatuto Jurídico

Ano: 2003

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função Pública	713	206	1.319	3.186	1.448	6.872
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	4	-	1.450	1.711	-	3.165
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	413	-	284	414	76	1.187
TOTAL	1.130	206	3.053	5.311	1.524	11.224



4.1.3.4 – Pessoal Civil por Habilitações Acadêmicas

Ano: 2003

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL	
Doutoramento e mestrado	12	-	8	64	1	85	
Licenciatura	190	11	171	649	145	1.166	
Bacharelato	13	1	51	111	40	216	
Anos de Escolaridade	- 12 Anos	112	25	229	441	42	849
	- 11 Anos	77	26	244	243	68	658
	- 9 Anos	209	56	820	918	222	2.225
	- 6 Anos	203	30	522	945	314	2.014
	- 4 Anos	305	54	855	1.717	672	3.603
	- Menos de 4 Anos	9	3	3	31	5	51
Desconhecidas	-	-	150	192	15	357	
TOTAL	1.130	206	3.053	5.311	1.524	11.224	

4.1.3.5 – Pessoal Civil por Sexo

Ano: 2003

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Homens	339	63	1.793	2.055	701	4.951
Mulheres	791	143	1.260	3.256	823	6.273
TOTAL	1.130	206	3.053	5.311	1.524	11.224

4.1.3.6 – Estrutura Etária do Pessoal Civil

Ano: 2003

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 20 anos	-	-	-	-	-	-
20/24 anos	42	-	95	14	2	153
25/29 anos	66	5	245	287	37	640
30/34 anos	107	7	282	334	73	803
35/39 anos	131	18	369	492	189	1.199
40/44 anos	178	35	400	816	270	1.699
45/49 anos	185	44	623	1.079	312	2.243
50/54 anos	182	47	529	1.135	308	2.201
55/59 anos	122	27	330	705	178	1.362
60/64 anos	83	10	120	296	101	610
65 anos e mais	34	13	60	153	54	314
TOTAL	1.130	206	3.053	5.311	1.524	11.224

4.1.3.7 – Tempo de Serviço do Pessoal Civil

Ano: 2003

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos	259	3	544	499	137	1.442
05/09 anos	205	25	407	643	204	1.484
10/14 anos	127	25	586	463	72	1.273
15/19 anos	87	54	470	788	255	1.654
20/24 anos	114	36	298	768	339	1.555
25/29 anos	174	23	265	694	223	1.379
30/35 anos	128	34	459	1.318	205	2.144
36 anos e mais	36	6	24	138	89	293
TOTAL	1.130	206	3.053	5.311	1.524	11.224

4.1.3.8 – Promoções do Pessoal Civil por Grupo Profissional

Ano: 2003

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia	17	-	-	-	-	17
Téc. Superior / Técnico Licenciado	32	-	7	14	-	53
Técnico / Técnico Bacharel	4	-	4	-	3	11
Docente (*)	-	-	-	2	-	2
Médico / Enfermagem (*)	1	-	4	1	4	10
Informático (*)	1	-	5	-	-	6
Técnico Profissional	4	-	10	45	3	62
Administrativo	46	8	14	41	1	110
Operário	5	-	71	41	18	135
Auxiliar	8	2	47	40	-	97
TOTAL	118	10	162	184	29	503

(*) Carreiras de regime especial.

4.1.3.9 – Ingressos e Saídas de Pessoal Civil

Ano: 2003

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL	
Função Pública	Entradas	60	5	7	19	26	117
	Saídas	56	16	159	205	106	542
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	Entradas	9	-	-	2	-	11
	Saídas	5	-	118	27	-	150
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	Entradas	5	-	39	66	12	122
	Saídas	10	-	49	56	10	125
TOTAL	Entradas	74	5	46	87	38	250
	Saídas	71	16	326	288	116	817

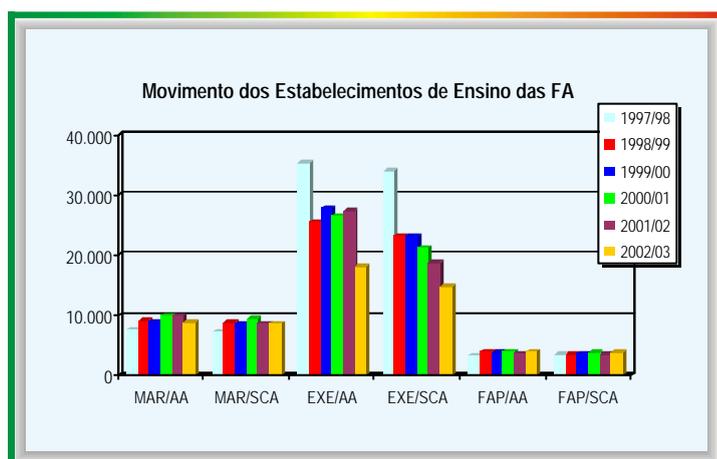
FORMAÇÃO E TREINO

4.2 – FORMAÇÃO E TREINO

4.2.1 – Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução das FA's (Pessoal Militar, Militarizado e Civil das Forças Armadas)

	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Alunos admitidos nos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas	2002/03	8.753	18.071	3.894	30.718
	Dados retrospectivos				
	2001/02	9.227	27.475	3.588	40.290
	2000/01	9.974	26.604	3.972	40.550
	1999/00	8.995	27.931	3.795	40.721
	1998/99	9.083	25.632	3.859	38.574
	1997/98	7.523	35.393	3.330	46.246

	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Saídas com aproveitamento	2002/03	8.566	14.799	3.775	27.140
	Dados retrospectivos				
	2001/02	8.669	18.761	3.413	30.843
	2000/01	9.450	21.292	3.730	34.472
	1999/00	8.617	23.211	3.679	35.507
	1998/99	8.735	23.148	3.396	35.279
	1997/98	7.300	34.004	3.369	44.673



MAR - Marinha
EXE - Exército
FAP - Força Aérea Portuguesa
AA - Alunos admitidos
SCA - Saídas com aproveitamento

4.2.2 – Pessoal Militar na Efectividade de Serviço que Frequentou Cursos Internos

Ano: 2003

	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cursos de Formação		2.249	844	1.199	4.292
Cursos de Promoção		68	346	116	530
Cursos de Especialização ou Qualificação		6.295	1.628	1.613	9.536
Cursos de Actualização		141	-	363	504
TOTAL		8.753	2.818	3.291	14.862

4.2.3 – Pessoal Militar que Frequentou Cursos no Estrangeiro

Ano: 2003

	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Curta (até um mês)		20	9	59	88
Média (de um a três meses)		3	1	5	9
Longa (mais de três meses)		6	4	5	15
TOTAL		29	14	69	112

ESTABELECEMENTOS DE ENSINO DAS FORÇAS ARMADAS (a)**(Principais Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução)**

Marinha	
Instituto Superior Naval de Guerra (Lisboa)	Escola de Fuzileiros (Vale do Zebro)
Escola Naval (Alfeite)	Escola de Submarinos (Alfeite)
Escola Superior de Tecnologias Navais (Alfeite)	Escola de Mergulhadores (Alfeite)
Grupo n.º 1 de Escolas da Armada (Vila Franca de Xira):	Escola de Hidrografia e Oceanografia (Lisboa)
Escola de Máquinas	Escola de Faroleiros (Paço de Arcos)
Escola de Electrotecnia	Centro de Educação Física da Armada (Alfeite)
Escola de Abastecimento	Centro de Instrução de Tática Naval (Alfeite)
Grupo n.º 2 de Escolas da Armada (Alfeite):	Centro de Instrução de Informática (Lisboa)
Escola de Artilharia Naval	Centro de Instrução de Helicópteros (Montijo)
Escola de Comunicações	Centro de Instrução da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha (Alfeite)
Escola de Armas Submarinas	Centro Naval de Ensino à Distância (Lisboa)
Escola de Informações de Combate	Escola de Autoridade Marítima (Lisboa) (b)
Escola da Marinharia	
Escola de Tecnologia de Educação e Treino	
Escola de Limitação de Avarias	
Exército	
Instituto de Altos Estudos Militares (Pedrouços)	Escola Militar de Electromecânica (Paço de Arcos)
Academia Militar (Lisboa)	Escola de Tropas Aerotransportadas (Tancos)
Escola Superior Politécnica do Exército (Amadora)	Escola do Serviço de Saúde Militar (Lisboa)
Escola de Sargentos do Exército (Caldas da Rainha)	Centro de Psicologia Aplicada do Exército (Lisboa)
Escola Prática de Infantaria (Mafra)	Centro de Informática do Exército (Lisboa)
Escola Prática de Artilharia (Vendas Novas)	Centro Militar de Educação Física e Desportos (Mafra)
Escola Prática de Cavalaria (Santarém)	Centros de Instrução de Praças:
Escola Prática de Engenharia (Tancos)	(Região Militar do Norte, Governo Militar de Lisboa,
Escola Prática de Transmissões (Porto)	Campo Militar de St.ª Margarida, Região Militar Sul,
Escola Prática do Serviço de Material (Entroncamento)	Zonas Militares dos Açores e Madeira)
Escola Prática de Administração Militar (Póvoa de Varzim)	Instituto Geográfico do Exército (Lisboa)
Escola Prática do Serviço de Transportes (Figueira da Foz)	Banda do Exército (Queluz)
Força Aérea	
Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (Sintra)	Esquadra 751 / Puma (Montijo)
Academia da Força Aérea (Sintra)	Esquadra 601 / P- 3P (Montijo)
Escola Sup. de Tecnologias Militares Aeronáuticas (Sintra)	Esquadra 711/ Aviocar / Puma (Lages) Centro de
Esquadra 101/ Epsilon (Beja)	Formação Militar e Técnica da Força Aérea (Ota):
Esquadra 103 / Alfa Jet (Beja)	Escola de Sargentos da Força Aérea (ESARFA)
Esquadra 301 / Alfa Jet (Beja)	Escola de Língua Inglesa (ELI)
Esquadra 552 / AL III (Beja)	Escola de Formação Pedagógica de Formadores
Esquadilha 802 (BA 1 Sintra)	Área de Formação Técnica de Operação
Esquadra 502 / Aviocar (Sintra)	Banda de Música da Força Aérea (Lisboa)
Esquadra 401 / Aviocar / Fotografia / Geofísica (Sintra)	Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea
Esquadra 505 / FTB 337 (Sintra)	(BA 6 - Montijo)
Esquadra 201 / F16 (Monte Real)	Centro de Instrução Cinófila (AM 2 - Ovar)
Esquadra 501 / C-130 (Montijo)	Centro de Medicina Aeronáutica (Lisboa)
Esquadra 504 / Falcon (Montijo)	Direcção de Informática (Lisboa)

(a) Não inclui o Colégio Militar, Instituto Militar dos Pupilos do Exército e Instituto de Odivelas.

(b) Integrado na estrutura do Sistema de Autoridade Marítima.

SAÚDE MILITAR

A missão da Saúde Militar consiste no apoio sanitário aos efectivos militares em qualquer situação, e em especial no apoio directo às forças em operações ou em campanha. Toda a orgânica e treino específico são orientados para essa finalidade.

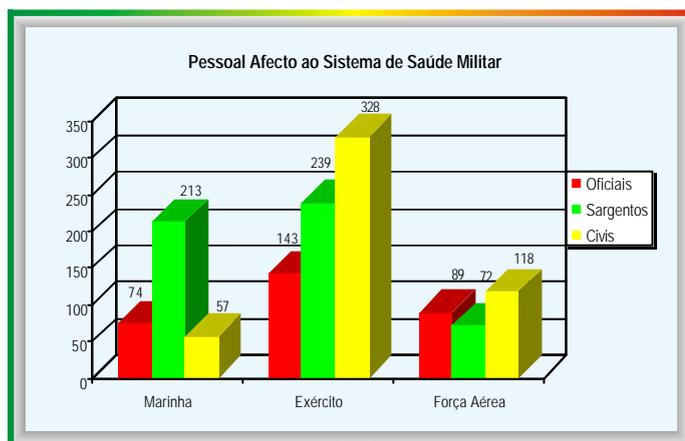
Nas Forças Armadas Portuguesas, cada Ramo possui os seus próprios serviços de saúde, por razões de especificidade da missão e da particularidade dos meios com que actua.

Os Serviços de Saúde Militar dispõem de pessoal médico, farmacêutico, médico veterinário, médico dentista, de enfermagem, técnico de diagnóstico e terapêutica, de socorrismo, auxiliar de acção médica, administrativo e outro, na sua maioria militar, complementado por civis que, distribuídos por hospitais, centros de saúde, enfermarias e postos de socorros, procuram assegurar as necessidades da cobertura sanitária.

As informações necessárias para elaboração das estatísticas da saúde, no que se refere aos hospitais militares – equipamento, pessoal ao serviço, acção desenvolvida e os dados relativos ao pessoal de saúde em serviço nas Forças Armadas – foram fornecidas pelos Ramos.

4.3 – SAÚDE

4.3.1 – Pessoal de Saúde



4.3.1.1 – Médicos Militares e Civis

Ano: 2003

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Contra-Almirante; Major-General	2	-	2	4
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	5	12	5	22
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	15	21	16	52
Capitão-Tenente; Major	21	19	12	52
1º Tenente; Capitão	5	21	29	55
2º Tenente; Tenente	17	5	12	34
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	-	-	-
Aspirante a Oficial	-	-	-	-
Civis dos OPC	-	112	13	125
Civis contratados e avançados	31	115	25	171
TOTAL	96	305	114	515

Nota: Inclui Dentistas/Estomatologistas.

4.3.1.2 – Farmacêuticos Militares e Cívís

Ano: 2003

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	1	3	-	4
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	2	15	-	17
Capitão-Tenente; Major	3	6	-	9
1º Tenente; Capitão	3	9	-	12
2º Tenente; Tenente	-	4	-	4
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	1	-	1
Aspirante a Oficial	-	-	-	-
Cívís dos QPC	1	-	1	2
Cívís contratados e avançados	-	-	-	-
TOTAL	10	38	1	49

4.3.1.3 – Técnicos de Farmácia Militares e Cívís

Ano: 2003

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Sargento-Mor	-	3	-	3
Sargento-Chefe	-	6	-	6
Sargento-Ajudante	-	7	-	7
1º Sargento	-	12	-	12
2º Sargento	-	-	-	-
Cívís dos QPC (Inclui 2 Técnicos de Laboratório)	8	3	-	11
TOTAL	8	31	-	39

4.3.1.4 – Enfermeiros Militares e Cívís

Ano: 2003

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
1º Tenente; Capitão	-	-	-	-
2º Tenente; Tenente	-	-	11	11
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	-	-	-
Sargento-Mor	1	5	-	6
Sargento-Chefe	16	27	3	46
Sargento-Ajudante	42	34	14	90
1º Sargento	132	73	48	253
2º Sargento	-	6	7	13
Subsargento; Furriel	-	-	-	-
Cívís dos QPC	7	82	38	127
Cívís contratados e avançados	-	16	-	16
TOTAL	198	243	121	562

4.3.1.5 – Técnicos Paramédicos Militares e Cívís

Ano: 2003

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Sargento-Mor	-	5	-	5
Sargento-Chefe	-	1	-	1
Sargento-Ajudante	-	23	-	23
1º Sargento	22	15	-	37
2º Sargento	-	-	-	-
Subsargento; Furriel	-	-	-	-
Cívís dos QPC	10	-	29	39
Cívís contratados e avançados	-	-	8	8
TOTAL	32	44	37	113

Nota: Os cívís correspondem à categoria de Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica.

4.3.1.6 – Médicos Veterinários Militares e Civis

Ano: 2003

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	-	3	-	3
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	-	11	-	11
Capitão-Tenente; Major	-	2	-	2
1º Tenente; Capitão	-	7	-	7
2º Tenente; Tenente	-	3	2	5
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	1	-	1
Aspirante a Oficial	-	-	-	-
Civis contratados e avençados	-	-	4	4
TOTAL	-	27	6	33

4.3.1.7 – Enfermeiros Veterinários Militares e Civis

Ano: 2003

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Sargento-Mor	-	3	-	3
Sargento-Chefe	-	5	-	5
Sargento-Ajudante	-	9	-	9
1º Sargento	-	5	-	5
2º Sargento	-	-	-	-
Subsargento; Furriel	-	-	-	-
Civis dos OPC	-	-	-	-
TOTAL	-	22	-	22

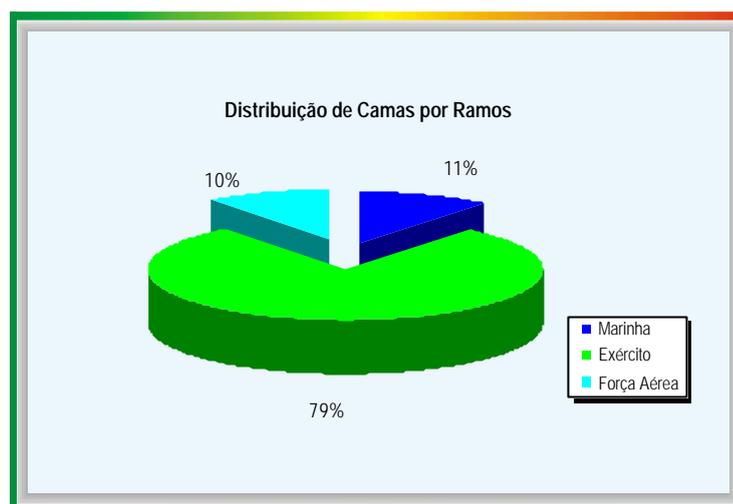
4.3.2 – Hospitais Militares

4.3.2.1 – Camas, Segundo o Fim a que se Destinam

Ano: 2003

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Internamento geral				
- Lotação oficial	99	543	90	732
- Lotação praticada	99	523	67	689
Serviços de Urgência	2	21	-	23
Recobro de Operações	-	13	8	21
Cuidados Intensivos	3	-	-	3
Outros	4	210	4	218
TOTAL (*)	108	787	102	997

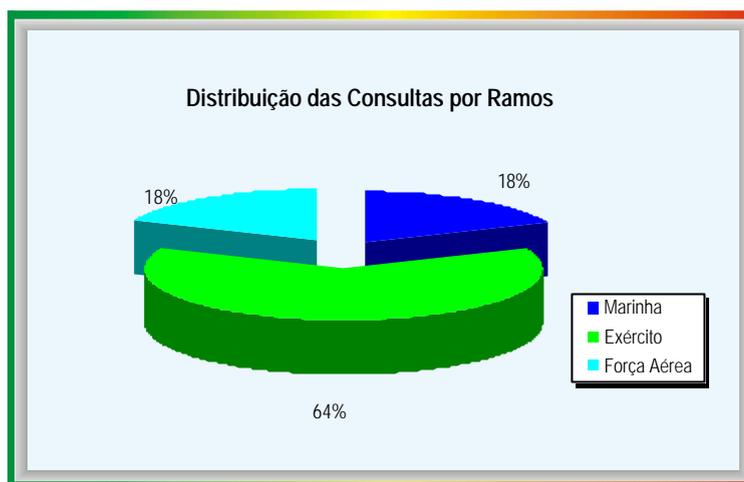
(*) Considerada a «lotação oficial» das camas de «internamento geral».



4.3.2.2 – Consultas Efectuadas, por Especialidades, nos Hospitais Militares

Ano: 2003

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cardiologia	2.616	11.339	2.417	16.372
Cirurgia geral	2.362	8.376	1.980	12.718
Cirurgia pediátrica	-	463	-	463
Cirurgia plástica reconstrutiva	-	2.391	1.673	4.064
Cirurgia vascular / angiologia	-	773	-	773
Dermatovenerologia	3.497	9.929	3.206	16.632
Endocrinologia	1.660	6.266	-	7.926
Estomatologia	9.594	15.582	6.350	31.526
Fisiatria	1.091	8.138	1.987	11.216
Gastroenterologia	2.709	8.255	1.505	12.469
Ginecologia	1.660	10.488	1.888	14.036
Hematologia	437	869	-	1.306
Imunoalergologia respiratória	65	925	1.145	2.135
Infeciologia	-	599	-	599
Medicina interna	1.909	9.392	970	12.271
Nefrologia	241	1.386	-	1.627
Neurocirurgia/Neurologia	1.903	8.106	1.608	11.617
Obstetrícia	159	-	-	159
Oftalmologia	4.315	17.858	4.389	26.562
Oncologia médica	792	3.247	959	4.998
Ortopedia	6.299	17.564	4.098	27.961
Otorrinolaringologia	3.769	10.605	4.671	19.045
Pediatria cirúrgica	-	-	-	-
Pediatria médica	-	1.200	-	1.200
Pneumologia	982	5.651	828	7.461
Psiquiatria	1.976	12.222	775	14.973
Reabilitação cardíaca	-	-	-	-
Reumatologia	-	1.397	-	1.397
Urologia	3.384	10.311	2.460	16.155
Outras	4.228	10.063	13.187	27.478
TOTAL	55.648	193.395	56.096	305.139
SUBTOTAL Homens	42.249	110.684	29.743	182.676
SUBTOTAL Mulheres	13.399	82.711	26.353	122.463



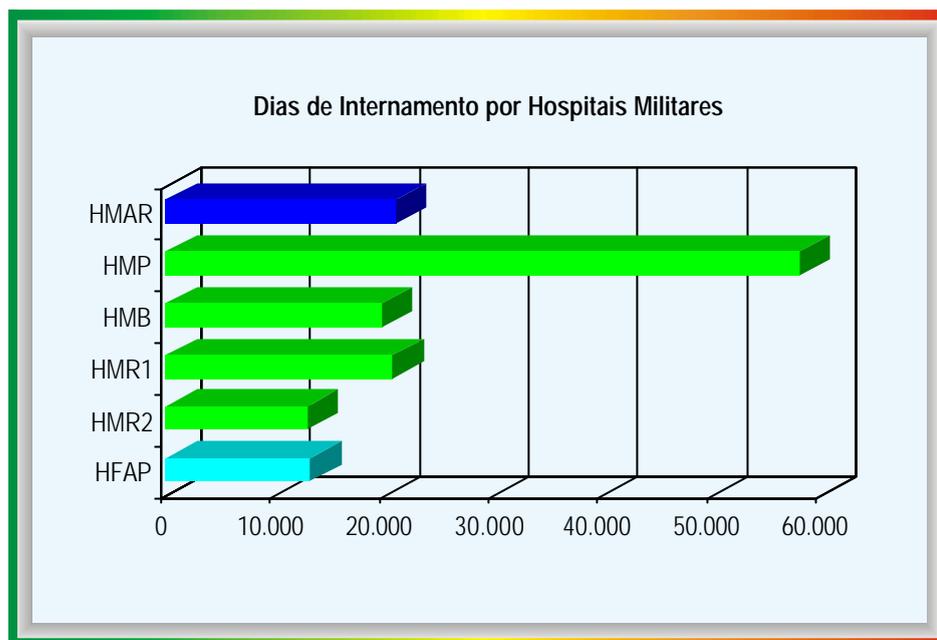
4.3.2.3 – Evolução do Total de Consultas nos Hospitais Militares

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2003	55.648	193.395	56.096	305.139
Dados retrospectivos				
2002	55.582	191.838	49.064	296.484
2001	57.488	224.662	45.881	328.031
2000	62.989	198.986	44.437	306.412
1999	76.445	214.943	49.026	340.414
1998	59.657	187.752	46.737	294.146

4.3.2.4 – Movimentos de Internados nos Hospitais Militares

Ano: 2003

Movimentos	Ramo das FA's Marinha (HMAR)	Exército					F. Aérea (HFA)	TOTAL
		HMP	HMB	HMR1	HMR2	Subtotal		
Vindos do ano anterior	57	122	46	47	29	244	15	316
Entradas (total)	1.200	4.486	1.019	1.467	872	7.844	1.646	10.690
Transferidos:								
- De outra valência/especialidade	-	-	-	556	-	556	-	556
- De outro hospital	45	-	-	18	30	48	-	93
Total Entradas	1.245	4.486	1.019	2.041	902	8.448	1.646	11.339
Saídas (total)	1.115	3.998	766	1.945	855	7.564	1.592	10.271
- Falecidos	112	177	85	72	3	337	34	483
Transferidos:								
- Para outra valência/especialidade	-	-	31	-	-	31	-	31
- Para outro hospital	10	320	140	30	29	519	-	529
Total Saídas	1.237	4.495	1.022	2.047	887	8.451	1.626	11.314
Transitados para o ano seguinte	65	113	43	41	44	241	35	341
Total de dias de internamento	21.023	58.059	19.736	20.792	12.938	111.525	13.260	145.808



4.3.2.5 – Actos de Terapêutica Efectuados nos Hospitais Militares

Ano: 2003

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Transfusões de sangue total	301	3.739	-	4.040
Transfusões de plasma humano	-	10	-	10
Transfusões outros componentes sangue	-	6	-	6
Tratamentos fisiátricos	22.770	102.435	44.020	169.225
Próteses	21	4.193	-	4.214
Ortóteses	-	-	-	-
Tratamentos por radiações	-	66.470	-	66.470
Hemodiálise	-	6.618	-	6.618
Outros	27.379	128.936	17.193	173.508
TOTAL	50.471	312.407	61.213	424.091

4.3.2.6 – Actos de Diagnóstico Efectuados nos Hospitais Militares

Ano: 2003

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Análises clínicas	257.173	866.250	184.888	1.308.311
Exames radiológicos	16.797	53.161	16.097	86.055
Exames radiológicos computadorizados	1.803	24.766	3.647	30.216
Exames anatomopatológicos	-	9.243	-	9.243
Autópsias	-	13	-	13
Exames endoscópicos	820	7.802	1.622	10.244
Electrocardiogramas	7.468	19.819	4.361	31.648
Electroencefalogramas	106	757	370	1.233
Exames mio-eléctricos	-	4.552	-	4.552
Exames ecográficos	3.280	8.882	3.032	15.194
Exames hemodinâmicos	-	1.522	-	1.522
Outros	10.630	57.038	12.241	79.909
TOTAL	298.077	1.053.805	226.258	1.578.140

4.3.2.7 – Pessoal ao Serviço nos Hospitais Militares

Ano: 2003

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Administração	-	5	1	6
Medico:				
- Especialistas e Chefes de Clínica	56	194	59	309
- Do Internamento Especialidade	-	17	-	17
- Do Internamento Policlínico	-	-	-	-
Enfermagem	89	206	82	377
Farmácia	3	16	1	20
Serviço complementar de diagnóstico e terapêutica	36	101	35	172
Pessoal auxiliar de acção médica	63	-	-	63
Outro	168	-	-	168
TOTAL	415	539	178	1.132

ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

Sistema de participação alternativo de cuidados de saúde dos militares das Forças Armadas.

Beneficiários

São beneficiários das ADM os militares e familiares a cargo que reúnam as condições estabelecidas pela Portaria n.º 67/75, de 4 de Fevereiro, aos quais são concedidas as regalias inerentes à assistência médica e medicamentosa.

4.4 – ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS MILITARES DAS FA's

4.4.1 – Evolução do Número de Beneficiários

Sistema de Apoio	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
2003	47.555	69.521	26.940	144.016
Dados retrospectivos				
2002	47.611	82.346	27.193	157.150
2001	48.177	81.692	27.193	157.062
2000	46.874	83.184	27.367	157.425
1999	46.720	84.253	27.301	158.274
1998	48.898	93.106	25.619	167.623

4.4.2 – Encargos com a Saúde por Modalidades de Assistência

(milhares de euros) Ano: 2003

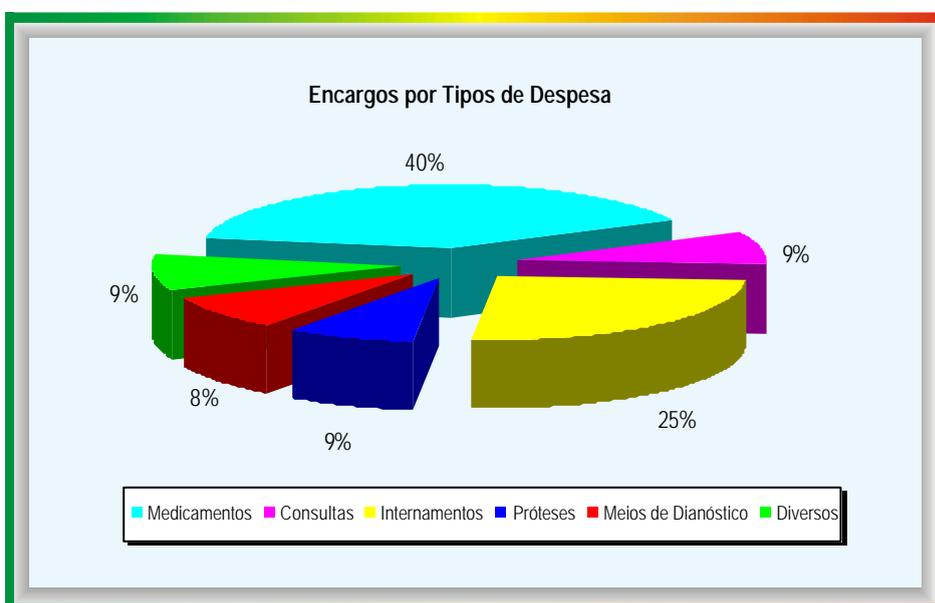
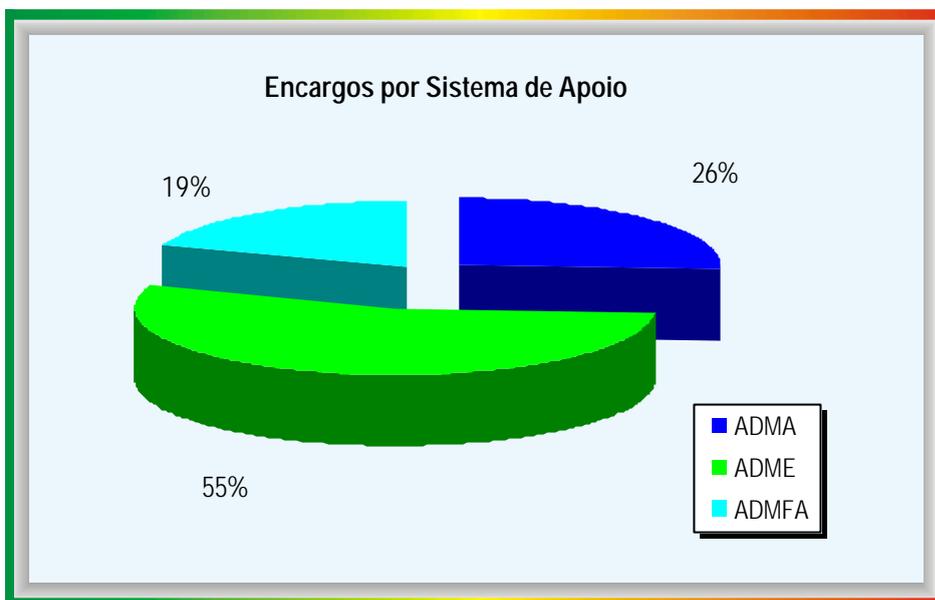
Sistema de Apoio	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
Medicamentos	9.588,0	21.757,2	7.240,1	38.585,3
Internamentos	4.207,0	17.291,1	3.182,5	24.680,6
Consultas	2.705,0	3.754,6	1.875,3	8.334,9
Instrumentos de Prótese e Estomatologia	1.159,0	4.042,4	3.078,2	8.279,6
Meios Complementares de Diagnóstico	2.795,0	2.703,4	2.691,7	8.190,1
Diversos (*)	4.778,0	3.404,3	815,9	8.998,2
TOTAL	25.232,0	52.953,0	18.883,7	97.068,7

(*) Meios de terapêutica, intervenções cirúrgicas, enfermagem e outros.

4.4.3 – Evolução dos Encargos com a Saúde

(milhares de euros)

Sistema de Apoio	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
2003	25.232,0	52.953,0	18.883,7	97.068,7
Dados retrospectivos				
2002	27.790,7	52.074,5	17.124,2	96.989,4
2001	24.805,7	45.843,0	16.859,4	87.508,1
2000	24.066,0	52.271,0	15.826,9	92.163,9
1999	20.131,5	55.227,4	14.110,0	89.468,9
1998	20.245,7	55.970,1	13.786,3	90.002,1



JUSTIÇA E DISCIPLINA

A área estatística da Justiça e Disciplina engloba ambas as componentes, a disciplinar e a penal.

Os responsáveis pelos dados apresentados são, no que toca à matéria disciplinar (quadros 4.5.1, 4.5.2 e 4.5.3), os Ramos das Forças Armadas, enquanto que a matéria penal, propriamente dita (quadros 4.5.4 e 4.5.5), ficou a cargo da Polícia Judiciária Militar, actuando a Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar como coordenadora.

Trata-se de uma área bastante delicada, em que as comparações apresentadas entre os dados dos Ramos podem gerar visões distorcidas da realidade, dado que o número de efectivos e a dispersão das unidades é muito maior no Exército do que na Marinha ou na Força Aérea.

CONCEITOS

Medalha Militar

A medalha militar, nas diferentes modalidades, destina-se a galardoar serviços notáveis prestados às instituições militares e à Nação e a distinguir altas virtudes reveladas no serviço por militares dos três Ramos das FA's, podendo também ser concedida a militares estrangeiros e a civis nacionais e estrangeiros nos casos expressamente previstos no Regulamento de Medalhas Militares.

Ordens Honoríficas Portuguesas

As ordens honoríficas destinam-se a distinguir, em vida ou a título póstumo, os cidadãos portugueses que se notabilizem por méritos pessoais, por feitos cívicos ou militares ou por serviços prestados ao País, podendo também ser atribuídas a estrangeiros, de harmonia com os usos internacionais.

Processo Disciplinar

É um conjunto ordenado de actos, encadeados entre si de forma lógica, tendentes ao apuramento da existência de uma infracção disciplinar, tendo em vista a aplicação de correspondente sanção, caso a prática da infracção resulte provada.

Processo de Averiguações

Sequência encadeada de actos e diligências levadas a efeito pelo oficial averiguante, tendentes ao apuramento de factuais indiciárias de eventuais infracções.

Repreensão Simples

Declaração feita, em particular, ao infractor por ter praticado qualquer acto que constitui infracção de dever militar.

Repreensão Agravada

Declaração idêntica à repreensão, tendo lugar nas condições seguintes:

A oficiais e sargentos, é dada na presença de outros oficiais ou sargentos, respectivamente, de graduação superior ou igual à do infractor, mas sempre mais antigos, do comando, unidade ou estabelecimento a que pertencer ou em que estiver apresentado;

A cabos, é dada na presença de praças da mesma graduação de antiguidade superior à sua e às outras praças é dada em formatura da companhia, ou equivalente do comando, unidade ou estabelecimento em que estiver apresentado.

Detenção

A detenção ou proibição de saída consiste na permanência continuada do infractor num aquartelamento ou navio durante o cumprimento da pena, sem dispensa das formaturas e do serviço interno que por escala lhe pertencer.

Prisão Disciplinar

Reclusão do infractor em casa para esse fim destinada, em local apropriado, aquartelamento ou estabelecimento militar, a bordo em alojamento adequado, ou, na sua falta, onde superiormente for determinado, durante o cumprimento da qual, os militares poderão executar, entre o toque de alvorada e o pôr do Sol, os serviços que lhes sejam determinados.

Prisão Disciplinar Agravada

Reclusão do infractor em casa de reclusão.

4.5 – JUSTIÇA E DISCIPLINA

4.5.1 – Condecorações Atribuídas

Ano: 2003

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Serviços distintos	76	129	17	222
Mérito militar	81	124	87	292
Comportamento exemplar	160	1.104	426	1.690
Mérito do Ramo	289	329	25	643
Ordens honoríficas nacionais	1	40	1	42
Outras	225	26	97	348
TOTAL	832	1.752	653	3.237

4.5.2 – Processos Iniciados

Ano: 2003

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Averiguações	150	5	64	219
Disciplinares	147	497	101	745
TOTAL	297	502	165	964

4.5.3 – Punições Aplicadas

Ano: 2003

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Repreensão simples	7	21	9	37
Repreensão agravada	9	22	9	40
Detenção	65	203	40	308
Prisão disciplinar	14	70	8	92
Prisão disciplinar agravada	4	7	20	31
TOTAL	99	323	86	508

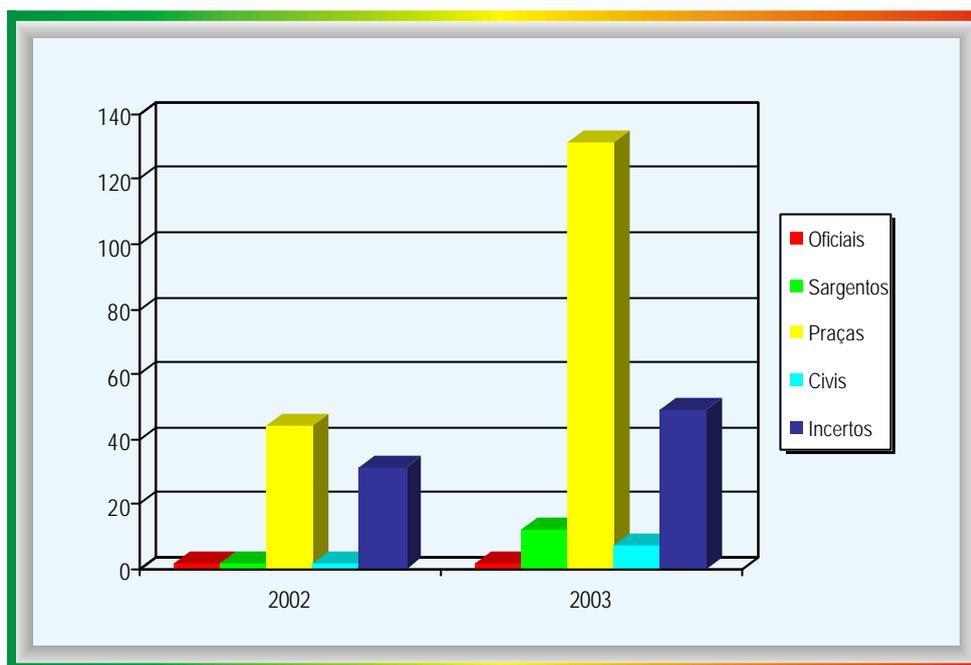
4.5.4 – Processos Instruídos por Indícios de Prática de Crimes

Ano: 2003

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Traição	-	-	-	-
Espionagem, revelação segredos e aliciação	-	4	-	4
Crimes contra direitos das gentes	-	-	-	-
Insubordinação	3	12	-	15
Ofensa corporal, morte ou incapacidade	-	-	-	-
Ofensas corporais	-	-	-	-
Ofensas por palavras, escritos ou outras	-	-	-	-
Colectiva	-	-	-	-
Abuso de autoridade	-	7	-	7
Violência desnecessária	-	-	-	-
Ofensas corporais (morte)	-	-	-	-
Ofensas corporais	-	-	-	-
Cobardia (Auto-mutilação)	-	-	-	-
Contra a honra e deveres militares	-	4	1	5
Deserção simples	12	172	2	186
Violência entre militares	2	5	-	7
Extravio de artigos militares	1	-	-	1
Contra bens militares e segurança das FA	-	3	1	4
Usurpação de uniformes, distintivos, documentos de identificação e condecorações militares	-	1	-	1
Contra pessoas ou bens	-	-	-	-
Praticados por prisioneiros de guerra e civis estrangeiros	-	-	-	-
Falsidade	1	7	5	13
Infidelidade no serviço militar	3	2	1	6
Furto, roubo, abuso de confiança e burla	21	36	14	71
Homicídio e ofensas corporais culposas	-	1	-	1
Outros	-	-	-	-
TOTAL	43	254	24	321

4.5.5 – Agentes Indiciados de Prática de Crimes do Foro Militar

Agentes	2002		2003	
	Qt.	%	Qt.	%
Oficiais	2	2,47%	2	1,00%
Sargentos	2	2,47%	12	5,97%
Praças	44	54,32%	131	65,17%
Civis	2	2,47%	7	3,48%
Incertos	31	38,27%	49	24,38%
TOTAL	81	100,00%	201	100,00%



DESPORTO

Além das competições internas realizadas anualmente pelas Forças Armadas, o MDN, através da Comissão de Educação Física e Desporto Militar, órgão da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, organiza, em várias modalidades, campeonatos nacionais militares, disputados entre selecções dos Ramos das Forças Armadas e nos quais participam, igualmente, selecções das Forças de Segurança (GNR e PSP).

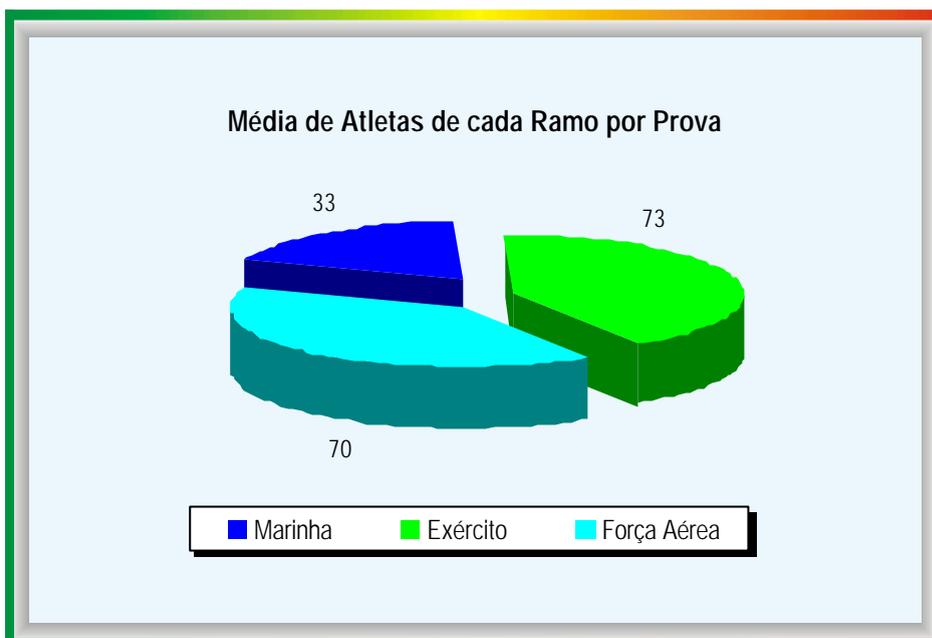
A nível internacional, Portugal participa, normalmente, nos campeonatos mundiais militares, organizados pelo «*Conseil International du Sport Militaire*» (CISM), com selecções nacionais militares integrando atletas dos três Ramos das Forças Armadas e das Forças de Segurança seleccionados entre os elementos que mais se distinguiram nos Campeonatos Nacionais Militares.

4.6 – DESPORTO MILITAR

4.6.1 – Competições Militares por Ramo das FA's

Ano: 2003

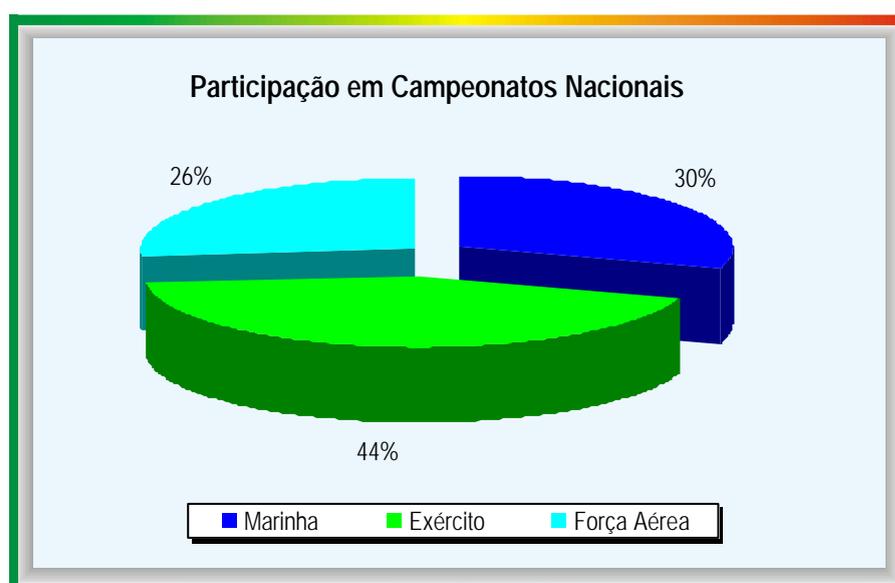
Modalidade	Ramo das FA's	Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
		Provas	Atletas	Provas	Atletas	Provas	Atletas	Provas	Atletas
Andebol		5	205	-	-	-	-	5	205
Atletismo (de pista)		3	54	3	256	-	-	6	310
Atletismo (provas de estrada)		4	284	-	-	1	79	5	363
Badminton		-	-	-	-	1	10	1	10
Basquetebol		6	207	-	-	-	-	6	207
Corta-Mato		4	192	8	916	1	56	13	1.164
Duatlo		8	15	-	-	-	-	8	15
Equitação		-	-	6	355	-	-	6	355
Esgrima		-	-	1	29	-	-	1	29
Futebol de 11		3	373	-	-	-	-	3	373
Futebol de 5		11	872	4	420	1	260	16	1.552
Judo		1	20	-	-	-	-	1	20
Meia Maratona		-	-	-	-	-	-	-	-
Natação		9	279	3	160	-	-	12	439
Orientação		5	183	8	669	1	44	14	896
Pára-quedismo Desportivo		-	-	1	14	-	-	1	14
Pentatlo Militar		-	-	8	288	-	-	8	288
Prova "D. Nuno Álvares"		-	-	-	-	-	-	-	-
Ténis		2	53	-	-	1	9	3	62
Ténis de Mesa		-	-	-	-	-	-	-	-
Tiro de Espingarda		-	-	4	228	-	-	4	228
Tiro de Pistola		24	265	4	228	1	29	29	522
Tiro aos Pratos		-	-	-	-	-	-	-	-
Triatlo		8	7	-	-	-	-	8	7
Vela		2	23	-	-	-	-	2	23
Voleibol		8	340	5	423	1	72	14	835
TOTAL		103	3.372	55	3.986	8	559	166	7.917



4.6.2 – Pessoal Militar que Participou em Campeonatos Nacionais das FA's

Ano: 2003

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Atletismo	-	-	-	-
Basquetebol	-	-	-	-
Corta-Mato	-	30	-	30
Futebol de 5	41	27	36	104
Natação	-	-	-	-
Orientação	15	21	14	50
Tiro	10	18	8	36
Triatlo / Duatlo	-	-	-	-
Voleibol	-	-	-	-
TOTAL	66	96	58	220



4.6.3 – Pessoal Militar que Participou em Provas Internacionais Militares

Ano: 2003

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Corta-Mato	-	1	-	1
Esgrima	-	-	-	-
Natação	-	-	-	-
Orientação	1	-	-	1
Pára-quedismo	-	-	-	-
Pentatlo Militar	-	-	-	-
Tiro	-	-	-	-
Triatlo	-	-	-	-
TOTAL	1	1	-	2

NOTA EXPLICATIVA

Os registos apresentados neste capítulo, da responsabilidade da Direcção-Geral de Infra-Estruturas (DGIE), traduzem diversos elementos caracterizadores, quer do património imobiliário afecto à Defesa Nacional, quer do tratamento dos dados estatísticos, quer ainda das iniciativas e incentivos das boas práticas ambientais nas Forças Armadas portuguesas. Com o objectivo de recolha dos elementos actualizados, a DGIE diligenciou contactos com as entidades responsáveis pela gestão dos referidos pelouros. Neste sentido, os dados apurados e indicados resultam da contribuição dos Órgãos e Serviços Centrais, do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas e do Instituto de Acção Social das Forças Armadas.

CONCEITOS

Desamortização de Unidades Imobiliárias

Desafecção de unidades imobiliárias do MDN, mediante a reafecção a outras entidades do Estado, e alienação por venda ou cessão a título definitivo e oneroso a pessoas colectivas de direito público ou instituições particulares de interesse público.

Alojamento Clássico

Locais distintos e independentes, constituídos por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural) que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação, na condição de no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins.

Distinto

Significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da colectividade.

Independente

Significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outras unidades de alojamento para entrar ou sair da unidade de alojamento onde habitam.

Área Bruta de Construção

É o resultado do somatório da área bruta dos pisos, medida pelo perímetro exterior das paredes e eixo das paredes separadoras, incluindo as varandas privativas.

Área do Terreno

Área bruta do terreno delimitada pelo seu perímetro.

Capacidade de Alimentação

Número de refeições servidas por hora em cada unidade, considerando condições normais de utilização.

Capacidade de Alojamento

Número máximo de camas instaladas em cada unidade, em condições normais de utilização.

Classificação de Imóveis

A classificação dos edifícios como Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público encontra-se definida e regulamentada pelo Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932.

Imóvel de Interesse Público

Imóvel que, sem merecer a classificação de monumento nacional, ofereça, todavia, considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico.

Monumento Nacional

Imóvel cuja conservação e defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico.

Construção Nova

Edificação inteiramente nova, ainda que no terreno sobre o qual foi erguida já tenha sido efectuada outra construção, incluindo-se ampliações de edifícios existentes.

Grandes Reparações de Unidades Imobiliárias

Trabalhos através dos quais as construções são melhoradas ou renovadas, prolongando materialmente a sua duração de tempo útil.

Natureza das Unidades Imobiliárias

Qualificação dos prédios em rústicos, urbanos ou mistos, tendo em conta a sua descrição na matriz predial.

Servidões das Unidades Imobiliárias

Restrições aos direitos de propriedade, público e privado, relativos a zonas confinantes com organizações militares ou de interesse para a Defesa Nacional, de carácter permanente ou temporário. Estas servidões são criadas por decreto.

TIPOS DE UTILIZAÇÃO

Operacional

Unidades imobiliárias utilizadas para o desenvolvimento das actividades (missões), da componente operacional do Sistema de Forças Nacional. São exemplos de unidades imobiliárias classificadas nesta categoria quartéis, bases aéreas e bases de fuzileiros.

Logístico-Administrativo

Unidades imobiliárias cuja utilização é dirigida para o apoio logístico e administrativo da estrutura orgânica da Defesa Nacional, tais como os Centros de Finanças, os Centros de Recrutamento e o Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea.

Formação/Instrução

Unidades imobiliárias destinadas a ministrar formação militar, instrução, instrução básica e treino (academias, institutos, escolas, centros de instrução, campos de tiro, etc.), bem como ensino civil, tais como o Instituto de Odivelas, o Colégio Militar e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

Cultural

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com a divulgação cultural (museus, bibliotecas, etc.).

Ciência e Tecnologia

Unidades imobiliárias onde se desenvolvem actividades científicas e tecnológicas – conjunto de actividades sistemáticas, estreitamente ligadas à produção, promoção, difusão e aplicação de conhecimentos científicos e técnicos em todos os domínios da ciência e tecnologia. Incluem-se nesta categoria os serviços hidrográficos, cartográficos, laboratórios de investigação de produtos químicos e farmacêuticos, etc..

Saúde

Unidades imobiliárias cuja função é de apoio à saúde (hospitais militares, casas de saúde, farmácias, laboratórios militares de análises clínicas, etc.).

Justiça

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com questões de justiça militar (tribunais, casas de reclusão, etc.).

Apoio Social

Unidades imobiliárias destinadas ao apoio social dos militares (messes, habitações, lares e outros equipamentos de carácter social).

Mistos

Unidades imobiliárias em que existem mais do que uma das utilizações referidas, não sendo nenhuma delas prioritária em termos de ocupação de espaço.

Outros

Unidades imobiliárias cuja utilização não se integra em nenhuma das definições anteriores, nomeadamente faróis, farolins, estradas militares, etc.

Unidade Imobiliária

Todo o imóvel ou agrupamento imobiliário que seja fisicamente autónomo e independente e que apresente, em si mesmo, continuidade, qualquer que seja o número de freguesias em que se situe e o número de entidades afectárias ou utentes.

Imóvel

Prédio rústico ou urbano, afecto ao MDN, com ou sem personalidade jurídica, localizado no país ou no estrangeiro, incluindo edifícios ou construções de carácter provisório que se encontrem assentes no mesmo local por um período superior a 6 meses.

Agrupamento imobiliário

Conjunto de várias edificações separadas entre si, mas constituindo um todo, por se encontrarem interligadas por um espaço exterior comum, em regra, vedado.

Unidades Imobiliárias Adquiridas

Imóveis que passaram a integrar o património afecto ao MDN, independentemente da forma como a aquisição se processou (compra, permuta, arrendamento ou expropriação), sendo excluídas as novas construções.

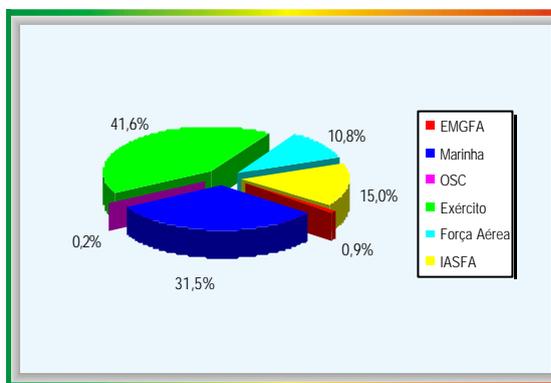
5.1 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2003

Localização	UI DO ESTADO						UI ARRENDADAS						TOTAL
	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	
Continente	(a) 2	3	244	435	84	167	-	-	7	24	(b) 7	-	973
RMN				90						9			99
GML				212						11			223
RMS				115						4			119
CMSM				3						-			3
CTAT				15						-			15
Açores	-	3	96	29	26	4	-	2	11	4	45	-	220
Madeira	-	4	21	12	11	1	-	-	3	4	-	-	56
USA	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
TOTAL	2	10	361	476	124	172	-	2	21	32	52	-	1.252

(a) PM9/Porto – Castelo da Foz; Forte de S. Julião da Barra, em Oeiras (o edifício da Rua Braancamp, 90, deixou de ser da gestão da Secretaria-Geral, a partir de Janeiro de 2003).

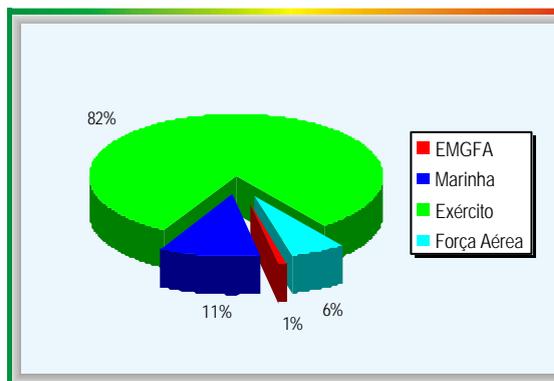
(b) Apenas 1 está sujeito a pagamento de renda.



5.2 – SERVIDÕES DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2003

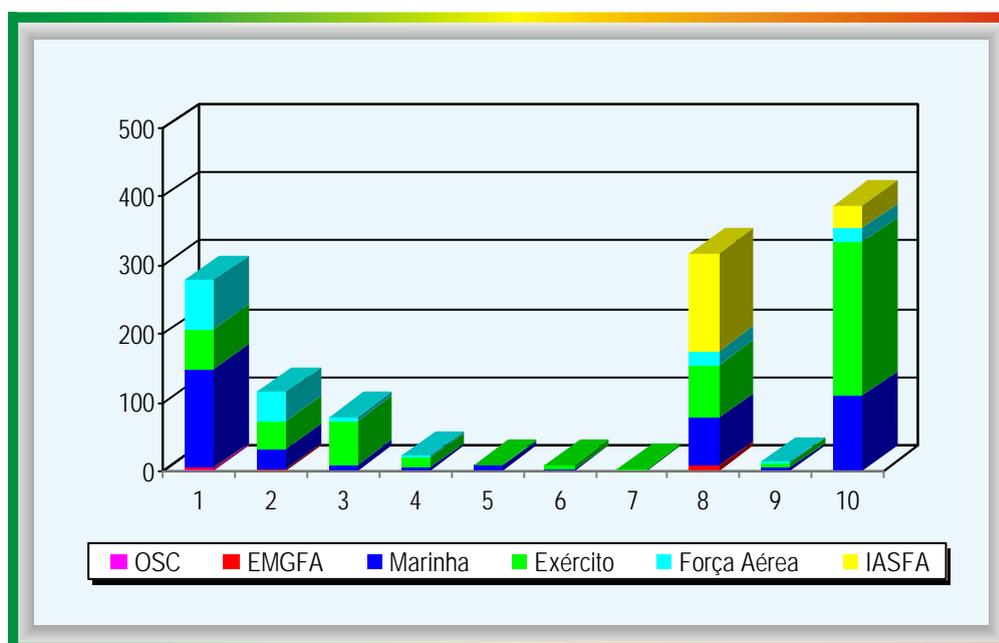
Localização	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Continente	-	16	139	10	165
RMN			36		36
GML			58		58
RMS			37		37
CMSM			2		2
CTAT			6		6
Açores	1	3	4	1	9
Madeira	1	1	5	-	7
TOTAL	2	20	148	11	181



5.3 – TIPOS DE UTILIZAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Ano: 2003

Afectação		Tipos de Utilização										TOTAL
		Operacional	Logístico-Administrativo	Formação e Instrução	Cultural	Ciência & Tecnologia	Saúde	Justiça	Apoio Social	Mistos	Outros	
OSC	Localização											
	Continente	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
	Açores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EMGFA	Continente	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	3
	Açores	1	-	-	-	-	-	-	4	-	-	5
	Madeira	1	-	-	-	-	-	-	3	-	-	4
Marinha	Continente	106	19	9	5	5	2	-	40	4	61	251
	Açores	33	11	-	-	2	-	-	22	1	38	107
	Madeira	5	-	-	-	-	-	-	8	-	11	24
Exército	Continente	28	45	44	13	2	8	3	65	18	233	459
	RMN	15	7	9	7	-	2	-	19	8	32	99
	GML	7	30	20	2	2	5	-	25	4	128	223
	RMS	3	8	10	4	-	1	3	20	6	64	119
	CMSM	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3
	CTAT	2	-	5	-	-	-	-	1	-	7	15
	Açores	4	2	2	-	-	-	-	7	1	17	33
	Madeira	3	3	1	1	-	-	-	7	-	1	16
Força Aérea	Continente	42	20	6	3	-	-	-	8	2	10	91
	Açores	27	21	-	-	-	-	-	7	-	16	71
	Madeira	8	-	-	-	-	-	-	1	-	2	11
	USA	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3
IASFA	Continente	-	-	-	-	-	-	-	134	-	33	167
	Açores	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	4
	Madeira	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
TOTAL		260	123	62	22	9	10	3	315	26	422	1.252



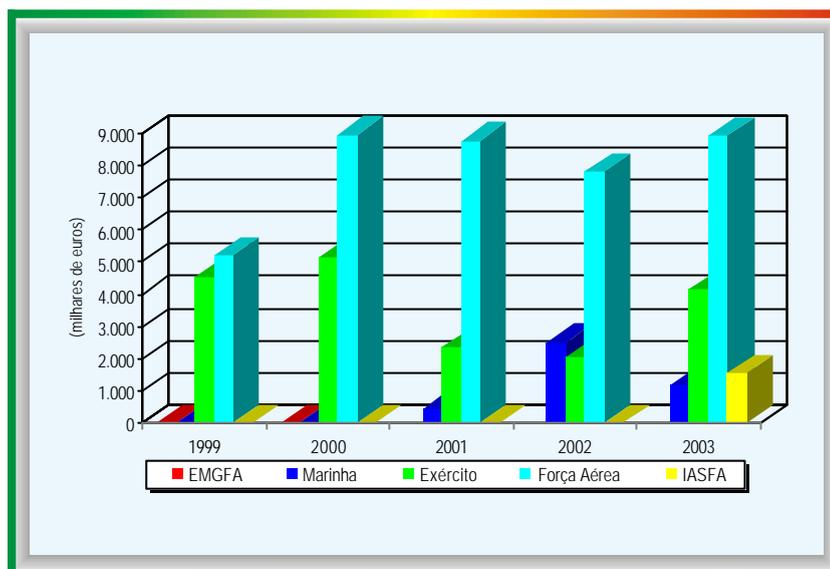
LEGENDA: 1 – Operacional; 2 – Logístico-Administrativo; 3 – Formação e Instrução; 4 – Cultural; 5 – Ciência & Tecnologia; 6 – Saúde; 7 – Justiça; 8 – Apoio Social; 9 – Mistos; 10 – Outros

5.4 – VERBAS GASTAS COM CONSTRUÇÕES NOVAS

(milhares de euros)

Organismo	1999		2000		2001		2002		2003		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
OSC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EMGFA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marinha	-	-	-	-	461,4	4,1	2.507,2	20,3	1.179,0	7,5	4.147,6
Exército	4.534,6	46,4	5.152,6	36,5	2.346,8	20,2	2.043,7	16,5	4.137,0	26,2	18.214,7
Força Aérea	5.234,4	53,6	8.968,4	63,5	8.776,3	75,7	7.820,8	63,2	8.952,4	56,7	39.752,3
IASFA	-	-	-	-	-	-	-	-	(a) 1.532,0	9,6	1.532,0
TOTAL	9.769,0	100,0	14.121,0	100,0	11.584,5	100,0	12.371,7	100,0	15.800,4	100,0	63.646,6

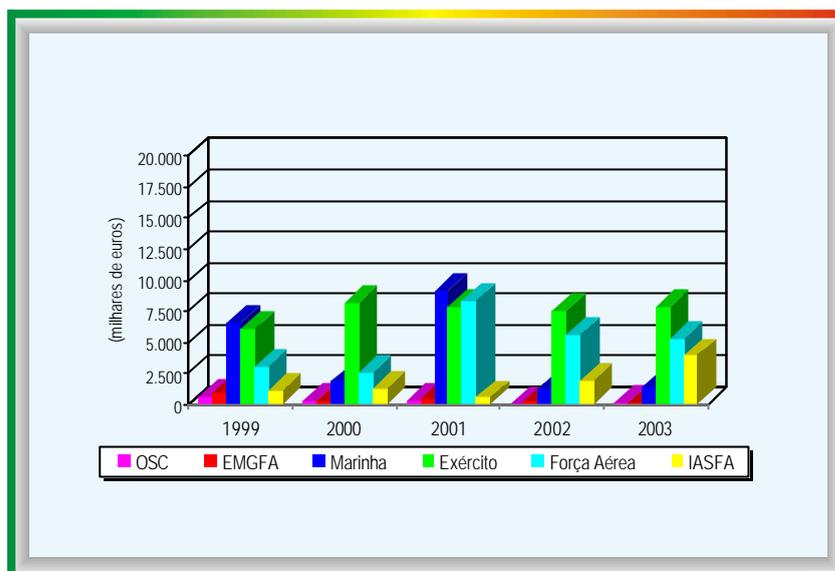
(a) Construção da capela do CASPorto.



5.5 – VERBAS GASTAS COM GRANDES REPARAÇÕES DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS

(milhares de euros)

Organismo	1999		2000		2001		2002		2003		TOTAL
	Valor	%	Valor								
OSC	582,6	3,2	279,3	2,0	345,2	1,3	16,5	0,1	69,2	0,4	1.292,8
EMGFA	902,8	4,9	218,0	1,5	392,6	1,5	216,8	1,3	114,0	0,6	1.844,2
Marinha	6.608,6	35,9	1.817,1	12,7	9.157,9	34,3	1.236,5	7,5	1.332,0	7,2	20.152,1
Exército	6.154,7	33,4	8.240,1	57,8	7.870,5	29,5	7.531,6	45,6	7.784,7	42,0	37.581,6
Força Aérea	2.993,3	16,3	2.485,5	17,4	8.374,8	31,4	5.619,3	34,0	5.307,5	28,7	24.780,4
IASFA	1.153,7	6,3	1.223,6	8,6	536,2	2,0	1.890,8	11,5	3.911,9	21,1	8.716,2
TOTAL	18.395,7	100,0	14.263,6	100,0	26.677,2	100,0	16.511,5	100,0	18.519,3	100,0	94.367,3



5.6 – CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS AFECTOS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2003

Afectação		Edifícios Classificados		Edifícios em Vias de Classificação		TOTAL
		Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	
OSC	Localização					
	Continente	-	a) 1	-	-	1
	Açores	-	-	-	-	-
EMGFA	Continente	1	-	-	-	1
	Açores	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-
Marinha	Continente	3	13	-	-	16
	Açores	-	1	-	-	1
	Madeira	-	1	-	-	1
Exército	Continente	20	10	-	12	42
	RMN	3	4	-	1	8
	GML	9	6	-	4	19
	RMS	8	-	-	7	15
	CMSM	-	-	-	-	-
	CTAT	-	-	-	-	-
	Açores	-	3	-	-	3
Madeira	1	-	-	-	1	
Força Aérea	Continente	-	-	-	2	2
	Açores	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-
IASFA	Continente	-	CASRuna e CASLisboa (b) 2	-	-	2
	Açores	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-
TOTAL		25	31	-	14	70

(a) Forte de S. Julião da Barra (classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Dec. n.º 41 191, de 18.07.1957).

(b) Instalações da ex -Cooperativa Militar.

5.7 – ÁREAS ATRIBUÍDAS

(m² x 1 000)

Localização	OSC		EMGFA		Marinha		Exército (a)		Força Aérea		IASFA		TOTAL (a)	
	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC
Continente	-	-	50,0	30,5	11.316,4	482,5	103.105,0	1.712,0	109.234,2	-	-	-	223.705,6	2.225,0
RMN							4.651,0	244,0					4.651,0	244,0
GML							12.348,0	561,0					12.348,0	561,0
RMS							16.837,0	520,0					16.837,0	520,0
CMM							57.183,0	183,0					57.183,0	183,0
CTAT							12.086,0	204,0					12.086,0	204,0
Açores	-	-	42,1	5,1	397,4	28,0	1.008,0	47,0	7.241,6	-	-	-	8.689,1	80,1
Madeira	-	-	10,7	2,2	158,7	7,0	250,0	64,0	668,1	-	-	-	1.087,5	73,2
USA	-	-	-	-	-	-	-	-	5,6	0,7	-	-	5,6	0,7
TOTAL (b)	-	-	102,8	37,8	11.872,5	517,5	104.363,0	1.823,0	117.149,5	0,7	-	-	233.487,8	2.379,0

(a) A diferença de dados relativamente ao ano transacto resulta da correcção efectuada durante o inventário em curso.

(b) Considerando apenas os dados disponíveis.

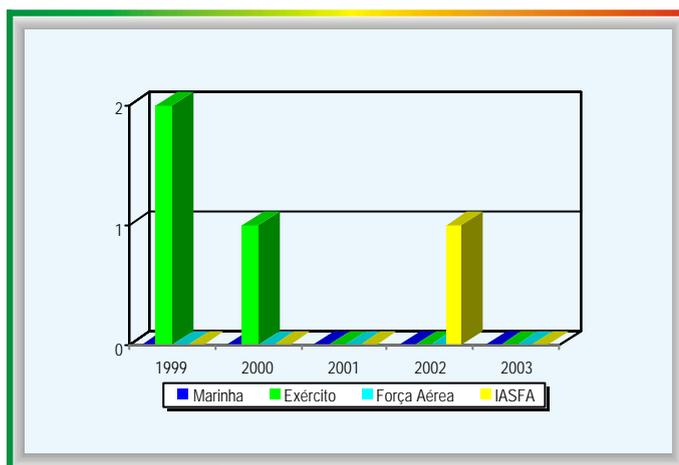
AT – Área do terreno

ABC – Área bruta de construção

5.8 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS ADQUIRIDAS

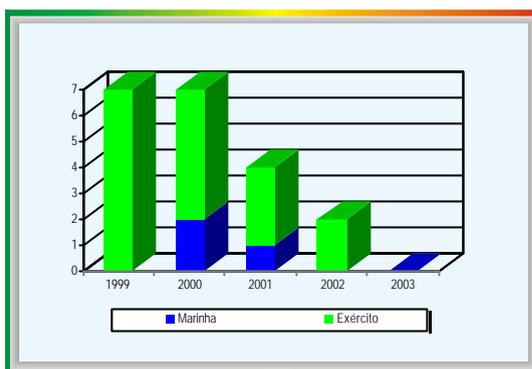
Ano	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
2003	-	-	-	-	-	-	-
2002	-	-	-	-	-	* 1	1
2001	-	-	-	-	-	-	-
2000	-	-	-	1	-	-	1
1999	-	-	-	2	-	-	2
TOTAL	-	-	-	3	-	1	4

* Atribuído pelo Despacho n.º 267/MDN/2001.



5.9 – ALIENAÇÃO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Afectação	Localização	1999	2000	2001	2002	2003	TOTAL
OSC	Continente	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	-	-	-	-
EMGFA	Continente	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	-	-	-	-
Marinha	Madeira	-	-	-	-	-	-
	Continente	-	2	1	-	-	3
	Açores	-	-	-	-	-	-
Exército	Continente	7	5	3	2	1	18
	RMN	-	-	-	-	-	-
	GML	3	5	2	1	1	12
	RMS	4	-	1	1	-	6
	CMSM	-	-	-	-	-	-
	CTAT	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	1	-	1	2
Força Aérea	Madeira	-	-	-	-	-	-
	Continente	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-	-
IASFA	USA	-	-	-	-	-	-
	Continente	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	-	-	-	-
TOTAL	Madeira	-	-	-	-	-	-
		7	7	5	2	2	23



5.10 – ALOJAMENTOS CLÁSSICOS ATRIBUÍDOS

Ano: 2003

Localização	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
	N.º de unidades						
Continente	-	-	301	689	508	1.687	3.185
RMN				166			166
GML				263			263
RMS				160			160
CMSM				72			72
CTAT				28			28
Açores	-	-	204	70	196	30	500
Madeira	-	-	41	54	2	-	97
USA	-	-	-	-	3	-	3
TOTAL	-	-	546	813	709	1.717	3.785

5.11 – CAPACIDADE DOS QUARTÉIS E BASES

Ano: 2003

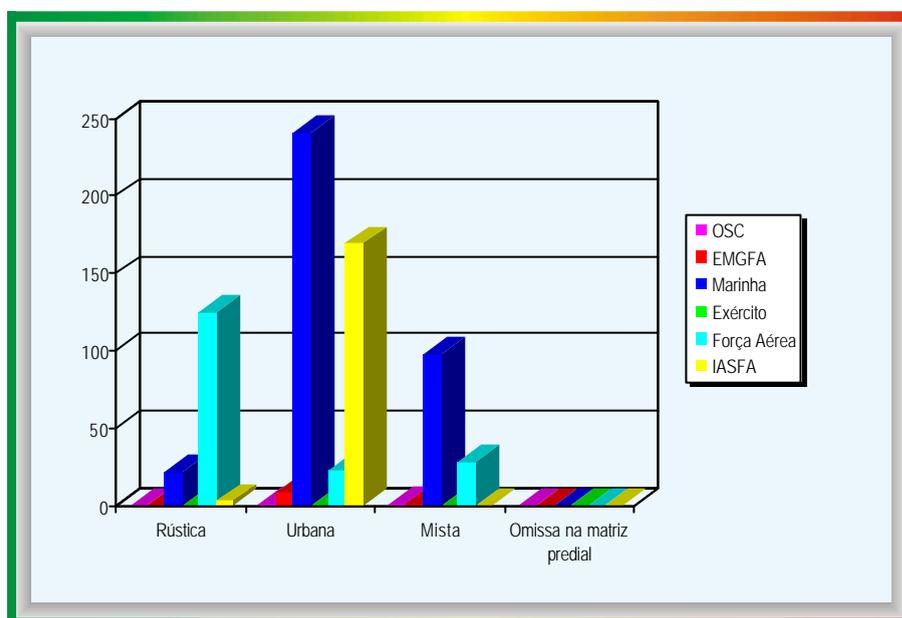
Afectação	Localização	N.º de Unidades		Capacidade de Alojamento		Capacidade de Alimentação	
		N.º de quartéis e bases	N.º de unidades	N.º de camas	N.º de refeições servidas/hora		
Marinha	Continente	-	14	-	6.627	-	5.701
	ZMN	-	2	-	141	-	60
	ZMC	-	10	-	6.406	-	5.576
	ZMS	-	2	-	80	-	65
	Açores	-	2	-	84	-	160
	Madeira	-	2	-	72	-	76
Exército	Continente	-	73	-	34.015	-	30.917
	RMN	-	29	-	9.245	-	8.041
	GML	-	18	-	9.273	-	10.320
	RMS	-	12	-	4.997	-	5.856
	CMSM	-	10	-	5.200	-	3.200
	CTAT	-	4	-	5.300	-	3.500
	Açores	-	-	-	1.200	-	-
	Madeira	-	-	-	1.100	-	-
Força Aérea	Continente	-	17	-	6.783	-	6.150
	Açores	-	1	-	421	-	130
	Madeira	-	1	-	-	-	-
	USA	-	-	-	-	-	-
TOTAL		-	110	-	50.302	-	43.134

5.12 – NATUREZA DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Ano: 2003

Organismo	Rústica	Urbana	Mista	Omissa na Matriz Predial	TOTAL (a)
OSC	-	1	1	-	2
EMGFA	-	9	1	-	10
Marinha	22	241	98	-	361
Exército	(b)	(b)	(b)	-	(b)
Força Aérea	125	23	28	-	176
IASFA	3	169	-	-	172
TOTAL	(c) 150	(c) 443	(c) 128	-	721

- (a) Não estão consideradas as unidades imobiliárias arrendadas;
 (b) Dados em revisão, não sendo possível especificar a natureza das 476 unidades imobiliárias;
 (c) Quantitativo dependente da revisão em curso no Exército.



SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

NOTA EXPLICATIVA

Tendo em conta as competências atribuídas à DGIE, relativamente aos dados estatísticos recolhidos de acordo com o formulário aprovado pelo Conselho dos Sistemas e Tecnologias de Informação da Defesa (CSTID), e no intuito de uma informação mais alargada e melhorada, são englobados neste capítulo os quadros e gráficos resultantes da recolha e tratamento estatístico dos elementos solicitados no novo formulário com dados respeitantes aos Sistemas e Tecnologias de Informação pelo EMGFA, Ramos das Forças Armadas, Órgãos e Serviços Centrais (OSC) do MDN, com excepção da Secretaria-Geral, Polícia Judiciária Militar (PJM), Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), Comissão Portuguesa de História Militar (CPHM), Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN), Instituto da Defesa Nacional (IDN), Liga dos Combatentes (LC) e Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE).

CONCEITOS

1. *Hardware*

Computador de grande porte (*Mainframe*)

Sistema central desenhado para suprir as necessidades de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina significativos – geralmente sistemas proprietários e instalados num centro de informática – e que obrigam a condições ambientais e de instalação específicas.

Inclui todo o equipamento central (ex.: unidade de bandas, de discos, impressoras, *front-end* de comunicações, etc.).

Minicomputador (Departamental)

Sistema de médio porte, multi-utilizador, desenhado para suprir as necessidades de um departamento de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina médios, possibilitando a sua portabilidade e geralmente utilizando sistemas operativos do tipo *UNIX*, *OS/400* ou *Windows NT*, etc.

Microcomputador (PC's)

Sistema de pequeno porte, normalmente monoposto e de uso pessoal, com capacidade de processamento e comunicações próprias, orientados para o tratamento de aplicações de uso geral.

Inclui a unidade de processamento, o monitor, o teclado e o rato. O equipamento deverá ser considerado enquanto solução autónoma, bem como quando utilizado em rede.

Periférico

Dispositivo ligado e controlado por um computador e susceptível de com ele comunicar (ex.: impressoras, *drives* de disco, *scanners*, etc.).

Inclui os terminais não inteligentes dos computadores de grande porte e dos minicomputadores.

Comunicações

Engloba os equipamentos de rede (ex.: *routers, bridges, switches, gateways*, repetidores, concentradores, etc.) e o respectivo suporte físico (ex.: fibra óptica, cabo coaxial, par entrançado, UTP, *wireless*, etc.).

2. Software

Sistema operativo

Programa ou conjunto coordenado de programas de controlo que gerem as funções internas do computador e que disponibilizam meios de controle das respectivas tarefas (ex.: *Windows 95/98/NT, UNIX, OS2, MS-DOS, Novell*, etc.).

Inclui para os computadores de grande porte todo o software indispensável para o seu correcto funcionamento.

SGBD – Sistema de gestão de base de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas que têm como função assegurar a gestão automatizada de uma base de dados e o controlo e gestão dos utilizadores que lhe acedem (ex.: *ORACLE, DB2, SQL Server*, etc.).

Ferramenta de desenvolvimento

Programa ou conjunto coordenado de programas cujo objectivo é o desenvolvimento de aplicações. Tipicamente inclui um editor, a linguagem de programação com compilador, *linker* e *debugger* e uma livreria de módulos e funções prontas a usar (ex.: *C, Pascal, Visual Basic, Java*, etc.).

Ferramenta de produtividade individual

Programa ou conjunto coordenado de programas, normalmente orientado para computadores pessoais, cujo objectivo é potenciar facilidades que contribuam para o aumento significativo da produtividade pessoal num sistema informático (ex.: folhas de cálculo, bases de dados, processadores de texto, SW de apresentação e edição gráfica, etc.).

SW de transferência de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a transferência de dados entre sistemas, a emulação e o controlo de comunicações (ex.: *mail, EDI, PC3270, FTP, TCP-IP, SNA*, etc.).

SW de segurança

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a de garantir a segurança da informação num sistema informático (ex.: *Firewall*, SW de autenticação e encriptação, antivírus, etc.).

SW aplicacional

Programa ou conjunto coordenado de programas que se destinam a fazer face a tarefas concretas e específicas do organismo.

3. Serviços

Desenvolvimento de SW

Actividades que englobam a aquisição de serviços de programação e/ou de aplicações desenvolvidas à medida, contratadas a um fornecedor externo à organização.

Manutenção de HW e SW

Actividade que tem por fim conservar ou repor uma unidade funcional num estado que lhe permita desempenhar a sua função.

Formação

Acções de formação na área dos Sistemas e Tecnologias de Informação (SI/TI).

Comunicações

Serviços na área das comunicações prestados por operadores de comunicações.

Inclui os custos de assinatura e de utilização.

Consultoria

Serviços prestados por um fornecedor externo em funções de estudo, análise, aconselhamento e orientação na área dos SI/TI.

Outro *outsourcing*

Entrega da execução de uma função da organização, na área dos SI/TI, a um fornecedor externo, não incluída em rubrica anterior.

5.13 - SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

5.13.1 - Despesas com a aquisição e locação de bens e serviços

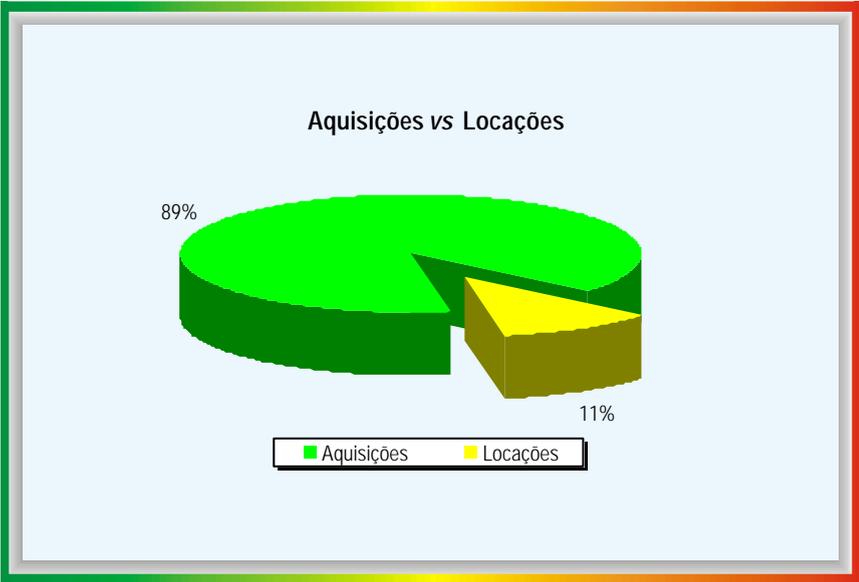
(euros)

Bens e Serviços		MDN(*)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL		
		Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	
Equipamento Informático Hardware	Computadores de Grande Porte	A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		L	-	-	-	-	1	264.402	-	-	-	-	1	264.402
	Minicomputadores	A	4	14.952	7	58.450	21	206.113	41	301.995	20	251.112	93	832.622
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Microcomputadores e Computadores Pessoais	A	141	169.168	67	105.019	982	1.162.769	1.016	749.571	734	913.189	2.940	3.099.716
		L	10	11.793	-	-	-	-	-	-	-	-	10	11.793
	Periféricos	A	163	55.008	45	12.858	1.216	573.467	262	119.425	161	163.060	1.847	923.818
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	1	24.462	1	24.462
	Comunicações	A	20	24.480	41	74.322	70	491.784	29	25.983	15	788.028	175	1.404.597
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	A	328	263.610	160	250.648	2.289	2.434.133	1.348	1.196.974	930	2.115.388	5.055	6.260.753	
	L	10	11.793	-	-	1	264.402	-	-	1	24.462	12	300.657	
Suporte Lógico Software	Sistemas Operativos	A	75	25.944	49	135.252	438	71.537	22	268.864	611	71.895	1.195	573.492
		L	60	7.094	-	-	1	418.142	-	-	2	311.058	63	736.294
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados	A	1	17.610	-	-	8	86.687	1	124.175	250	92.249	260	320.721
		L	-	-	-	-	2	184.307	-	-	3	121.951	5	306.258
	Ferramentas de Desenvolvimento	A	2	3.796	-	-	18	109.568	10	41.179	-	-	30	154.543
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ferramentas de Produtividade Individual	A	132	76.990	459	135.252	34	12.503	3	98.608	899	321.562	1.527	644.916
		L	60	7.094	-	-	-	-	-	-	-	-	60	7.094
	SW de Transferência de Dados	A	-	-	-	-	3	957	-	-	20	12.004	23	12.961
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SW de Segurança	A	4	2.001	470	31.677	2.296	121.510	-	-	4.406	83.910	7.176	239.097	
	L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
SW Aplicacional	A	7	39.063	13	3.282	71	215.267	-	-	201	109.252	292	366.865	
	L	1	824	-	-	-	-	-	-	-	-	1	824	
Subtotal	A	221	165.404	991	305.462	2.868	618.030	36	532.826	6.387	690.872	10.503	2.312.594	
	L	121	15.011	-	-	3	602.450	-	-	5	433.008	129	1.050.469	
Serviços	Desenvolvimento de Software	A	3	25.228	-	10.368	4	27.819	-	-	-	49.054	7	112.919
		L	-	-	-	-	1	157.296	-	-	-	-	1	157.296
	Manutenção de Hardware e Software	A	48	59.815	-	5.766	32	812.303	24	205.938	-	149.440	104	1.233.262
		L	-	-	-	-	-	11.089	-	-	-	-	-	11.089
	Formação	A	36	81.983	15	13.620	37	62.328	12	77.018	-	70.668	100	305.617
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Comunicações	A	10	85.683	2	2.051.836	14	142.164	278	281.161	-	-	304	2.560.845
		L	-	1.214	-	-	15	23.211	-	-	-	126.615	15	151.040
	Consultoria	A	11	32.129	-	-	7	79.153	12	141.019	-	334.012	30	586.314
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outro Outsourcing	A	-	-	-	-	7	5.537	7	88.122	-	-	14	93.658	
	L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subtotal	A	108	284.838	17	2.081.590	101	1.129.305	333	793.258	-	603.624	559	4.892.614	
	L	-	1.214	-	-	16	191.596	-	-	-	126.615	16	319.425	
TOTAL	A	657	713.851	1.168	2.637.700	5.258	4.181.469	1.717	2.523.058	7.317	3.409.884	16.117	13.465.962	
	L	131	28.018	-	-	20	1.058.448	-	-	6	584.086	157	1.670.551	

(*) Inclui OSC (com excepção da SG), PJM, IASFA, LC, CPHM, IGDN, IDN e CNPCE.

A - Aquisição

L - Locação



5.13.2 - Existências referidas a 31 de Dezembro de 2003

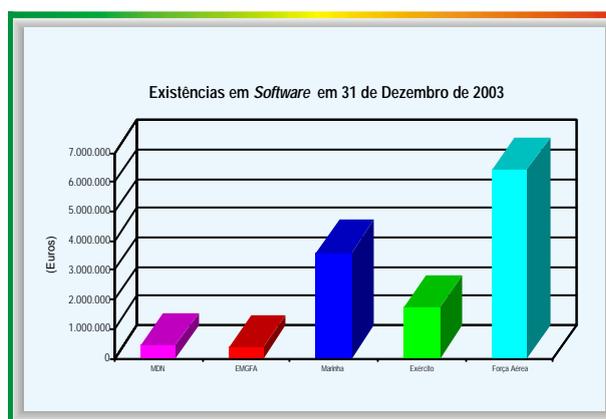
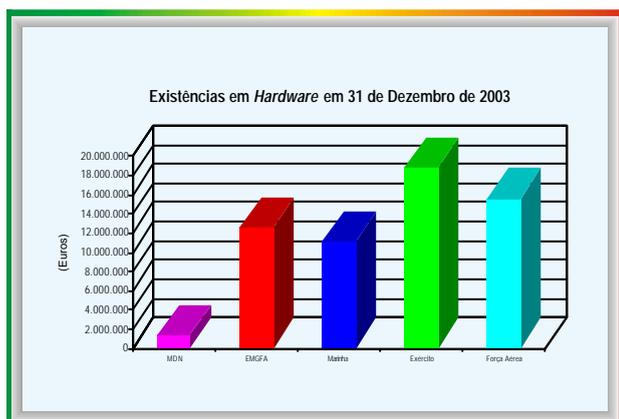
(euros)

Bens e Serviços		MDN(*)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		Total		
		Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	
Equipamento Informático <i>Hardware</i>	Computadores de Grande Porte	A	-	-	-	-	-	1	364.746	1	1.496.394	2	1.861.140	
		L	-	-	-	-	1	1.267.656	-	-	1	1.267.656		
	Minicomputadores	A	16	77.571	11	60.250	71	973.013	665	3.441.760	66	660.000	829	5.212.593
		L	-	-	-	-	1	13.827	-	-	-	-	1	13.827
	Microcomputadores e Computadores Pessoais	A	842	827.474	459	12.278.250	4.612	5.627.269	6.545	9.939.778	3.326	4.157.500	15.784	32.830.271
		L	10	11.793	-	-	-	-	-	-	-	-	10	11.793
	Periféricos	A	637	309.260	371	196.460	4.187	2.522.166	5.799	4.621.538	1.388	485.800	12.382	8.135.223
		L	-	58.045	-	-	-	-	-	-	1	17.766	1	75.811
	Comunicações	A	104	43.478	26	17.400	247	753.556	639	401.855	18	8.728.963	1.034	9.945.252
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	A	1.599	1.257.782	867	12.552.360	9.117	9.876.003	13.649	18.769.676	4.799	15.528.657	30.031	57.984.479	
	L	10	69.838	-	-	2	1.281.483	-	-	1	17.766	13	1.369.087	
Suporte Lógico <i>Software</i>	Sistemas Operativos	A	515	29.064	459	135.252	2.339	361.237	4.716	517.008	3.326	620.445	11.355	1.663.005
		L	60	26.974	-	-	1	418.142	-	-	2	1.984.084	63	2.429.200
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados	A	23	74.628	3	20.250	323	370.932	89	322.288	598	474.645	1.036	1.262.743
		L	50	11.829	-	-	2	184.307	-	-	3	727.603	55	923.739
	Ferramentas de Desenvolvimento	A	14	6.011	12	1.000	131	219.075	104	202.550	132	67.893	393	496.528
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ferramentas de Produtividade Individual	A	520	94.494	459	135.252	1.321	364.225	463	337.426	3.326	1.275.850	6.089	2.207.246
		L	60	26.974	-	-	-	-	-	-	-	-	60	26.974
	SW de Transferência de Dados	A	15	10.495	115	14.200	286	33.923	355	175.642	770	78.822	1.541	313.081
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SW de Segurança	A	200	7.139	470	31.677	2.844	199.137	43	37.405	4.406	260.366	7.963	535.724	
	L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
SW Aplicacional	A	156	133.966	41	31.575	378	1.449.309	71	127.556	1.528	935.154	2.174	2.677.561	
	L	3	824	-	-	-	-	-	-	-	-	3	824	
Subtotal	A	1.443	355.796	1.559	369.206	7.622	2.997.838	5.841	1.719.874	14.086	3.713.175	30.551	9.155.889	
	L	173	66.600	-	-	3	602.450	-	-	5	2.711.687	181	3.380.737	
TOTAL	A	3.042	1.613.578	2.426	12.921.566	16.739	12.873.841	19.490	20.489.550	18.885	19.241.832	60.582	67.140.368	
	L	183	136.438	-	-	5	1.883.933	-	-	6	2.729.453	194	4.749.824	

(*) Inclui OSC (com excepção da SG), PJM, IASFA, LC, CPHM, IGDN, IDN e CNPCE.

A – Aquisição

L – Locação



5.13.3 – Áreas Informatizadas - Percentagem

Áreas Comuns	DGIE	DGAED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC
1. Gestão de Recursos Financeiros	50	0	40	100		75	90	0	50	100
1.1. Contabilidade	100	0	80	100		50	90	100	50	100
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	?	?	?	?		100	90	90	?	100
2. Gestão de Recursos Humanos	50	0	40	75		0	0	50	50	?
2.1. Formação de Pessoal	?	?	?	75		0	0	20	50	?
3. Gestão de Recursos Materiais	0	0	30	75		0	0	75	80	?
3.1. Gestão de Stocks	0	0	30	100		0	0	75	80	?
4. Planeam. e Calendarização Actividades	?	0	30	100		0	0	30	100	100
5. Concepção e Gestão de Projectos	?	?	?	?		0	0	30	?	?
6. Apoio à Decisão	?	?	55	?		0	0	20	50	?
7. Gestão Documental / Cent. Document.	100	0	85	10		0	0	10	0	100
8. Gestão de Correspondência	100	0	80	100		0	100	90	50	100
9. Gestão de Processos Administrativos	50	?	?	100		0	100	20	0	100
Produção (Actividades Específicas)										
10. Recolha / Recepção de Informação	30	100	35	50		?	?	30	100	100
11. Registo de Informação	30	100	45	100		?	?	80	100	100
12. Organiz. Informação em Base de Dados	30	100	25	50		?	?	70	100	100
13. Process. e Tratamento da Informação	30	100	85	25		?	?	50	100	100
14. Difusão da Informação	0	?	25	25		?	?	30	50	100
Outras										
15. Gestão Operacional	?						?			
16. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas	?						?			
17. Gestão de Compras e Vendas	?						?			
18. Organiz. Informação em Base de Dados	?						?			
19. Fornecimento de Alimentação (Rancho)	?						?			

? Não aplicável

5.13.3 – Áreas Informatizadas - Percentagem (Continuação)

Áreas Comuns	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM
1. Gestão de Recursos Financeiros	100	100	100	100	50	100
1.1. Contabilidade	100	100	100	100	100	100
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	100	100	100	100	?	?
2. Gestão de Recursos Humanos	80	60	85	95	?	?
2.1. Formação de Pessoal	50	55	20	95	?	?
3. Gestão de Recursos Materiais	50	65	20	90	75	70
3.1. Gestão de Stocks	80	70	20	100	50	70
4. Planeam. e Calendarização Actividades	20	70	0	80	?	?
5. Concepção e Gestão de Projectos	0	50	0	70	?	?
6. Apoio à Decisão	30	50	0	75	?	?
7. Gestão Documental / Cent. Document.	20	55	70	80	?	35
8. Gestão de Correspondência	100	60	60	80	100	?
9. Gestão de Processos Administrativos	20	50	50	55	?	?
Produção (Actividades Especificas)						
10. Recolha / Recepção de Informação	?	60	50	90	10	?
11. Registo de Informação	?	60	50	90	10	?
12. Organiz. Informação em Base de Dados	?	50	100	90	10	80
13. Process. e Tratamento da Informação	?	60	100	90	10	75
14. Difusão da Informação	?	55	80	90	10	60
Outras						
15. Gestão Operacional		40		90	?	
16. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas		45		90	?	
17. Gestão de Compras e Vendas		65			?	
18. Organiz. Informação em Base de Dados		50			?	
19. Fornecimento de Alimentação (Rancho)		50			?	

No Exército não foram considerados os estabelecimentos fabris (LMPQF, MM, OGFE e OGME).

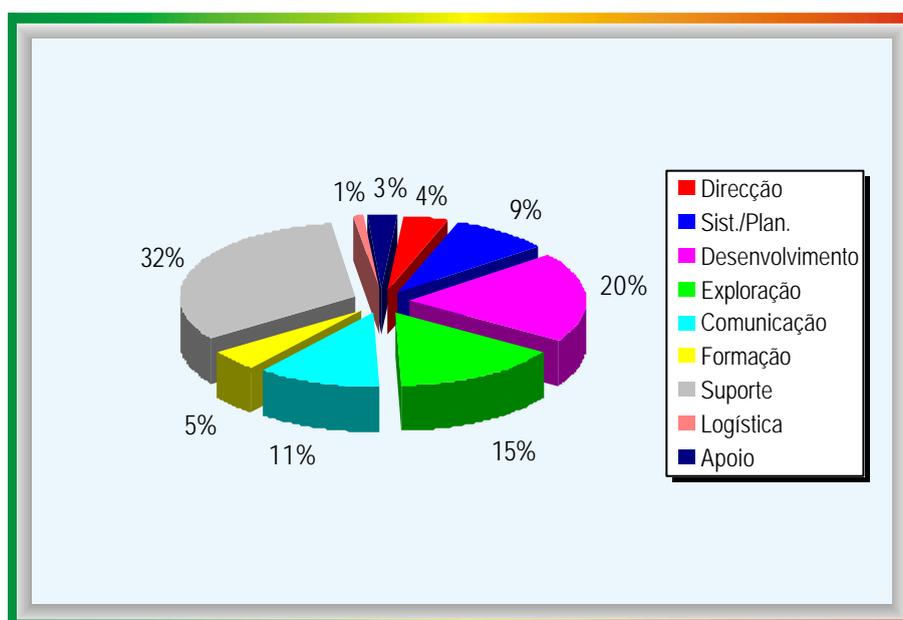
? Não aplicável

5.13.4 – Pessoal afecto exclusivamente às tecnologias de informação e comunicações (pessoal TIC)

Area	MDN (*)	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Direcção	4	4	6	6	3	23
Sistemas / Planificação	7	3	12	12	15	49
Desenvolvimento	5	4	32	40	29	110
Exploração	3	3	19	24	35	84
Comunicações	7	3	31	6	15	62
Formação	1	-	7	-	17	25
Suporte a Utilizadores	11	5	41	12	111	180
Outras						
Logística	-	-	5	-	-	5
Apoio	-	-	15	-	-	15
TOTAL	38	22	168	100	225	553

(*) Inclui OSC (com excepção da SG), PJM, IASFA, LC, CPHM, IGDN, IDN e CNPCE.

No Exército não foram considerados os estabelecimentos fabris (LMPQF, MM, OGFE e OGME).



5.13.5 – Utilização da *Internet*. Disponibilização de informação na *Internet*

Área	DGIE	DGAED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC
<i>Meio de Ligação à Internet (Mais Utilizado)</i>										
Computadores ou postos com ligação individual								?	?	
Computadores ou postos partilhando uma ligação	?	?	?	?		?	?			?
<i>Acesso à Internet</i>										
Número de computadores ligados à <i>Internet</i>	75	49	51	50		75	80	40	3	16
Número de trabalhadores com acesso à <i>Internet</i>	75	49	50	50		75	110	40	47	19
<i>Correio Electrónico</i>										
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	75	49	50	50		55	0	10	0	19
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	75	49	50	50		55	0	0	47	-
<i>Actividades Prosseguidas pelo Organismo na Utilização da Internet</i>										
Procura e recolha de informação / documentação	?	?	?	?		?	?	?	?	?
Acesso a bases de dados		?					?	?		
Troca electrónica de ficheiros	?	?					?	?	?	
Correio electrónico	?	?	?	?			?	?	?	?
Aquisição de bens e serviços <i>on-line</i>										?
Consulta de catálogos de aprovisionamento	?	?		?			?	?		
Formação de recursos humanos										
Comunicação interna entre os diversos departamentos		?	?	?			?		?	
Comunicação externa com outros organismos AP		?	?	?			?	?	?	?
Realização actividades de I&D em cooperação										
Interacção com outros órgãos ... (guichet único)										

? Disponível

5.13.5 – Utilização da *Internet*. Disponibilização de informação na *Internet* (Continuação)

Área	EMGFA	Marinh	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM
<i>Meio de Ligação à Internet (Mais utilizado)</i>						
Computadores ou postos com ligação individual		?	?			?
Computadores ou postos partilhando uma ligação	?		?	?	?	
<i>Acesso à Internet</i>						
Número de computadores ligados à <i>Internet</i>	250	699	125	1.383	19	1
Número de trabalhadores com acesso à <i>Internet</i>	250	3.848	125	3.457	19	1
<i>Correio Electrónico</i>						
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	459	1.112	4.968	1.378	19	1
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	459	2.013	4.968	1.500	19	0
<i>Actividades Prosseguidas pelo Organismo na Utilização da Internet</i>						
Procura e recolha de informação / documentação	?	?	?	?	?	?
Acesso a bases de dados		?		?	?	
Troca electrónica de ficheiros	?	?	?	?	?	?
Correio electrónico	?	?	?	?	?	?
Aquisição de bens e serviços <i>on-line</i>					?	
Consulta de catálogos de aprovisionamento	?	?	?	?	?	
Formação de recursos humanos				?	?	
Comunicação interna entre os diversos departamentos		?			?	
Comunicação externa com outros organismos AP	?	?	?	?	?	?
Realização actividades de I&D em cooperação					?	
Interacção com outros órgãos ... (guichet único)					?	

No Exército não foram considerados os estabelecimentos fabris (LMPQF, MM, OGFE e OGME).

? Disponível

5.13.6 – Presença do Organismo na *Internet*

Área	DGIE	DGAED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA
Informação institucional acerca organismo	?	?	?	?		?	?	?
Informação acerca serviços prestados	X	?	?	?		?	?	?
Endereço electrónico para recepção ou pedidos de informação	?	?	?	?		?	?	?
Disponib. acesso a bases de dados	?	X	?	X		X	X	?
Disponib. formulários preenchimento <i>on-line</i>	?	?	?	?		X	?	?
Informação acerca oportunidade de recrutamento	?	?	?	X		?	?	?
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	?	?	?	?			?	?
Venda de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	?	?	?	?		?	?	?
Disponib. formulários para <i>download</i>	?	?	?	?		X	?	?
Recebimentos <i>on-line</i>	?	?	?	?			?	?
Fornecimento de serviços <i>on-line</i> recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	?	?	?	?			?	?

Área	IGDN	LC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM
Informação institucional acerca organismo	?	?	?	?	?	?	?	?
Informação acerca serviços prestados	?	?	?	?	?	?	?	?
Endereço electrónico para recepção ou pedidos de informação	?	?	?	?	?	?	?	?
Disponib. acesso a bases de dados	?	?	?	?	?	?	?	?
Disponib. formulários preenchimento <i>on-line</i>	?	X	?	X	X	X	?	?
Informação acerca oportunidade de recrutamento	?	X	?	?	?	?	?	?
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	?	?	?	?	?	?	?	?
Venda de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	?	?	?	?	?	?	?	?
Disponib. formulários para <i>download</i>	?	?	?	?	?	?	?	?
Recebimentos <i>on-line</i>	?	X	?	?	?	?	?	?
Fornecimento de serviços <i>on-line</i> recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	?	X	?	?	?	?	?	?

? Disponível
X - Não disponível
? N ão aplicável

5.13.7 – Orientação do Organismo relativamente à distribuição do acesso à *Internet* e correio electrónico

Área	DGIE		DGAED		DGPDN		DGPRM		SG/MDN		IDN		PJM		IASFA	
	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Inter-net	Cor-reio	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio
Para a estrutura superior			?	?								?			?	?
Para o secretariado da estrutura superior			?	?								?		?	?	?
Para o comando/direcção/chefia niv. inter.			?	?								?		?	?	?
Para os quadros técnicos			?	?								?			?	?
Para outros sectores em que a activ. justif.				?							?	?				?
Utilização generalizada	?	?			?	?	?	?				?	?			

Área	IGDN		LC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		CNPCE		CPHM	
	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio								
Para a estrutura superior	?		?		?		?	?	?	?	?	?			?	?
Para o secretariado da estrutura superior	?		?				?	?		?	?	?				?
Para o comando/direcção/chefia niv. inter.	?		?		?		?	?	?	?	?	?			?	?
Para os quadros técnicos	?		?				?	?	?	?	?	?			?	?
Para outros sectores em que a activ. justif.	?		?		?		?	?	?	?	?	?				?
Utilização generalizada		?	?							?			?	?		?

No Exército não foram considerados os estabelecimentos fabris (LMPQF, MM, OGFE e OGME).

? Disponível

PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

NOTA EXPLICATIVA

O Prémio Defesa Nacional e Ambiente foi criado em 1993, por despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente e Ordenamento do Território, tendo como objectivo incentivar as boas práticas ambientais nas Forças Armadas portuguesas, vincando, assim, as suas preocupações pela preservação dos recursos naturais do nosso país.

O Regulamento do prémio actualmente em vigor foi aprovado pelo Despacho Conjunto n.º 1024/2000 dos Ministérios da Defesa Nacional e do Ambiente e Ordenamento do Território, publicado no Diário da República – II série, n.º 242, de 19 de Outubro.

5.14 - PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

5.14.1 - Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA's	1999	2000	2001	2002	2003	TOTAL
Marinha	-	-	2	1	-	6
Exército	4	5	2	3	2	22
Força Aérea	1	2	-	-	2	7
TOTAL	5	7	4	4	4	35

5.14.2 - Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA's	1999	2000	2001	2002	2003
Marinha	-	-	Direcção de Faróis da Armada – Energia Solar no Farol da Berlenga.	-	-
Exército	Tratamento de resíduos hospitalares no Hospital Militar Regional n.º 2.	Implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, segundo a Norma ISO 14001, no Instituto Geográfico do Exército.	-	Centro Militar de Educação Física e Desportos - Actividades Ambientais 2002.	Campo Militar de Santa Margarida – Aplicação de um Sistema de Gestão Ambiental em 2003.
Força Aérea	-	-	-	-	-

NOTA EXPLICATIVA

Este capítulo, da responsabilidade da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED), descreve os dados referentes a:

- Exportações e Importações de Material, Equipamentos e Tecnologias de Defesa;
- Logística;
- Investigação e Desenvolvimento (I&D) na área da Defesa;
- Indústrias do sector da Defesa e empresas com actividades ligadas a esta área;
- Qualidade, Normalização e Catalogação dos Bens Militares.

Os dados apurados e indicados nos quadros respectivos, resultaram de contributos do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas e do IASFA e da consulta efectuada às indústrias nacionais de armamento e afins, sendo os restantes elementos provenientes das actividades normais da DGAED.

CONCEITOS

Carro de Combate

Viatura de combate blindada e de auto-propulsão, com forte poder de fogo, munida fundamentalmente com uma peça principal de alta velocidade inicial, capaz de fazer tiro directo para alvos blindados e outros, com elevada mobilidade em todo o terreno, com um elevado nível de auto-protecção e que não está vocacionada nem equipada para transporte de tropas de combate.

Avião de Combate

Avião de asa fixa ou asa de geometria variável, armado e equipado para defrontar alvos, utilizando mísseis guiados, foguetes não-guiados, bombas, metralhadoras, canhões ou outras armas de destruição, assim como qualquer modelo ou versão de avião que desempenhe outras funções militares, tais como avião de transporte não armado, reconhecimento ou guerra electrónica.

Helicóptero de Combate

Aparelho de asa rotativa, armado e equipado para defrontar alvos ou equipado para desempenhar outras funções militares.

Fragata

Navio de 1.500 a 3.500 toneladas de deslocamento e comprimento entre 75 e 150 metros, com armamento anti-superfície, antiaéreo e anti-submarino e cuja missão principal é a escolta e a luta anti-submarina.

Corveta

Navio de menor deslocamento que as fragatas, comprimento entre 60 e 100 metros, com armamento semelhante mas de menor calibre, que desempenha o mesmo tipo de missões embora com menores capacidades oceânicas.

Patrulha

Navio de pequeno a médio deslocamento (200 a 400 toneladas) e com comprimento inferior a 45 metros, destinado a operar junto a zonas costeiras em missões de vigilância, patrulha e defesa.

Lancha de Desembarque

Grande

Navio de 120 a 500 toneladas de deslocamento e comprimento entre os 25 e os 55 metros, capaz de transportar e desembarcar 2 a 3 carros de combate ou 300 a 450 combatentes.

Média

Navio com comprimento entre os 15 e os 25 metros, capaz de transportar e desembarcar 1 carro de combate ou 50 a 200 combatentes.

Pequena

Navio com comprimento entre os 7,5 e os 30 metros, destinado exclusivamente ao transporte e desembarque de pessoal.

Lancha de Fiscalização

Navio de pequeno deslocamento (inferior a 150 toneladas) e com comprimento inferior a 30 metros, com fraco armamento e destinado à fiscalização das águas ribeirinhas e interiores.

Navio

Hidrográfico

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos hidrográficos ou oceanográficos.

Balizador

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos relacionados com a manutenção e conservação dos meios de assinalamento marítimo.

Escola

Navio especificamente construído ou equipado para fins de instrução.

Reabastecedor

Navio com deslocamento entre 5.000 e 10.000 toneladas e com comprimento entre 40 e 140 metros, destinado a prover o reabastecimento no mar de outros navios, quer em combustíveis quer em outros produtos, tais como alimentos, sobressalentes, etc..

Submarino

Navio de guerra cuja especificidade reside na capacidade de efectuar operações navais em imersão.

Unidade Auxiliar de Marinha

Navio e embarcação que, pelas suas características ou natureza do serviço a que se destinam, não deva ser considerada como unidade naval.

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA

NOTA EXPLICATIVA

Os dados incluídos nos quadros 6.1.1 e 6.1.2 foram obtidos a partir das exportações efectuadas pelas indústrias de defesa nacionais ou equiparadas, tendo-se desagregado por áreas do Globo. Os elementos indicados referem-se a bens e tecnologias de uso exclusivamente militar que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 436/91, de 8 de Novembro, possam pôr em risco os interesses estratégicos nacionais ou a defesa do país e são controlados pelo MDN (DGAED).

Pela Portaria n.º 439/94, de 29 de Junho, ficaram enumerados os “itens” cujas operações de importação/exportação carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED.

Os dados relativos ao quadro 6.1.3 foram obtidos a partir das importações efectuadas pelas empresas comerciais, indústrias nacionais e Forças Armadas e Forças de Segurança, sendo apurados com base no Decreto Lei n.º 436/91 e Portaria n.º 439/94.

O quadro 6.1.6 indica-nos a relação das empresas inscritas na DGAED que, nos termos do Decreto-Lei nº 397/98, de 17 de Dezembro, estão autorizadas a exercer a actividade de comércio de bens e tecnologias militares previstos na Portaria nº 439/94, de 29 de Junho, incluindo a nível internacional (importação e exportação).

6.1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA

6.1.1 – Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais

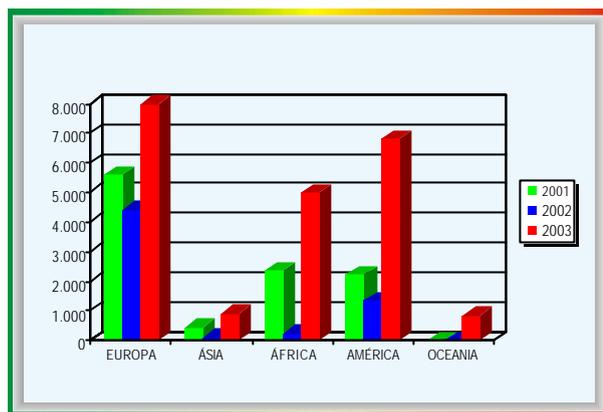
(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Anos	Valor (milhares de euros)
2003	25.027,7
2002	6.078,8
2001	10.634,4
2000	12.729,3

6.1.2 – Exportações de Bens e Tecnologias Militares - Valores Globais por Áreas do Globo

(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

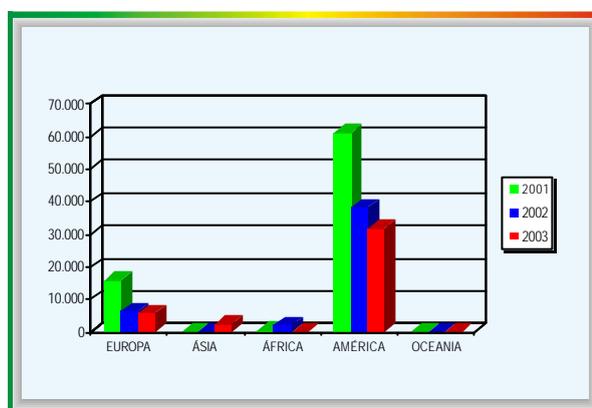
Países	2001		2002		2003	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	5.586,5	52,5	4.412,8	72,6	11.470,1	45,8
ÁSIA	453,9	4,3	86,9	1,4	924,0	3,7
ÁFRICA	2.364,3	22,2	225,2	3,7	4.983,4	19,9
AMÉRICA	2.229,6	21,0	1.353,9	22,3	6.805,9	27,2
OCEANIA	-	-	-	-	844,3	3,4
TOTAL	10.634,3	100,0	6.078,8	100,0	25.027,7	100,0



6.1.3 – Importações de Bens e Tecnologias Militares - Valores Globais por Áreas do Globo

(Apenas as importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Países	2001		2002		2003	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	15.816,9	20,4	6.334,0	13,6	5.639,3	14,1
ÁSIA	15,0	0,1	-	-	2.315,4	5,8
ÁFRICA	578,6	0,7	2.202,9	4,7	-	-
AMÉRICA	60.998,0	78,8	38.010,9	81,7	31.844,0	80,1
OCEANIA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	77.408,5	100,0	46.547,8	100,0	39.798,7	100,0



6.1.4 – Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares - Por Áreas do Globo

(Apenas as exportações e importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Ano: 2003

Países	Importação		Exportação		Saldo (Exp. - Imp.)
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)
EUROPA	5.639,3	14,1	11.470,1	44,2	5.830,8
ÁSIA	2.315,4	5,8	924,0	3,6	-1.391,4
ÁFRICA	0	-	4.983,4	22,8	4.983,4
AMÉRICA	31.844,0	80,1	6.805,9	26,2	-25.038,1
OCEANIA	0	-	844,3	3,2	844,3
TOTAL	39.798,7	100,0	25.027,7	100,0	-14.771,0

6.1.5 – Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares por Países Agregados em Organizações Internacionais a que Portugal Pertence

Ano: 2003

Organização	Importação (milhares de euros)	Exportação (milhares de euros)	Saldo Exportação-Importação (milhares de euros)	Exp/Import * 100 (%)
NATO	36.752,0	18.003,0	-18.749	49,0
UEO	4.872,0	8.916,8	4.045	183,0
UE	4.986,8	8.916,8	3.930	178,8

6.1.6 – Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Actividade de Comércio de Bens e Tecnologias Militares (*)

(euros)

Empresa	Sede	Objecto da Actividade	Capital Social
A. Montez, S.A.	Lisboa	Armas, Geral	450.000
A. Paukner, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	49.880
A. Silva Leal, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	1.995
Antero Lopes, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	160.000
Apcol, Lda.	Prior Velho	Geral - Bens e tecnologias militares	9.976
Capli, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	4.988
Cartil, Lda.	Amadora	Electrónica/Telecomunicações – Reparação e assistência	500.000
CPMB, S.A.	Lisboa	Munições, explosivos, pólvoras. Geral - Bens e tecnologias militares	149.639
Croker Delaforce, S.A.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	473.858
E. Dias Serras, Lda.	Lisboa	Electrónica, produtos náuticos. Geral - Bens e tecnologias militares	280.000
Eastécnica III, S.G.P.S	Porto Salvo	Telecomunicações, multimédia, audiovisuais-instalação/manutenção	747.000
Edisoft, S.A.	Lisboa	Informática, prestação de serviços de consultadoria, assistência	500.000
E.C.V., S.A.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	1.750.000
Espaçomar, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Honos, Lda.	Algés	Material aeronáutico e armamento	100.000
IDD, S.A.	Alcochete	Geral - Bens e tecnologias militares	50.000
HEMA, Lda.	Lisboa	Aeronáutica, material de detecção física e química	5.009
Indep, S.A.	Lisboa	Comércio de todos os produtos fabricados e reparados	11.971.150
Induma, Lda.	Lisboa	Comércio de armamento	48.880
ITB - Comércio Internacional,Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	9.976
Iveco, Lda.	Castanheira do Ribatejo	Viaturas militares, componentes, peças. Geral - Bens e tecnologias militares	15.961.533
J. Nicolau, Lda.	Alfragide	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Lasi Electrónica, Lda.	Barcarena	Electrónica, Geral - Bens e tecnologias militares	24.940
Megafer, Lda.	Cascais	Geral - Bens e tecnologias militares	1.995
Melco, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	50.000
Micotec, Lda.	Lisboa	Electrónica, aparelhos eléctricos – Manutenção de armamento	4.988
Montagrex - Optagrex, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	9.976
Navaltrading, Lda.	Seixal	Equipamentos e produtos para indústria naval	4.988
OGMA, S.A.	Alverca	Aeronáutica, Geral - Bens e tecnologias militares	35.000.000
Omnitécnica, S.A.	Amadora	Electrónica - Materiais e equipamentos - Prestação de serviços	750.000
Ortsac, LDA.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	24.940
Paragrup, Lda.	Lisboa	Pára-quadras, componentes de material de guerra, equip.diversos	7.482
Pinhol, Gomes & Gomes, Lda.	Carnaxide	Geral - Bens e tecnologias militares	4.040.263
Pinto Basto – Electrónica e Máquinas, Lda.	Lisboa	Máquinas, Geral - Bens e tecnologias militares	374.098
Quadri, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	124.700
Rotamex, Lda.	Algés	Aeronáutica, Geral	25.000

6.1.6 – Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Actividade de Comércio de Bens e Tecnologias Militares (*) - (Continuação)

(euros)

Empresa	Sede	Objecto da Actividade	Capital Social
Scope, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	119.712
S.E.M.I.R.N., Lda.	Seixal	Geral - Bens e tecnologias militares	74.820
Setronix, Lda.	Carcavelos	Geral - Bens e tecnologias militares	100.000
Sicom, Lda.	Lisboa	Electrónica, Geral	498.798
Sipamar, Lda.	Algés	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Sirmec, Lda.	Oeiras	Geral - Bens e tecnologias militares	129.687
Socimarpe, Lda.	Algés	Electrónica, Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Sodarca, Lda.	Lisboa	Armas, cartuchos. Geral - Bens e tecnologias militares	404.026
STD, Electrónica, S.A.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	299.279
Studia, Lda.	Oeiras	Geral - Bens e tecnologias militares	29.928
Subloc - Locação de Submarinos, S.A.	Alverca	Comércio e locação de bens navais militares	250.000
The Engineering Company of Portugal, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	250.000
VILSENE, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	20.200

(*) Nos termos do Decreto-Lei nº 397/98, de 17 de Dezembro.

EQUIPAMENTOS DE DEFESA

6.2 – EQUIPAMENTOS DE DEFESA

6.2.1 – Missões e Meios Disponíveis - Marinha

Ano: 2003

Meios	Missões													Total	
	Defesa Naval e Aeronaval		Defesa Directa do Território	Reforço OTAN	Missões de Interesse Público					Apoio Pessoal		Apoio Material	Instrução e Treino		
	Escolta e Luta A/S	Reabastecimento no Mar			Levantamento Hidrográfico	Autoridade Marítima	Segurança Marítima	Vigilância e Fiscalização da ZEE	Busca e Salvamento	Transporte	Accção Cultural	Transporte			
N A V I O S	FRAGATAS "VASCO DA GAMA"	3	-	(b)	(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
	FRAGATAS "JOÃO BELO"	3	-	(b)	(a)	-	(b)	(b)		(b)	-	-	(b)	-	3
	CORVETAS "BATISTA DE ANDRADE"	-	-	(b)	-	-	(b)	(b)	3	(b)	-	-	(b)	-	3
	CORVETAS "JOÃO COLITINHO"	-	-	(b)	-	-	(b)	(b)	5	(b)	-	-	(b)	-	5
	SUBMARINOS "AL BACCORA"	2	-	(b)	(a)	-	-	-	-	-	-	-	(b)	-	2
	NAVIO-TANQUE REABASTECEDOR "BÉRRIO"	-	1	-	(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	PATRULHAS "CACINE"	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	4
	LANCHAS FISCALIZAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	12
	LANCHAS DESEMBARQUE GRANDES	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	NAVIOS HIDROGRÁFICOS	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4
	NAVIOS BALIZADORES	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
	NAVIOS-ESCOLA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	TOTAL NAVIOS	8	1	(b) 1	-	4	(b)	(b) 1	(b) 24	(b)	-	-	-	(b) 3	42
	UNIDADES AUXILIARES DE MARINHA	-	-	4	-	3	29	3	(c)	21	6	2	3	6	77
H E L I C O P T E R O S	LYNX	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	
	VIATURAS BLINDADAS ANFÍBIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	MISSEIS	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	
	MILAN	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	
MORTEIROS PESADOS	-	-	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36		

(a) A Marinha tem permanentemente disponíveis para atribuição à NATO, em diferentes graus de prontidão, 6 fragatas, 2 submarinos e 1 reabastecedor;

(b) Missões que são cumpridas em simultaneidade com a missão principal indicada;

(c) A Vigilância e Fiscalização são missões cumpridas pela UAM's em simultaneidade com a missão Autoridade Marítima.

6.2.2 – Missões e Meios Disponíveis - Exército

Ano: 2003

Meios	Missões	Defesa Anti-aérea	Defesa Directa do Território			Reforço Geral	Instrução e Treino
			Continente	Açores	Madeira		
Carros de Combate	M60A3	-	73	-	-	19	9
Viaturas Blindadas	Lagarta	-	382	-	-	12	8
	Rodas	-	89	-	-	20	11
Obuses	105mm	-	48	-	-	36	12
	155mm AP	-	18	-	-	-	2
	155mm Reb	-	13	-	-	23	2
Sistemas de Mísseis	Anti-carro	-	80	-	-	18	16
	Anti-aéreo	12	24	-	-	12	4
Morteiros	Pesados	-	64	7	16	85	6
Pontes	Viat. Blindada Lança Pontes	-	4	-	-	-	-
	Apoios Fixos	-	6	-	-	-	-
	Apoios Flutuantes	-	1	-	-	-	-

6.2.3 – Distribuição de Equipamentos por Grandes Unidades - Exército

Ano: 2003

Meios	Equipamentos	Grandes Unidades			
		Tropas de CE	BMI	BLI	BAI
Carros de Combate	M60A3	6	67	-	-
Viaturas Blindadas	Lagarta	-	373	9	-
	Rodas	43	-	32	14
Obuses	105mm	-	4	26	18
	155mm AP	-	18	-	-
	155mm Reb	13	-	-	-
Sistemas de Mísseis	Anti-carro	-	38	10	32
	Anti-aéreo	12	12	-	12
Morteiros	Pesados	-	20	44	-
Pontes	Viatura Blindada Lança Pontes	-	4	-	-
	Apoios Fixos	6	-	-	-
	Apoios Flutuantes	1	-	-	-

Viaturas Blindadas de Lagarta: inclui M113, M113 TOW, M577, M125, M106, M901 ITV, VCE M728, M548, M578 e M88;

Viaturas Blindadas de Rodas: inclui Chaimite V-200, V-150, e M-11;

Morteiros Pesados: inclui 120mm e 107mm.

6.2.4 – Missões e Meios Disponíveis – Força Aérea

Ano: 2003

Meios		Missões								Total	
		Defesa Naval e Aeronaval		Defesa Directa do Território					Defesa Aérea		Instrução e Treino
		Escolta e Luta AVS	Apoio Aéreo Tático a Operações Navais	Transporte	Busca e Salvamento	Reconhecimento	Apoio Aéreo Próximo	Interdição Aérea			
A V I O E S	F-16	-	-	-	-	-	-	-	20	-	20
	P3-P	6	-	-	-	-	-	-	-	-	6
	A7-P (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	FTB 337G	-	-	12	-	-	-	-	-	-	12
	C-212	-	-	9	5	9	-	-	-	-	23
	FALCON 20	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
	FALCON 50	-	-	3	-	-	-	-	-	-	3
	C-130	-	-	6	-	-	-	-	-	-	6
	A-JET	-	-	-	-	-	19	-	-	6	25
	CHIPMUNK	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6
	BLANIK	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	ASK 21	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	EPSILON	-	-	-	-	-	-	-	-	16	16
Total Aviões	6	-	31	5	9	19	-	20	34	124	
H E L I S	SA-330	-	-	-	10	-	-	-	-	-	10
	AL III	-	-	18	-	-	-	-	-	-	18
TOTAL / UNIDADES		6	-	49	15	9	19	-	20	34	152

LOGÍSTICA

NOTA EXPLICATIVA

No intuito de disponibilizar uma informação mais alargada e melhorada, são englobados os quadros com dados da área da Logística que foram fornecidos pelo EMGFA, Ramos, OSC/MDN e IASFA.

Os dados estatísticos apresentados no quadro 6.3.1 dizem somente respeito à manutenção dos meios e sistemas operacionais.

Os elementos estatísticos do quadro 6.3.2 referem-se exclusivamente à aquisição de equipamento hospitalar, meios de diagnóstico e curativos e à manutenção do equipamento hospitalar, não incluindo, portanto, a assistência na doença e outras participações aos militares das Forças Armadas, que fazem parte do Capítulo 4.

Os dados apresentados nos quadros 6.3.3 e 6.3.4 referem-se a transportes não táticos.

CONCEITOS

Escalões de Manutenção

1º Escalão

Manutenção preventiva e correctiva executada pela unidade (utilizador).

2º Escalão

Manutenção preventiva e correctiva executada pela unidade, com o apoio de equipamento oficial e de meios humanos especializados.

3º Escalão

Manutenção correctiva por avaria de um ou mais dos conjuntos ou subconjuntos de um sistema. A execução desta categoria de manutenção é feita em instalações oficiais (Oficinas Gerais ou Arsenal) ou ainda por recurso ao mercado civil.

4º Escalão

Manutenção que compreende a reparação geral de artigos principais e a recuperação de grandes conjuntos. Os artigos principais e os conjuntos que beneficiam desta categoria de manutenção, após recuperados, são normalmente destinados a alimentar o canal de reabastecimento.

6.3 – LOGÍSTICA

6.3.1 – Despesas com Manutenção de Meios e Sistemas Operacionais (a)

(euros)

Ano	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2003	145.170	35.630.413	1.554.416	29.871.585	67.201.584
2002	162.720	30.925.976	1.790.440	25.562.891	58.442.027
2001	158.418	41.151.635	2.743.418	21.199.045	65.252.516
2000	142.117	48.818.822	2.521.059	25.341.577	76.823.575

(a) O Exército só incluiu despesas com os 3.º e 4.º escalões.

6.3.2 – Despesas com Equipamentos e Material de Saúde

(euros)

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Aquisição de				
- equipamento hospitalar	94.616,52	335.401,22	2.416.427,00	2.846.444,74
- meios auxiliares de diagnóstico	302.725,26	576.351,73	492.655,00	1.371.731,99
- meios curativos	4.012.452,14	2.217.599,35	(a)	6.230.051,49
Manutenção de equipamento hospitalar	130.979,93	120.172,69	425.262,00	676.414,62
TOTAL	4.540.773,85	3.249.524,99	3.334.344,00	11.124.642,84

(a) A despesa que deveria ser indicada neste campo está agregada na subrubrica dos "meios auxiliares de diagnóstico".

6.3.3 – Despesas com Transportes – Aquisição de Veículos

(euros)

Equipamento	OSC/MDN		IASFA		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Transporte de pessoal	-	-	-	-	-	-	26	639.267	-	-	38	1.014.608	64	1.653.875
Transporte geral	-	-	-	-	-	-	23	347.318	-	-	7	267.547	30	614.865
Todo-o-terreno	-	-	-	-	-	-	12	298.404	12	525.736	3	130.929	15	955.069
Serviços especiais	-	-	-	-	-	-	6	247.930	-	-	13	807.522	19	1.055.452
Motociclos, ciclomotores e velocípedes	-	-	-	-	-	-	5	69.123	-	-	-	-	5	69.123
TOTAL	-	-	-	-	-	-	72	1.602.042	12	525.736	61	2.220.606	133	4.348.384

6.3.4 – Despesas com Transportes - Funcionamento

(euros)

Equipamento	OSC/MDN	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Manutenção	129.336	48.766	92.430	458.347	848.488	1.435.697	3.013.064
Combustíveis e lubrificantes	131.860	43.738	153.112	342.016	2.303.164	199.376	3.173.266
Aquisição de serviços (a)	65.584	75.889	931.383	922.200	2.462.066	1.497.126	5.954.248
TOTAL	326.780	168.393	1.176.925	1.722.563	5.613.718	3.132.199	12.140.578

(a) Aluguer de viaturas e transporte de pessoal e material.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

6.4 – INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

6.4.1 – Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – Marinha

(euros)

Programas	Entidade	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			ODN-M	PIDDAC	LPM	Outras Fontes	
Projecto Ship IR/NTCS	DN	Engenharia Electrotécnica e Informática	5.000	-	-	25.775	30.775
Automatização dos Levantamentos Hidrográficos	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	(a) 23.499	17.750	48.706	-	89.955
Estudo da Dinâmica das Costas de Portugal	IH	Ciências da Terra e do Espaço	-	50.000	6.737	-	56.737
Circulação na Plataforma Continental	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 23.672	40.000	4.820	-	68.492
Sistemas de Informação e Dados Técnico-Científicos	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	(a) 74.650	80.000	85.000	-	239.650
Cartas Sedimentológicas da Plataforma Continental	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 38.977	21.000	-	-	59.977
Cooperação com Universidades e outros Organismos	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 42.317	-	-	-	42.317
Automatização da Rede Maregráfica Nacional	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	-	26.000	84.769	-	110.769
Automatização dos Sistemas de Cartografia Náutica	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	(a) 44.300	42.000	3.618	-	89.918
Vigilância da Qualidade do Meio Marinho	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 88.970	21.000	82.138	-	192.108
Inovação e Desenvolvimento de Técnicas de Análise	IH	Química	(a) 38.130	-	52.880	-	91.010
Modernização de Navios Hidrográficos	IH	Ciência e Enq ^a dos Materiais	-	170.000	1.105.845	-	1.275.845
Rede GPS Diferencial	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	(a) 45.300	-	193.501	-	238.801
Ondcoast/PAMMELA	IH	Ciências da Terra e do Espaço	-	30.000	-	(b) 17.957	47.957
Dinâmica Sedimentar	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 13.526	-	183.461	-	196.987
Geologia Marinha	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 4.373	-	2.002	-	6.375
Modelos Oceanográficos de Assimilação de Dados (MOCASSIM)	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 23.342	-	-	(b) 120.100	143.442
EUROSTRATAFORM	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 44.145	-	-	(c) 62.155	106.300
Rede Europeia de Gestão "Sea-Search II"	IH	Ciências da Terra e do Espaço	-	-	-	(c) 17.116	17.116
TOTAL	-	-	510.201	497.750	1.853.477	243.103	3.104.531

Fonte: MARINHA

- (a) Os valores mencionados são referentes ao orçamento de funcionamento do Instituto Hidrográfico e do ODN-M;
- (b) Financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia;
- (c) Financiamento da União Europeia.

6.4.2 – Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas - Exército

(euros)

Programas	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento		TOTAL
			PIDDAC	OMDN	
Modelo Digital do Terreno de Alta Precisão	IGeoE	Cartografia	50.846	-	50.846
Actualização Acelerada de Cartografia 1:25.000 em Formação Digital	IGeoE	Cartografia	254.528	-	254.528
Sistema de Informação Geográfico Militar	IGeoE	Cartografia	105.721	-	105.721
Remodelação das Infra-Estruturas Escolares da Academia Militar	AM	Instrução	2.734.060	-	2.734.060
Sistema Militar para Apoio ao SNPC e Cooperação com as Autarquias Locais	DSE	Segurança e Ordem Pública	361.776	-	361.776
Ambiente Microbiológico	CMMV	Saúde	-	-	-
SICCE - Sistema de Informação para o Comando e Controlo do Exército	DST	Comunicações, Electrónica e Informática	-	-	-
TUBERCULOSE - Optimização, Diagnóstico Microbiológico, Informatização e Casos Clínicos	HMB	Saúde	-	-	-
Bioterrorismo: Rastreio Laboratorial e Protecção	LMPOF	Saúde	-	-	-
Programa de Modernização do Soldado Português	EPI	Armamento e Equipamento, Saúde, Instrução, Cartografia	-	90.225	90.225
Os Gerais do Exército Português	BEX	Instrução	-	17.500	17.500
Adaptação da Munição de Artilharia no Combate a Incêndios	AM	Balística	-	28.658	28.658
A Formação dos Oficiais na Europa: Projecto Exploratório	AM	Sociologia	-	2.936	2.936
Excelência no Ensino Superior: Caso-Estudo AM (EXCEL-AM)	AM	Estatística	-	10.286	10.286
O Campo de Treino Militar de Santa Margarida: Estudo do Impacto Ambiental Após Meio Século de Utilização	AM	Engenharia Ambiental	-	25.000	25.000
Tecnologia, Armamento, Organização e Tática no Exército Português Contemporâneo	AM	História	-	18.054	18.054
Precursor	CTAT	Electrónica	-	8.800	8.800
Ix-Box: Segurança e Redundância em Redes de Dados	CIE	Informática	-	52.788	52.788
Exército – Uma Opção	DR	Informática	-	25.750	25.750
Sistema de Gestão da Qualidade	EMEL	Gestão	-	29.162	29.162
Cozinhas de Campanha: Reabilitação e <i>Up-Grade</i>	EPSM	Engenharia Mecânica	-	19.597	19.597
TOTAL	-	-	3.506.931	328.756	3.835.687

Fonte: EXÉRCITO

6.4.3 – Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas - Força Aérea

(euros)

Programas	Entidade	Área Tecnológica	Fontes de financiamento				TOTAL
			PIDDAC	MDN(PIP)	MDN(I&D)	LPM	
Gestão e Racionalização de Consumos de Energia	DE-GA	Defesa Ambiental	248.946	-	-	-	248.946
Modernização do Hospital da Força Aérea	DI	Saúde	2.294.572	-	-	-	2.294.572
Conversão do Sistema de Informação da Área Financeira da Força Aérea	DINFA	I&D	449.039	-	-	-	449.039
TOTAL	-	-	2.992.557	-	-	-	2.992.557

Fonte: FORÇA AÉREA

6.4.4 – Financiamentos pelo MDN (LPM) de Projectos de Investigação e Desenvolvimento de Defesa (Âmbito nacional e internacional)

(euros)

Programa/Projecto	Entidades Envidadas	Área Tecnológica	Montantes 2003
Projectos Cooperativos Internacionais - WEAG			
- <i>Optical Radar Demonstrator</i>	INETI	Electro-óptica	65.168
- <i>Innovative Lighweight Infra-red Camera (ILIC)</i>	EID	Electro-óptica	48.633
- <i>Earth Observation Technical Concepts and Coordination</i>	INETI	Vigilância Satélite e Espaço	38.208
- <i>High Resolution Optical Satellite Sensor</i>	INETI - IST	Vigilância Satélite e Espaço	100.000
- <i>In-flight Embedded Simulation for Training On-board Fighter Aircraft</i>	INETI - OGMA	Modelação e Simulação	134.676
- <i>Realising the Potential of Networked Simulation in Europe</i>	INETI - OGMA - INESC	Modelação e Simulação	114.976
- <i>Advanced Flare Compositions for Air Countermeasures</i>	LEDAP - Univ. Coimbra	Materiais Energéticos	-
- <i>Synthesis of Nitrocompounds for Use in Energetic Materials</i>	LEDAP - Univ. Coimbra	Materiais Energéticos	-
- <i>Particle Processing and Characterization</i>	LEDAP - Univ. Coimbra	Materiais Energéticos	-
Subtotal WEAG	-	-	501.661
Projectos Cooperativos Internacionais - NATO			
- GESIM II (Projecto bilateral Portugal-França)	INETI	Modelação e Simulação	40.000
- AGS - <i>Allied Ground Surveillance (Definition Phase)</i>	Consórcio a definir	-	83.333
Subtotal NATO	-	-	123.333
Total Internacional	-	-	624.994
Projectos de Âmbito Nacional (Ramos, Institutos e Universidades)			
- Emissores e Receptores de HF	EID	Comando, Controlo e Comunicações	588.980
- Saúde. Tuberculose – Optimização do Diagnóstico	Exército - HMB	Saúde	100.000
- SICCE - Sistema de Informação de Comando e Controle do Exército	Exército - EPT	Simulação	75.000
- Bioterrorismo: Vigilância e Protecção	Exército - CMMV	Protecção Individual (Defesa CBRN)	-
- Estudo do Ambiente Microbiológico nas Salas de Cirurgia do HMP para Prevenção de Infecções Cruzadas	Exército - LMPQF	Saúde	-
- Validação Cooperativa no Âmbito NAT/ RTOSET /TG16 de Modelo de Simulação de Assinatura Infravermelha de Navios ShipIR/NTCS	Exército - LMPQF	Assinatura Radar	-
- Calibração do Modelo de Deriva	Marinha - IH	Ambiente/ Oceanografia Militar	15.000
Total Nacional	-	-	778.980
TOTAL	-	-	1.403.974

Fonte: DGAED

INDÚSTRIAS DE DEFESA

NOTA EXPLICATIVA

Neste quadro apresentam-se de forma sucinta alguns elementos estatísticos relativos às empresas portuguesas, incluindo os EFFA, do sector vulgarmente conhecido como das indústrias de defesa e respeitantes a 2002 e 2003. Os elementos referentes a cada empresa ou EFFA são os seguintes:

- Volume de vendas global, anual;
- N.º de efectivos;
- Valores de exportação de bens e serviços;
- Despesas de investigação e desenvolvimento de algumas empresas.

6.5 – INDÚSTRIAS DE DEFESA

6.5.1 – Indústrias Nacionais do Sector das Indústrias de Defesa - 2002 e 2003

(euros)

Áreas de Actuação	Situação	Volume de Vendas Anual		Volume de Vendas em AETD	Número de Efectivos		Exportação			
		2002	2003		2002	2003	TOTAL 2002	2003		
				Países (UE)				Países 3ºs	TOTAL	
SECTOR TERRESTRE OGFE	Estatual/EFFA	28.114.314	27.915.374	20.653.176	429	398	316.756	-	655.053	655.053
OGME	Estatual/EFFA	1.850.785			120	-	-	-	-	-
IDD	S.A. Capitais Públicos	498.270	675.236	675.256	12	13	-	-	-	-
SECTOR AEROESPACIAL OGMA	S.A. Capitais Públicos	59.135.681	102.642.048	52.410.050	1862	1.694	8.776.571	24.299.940	12.396.178	36.696.118
SECTOR NAVAL Arsenal do Alfeite	Estatual/EFFA	29.444.755	26.942.914	26.942.914	1723	1.598	-	-	-	-
SECTOR ELECTRÓNICO EID	Privada	10.151.218	8.298.647	7.405.502	161	157	6.088.936	7.336.202	69.300	7.405.502
EDISOFT	Privada	3.331.210	4.175.126	2.390.177	68	73	1.047.178	1.124.820	-	1.124.820

Fonte: DGAED/Empresa

AETD – Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa.

Nota: Os montantes financeiros indicados constituem os resultados das actividades das Empresas/EFFA derivados do aproveitamento global das suas capacidades e incluem a venda de bens e a prestação de serviços, sejam eles de natureza militar, de duplo uso ou de natureza civil.

6.5.2 – Indústrias Nacionais com Actividades Ligadas a Áreas da Defesa - 2002 e 2003

(euros)

Áreas de Actuação	Situação	Volume de Vendas Anual		Volume de Vendas em AETD	Número de Efectivos		Exportação			
		2002	2003		2002	2003	TOTAL 2002	2003		
				Países (UE)				Países 3ºs	TOTAL	
BROWNING VIANA	Privada	28.102.480	35.933.855	3.576.417	290	356	1.707.455	874.574	2.701.843	3.576.417
TUDOR	Privada	64.563.665	23.126.795	92.396	539	558	-	-	-	-
AUTOSIL	Privada	-	16.119.196	131.996	-	216	-	2.409	-	2.409
CRITICAL	Privada	-	2.747.129	45.140	-	64	-	-	22.744	22.744
CROCKER	Privada	-	2.620.000	980.000	-	26	-	-	-	-
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	S.A. Capitais Públicos	-	179.804.870	4.088.155	-	1.079	-	-	-	-
STD Electrónica	Privada	-	2.620.000	980.000	-	35	-	-	-	-

AETD – Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa.

6.5.3 – Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Actividade de Indústrias de Armamento e Tecnologias de Defesa (*)

(euros)

Empresa	Sede	Objecto da Actividade	Capital Social	Efectivos	Volume de Negócios
Aerohélice, Lda.	Alenquer	Aeronáutica, hélices, acessórios, etc., reparação, manutenção e ensaio	25.000	8	1,5 Milhões
Browning Viana, S.A.	Viana do Castelo	Fabrico, acabamento e montagem de armas ligeiras	3.250.000	300	35,9 Milhões
Critical Software	Coimbra	Tecnologias de sistemas	500.000	64	2,7 Milhões
Crocker, Delaforce e Cia., Lda.	Lisboa	Instalação, manutenção de equipamento electrónico, telecomunicações	473.858	30	2,6 Milhões
Eastécnica, S.A.	Tagus Park, Oeiras	Instalação e manutenção de equipamento de telecomunicações, multimédia, audiovisuais	747.000	60	3 Milhões
Edisoft, S.A.	Lisboa	Informática, tecnologias aeroespaciais	500.000	73	4,2 Milhões
EID, S.A.	Monte da Caparica	Telecomunicações - Sistemas de comunicações (rádio)	11.000.000	190	8,3 Milhões
Electro-Central Vulcanizadora, Lda.	Lisboa	Naval - Sistemas de propulsão marítima	1.745.793	350	35 Milhões
Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	Viana do Castelo	Construção e reparação naval	42.375.100	1.100	179,8 Milhões
IDD, S.A.	Alcochete	Desmilitarização, conversão de munições e outros produtos	50.000	13	0,7 Milhões
Indep, S.A.	Lisboa	Fabrico munições e armamento ligeiro	11.971.150	144	5 Milhões
Induma, Lda.	Lisboa	Montagem, ensaio de motores, caixas, compressores	49.880	15	2,5 Milhões
Iveco, LDA.	Castanheira do Ribatejo	Viaturas - Reparação, manutenção e transformação	15.960.000	100	X
NavalGrupo, S.A.	Seixal	Reparação naval e industrial	150.000	30	2,5 Milhões
OGMA, S.A.	Alverca do Ribatejo	Aeronáutica e aeroespacial, concepção, fabrico, reparação e manutenção de aeronaves	35.000.000	1.800	102,6 Milhões
Omnitécnica, S.A.	Amadora	Telecomunicações, electrónica, equipamentos laboratoriais	750.000	30	3,6 Milhões
S.E.M.I.R.N., Lda.	Seixal	Manutenção e reparação naval	74.820	25	X
Setronix, Lda.	Carcavelos	Telecomunicações, radiodifusão, projecto, montagem/fabrico e manutenção de sistemas	100.000	20	1,2 Milhões
SDT Electrónica, S.A.	Lisboa	Telecomunicações, cartografia digital - Aeronáutica	300.000	35	8 Milhões
Zollern Comandita, S.A.	Maia, Porto	Projecto/fabrico de perfis metálicos, engrenagens e fundições em aço	1.000.000	140	10 Milhões

(*) Nos termos do Decreto-Lei nº 397/98, de 17 de Dezembro.

X - Não disponível

6.6 – QUALIDADE, NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO

Dentro das áreas de competência da DGAED, foram exercidas no ano de 2003 actividades no âmbito da Qualidade, Normalização e Catalogação de bens militares cuja divulgação se reputa de interesse. Assim:

6.6.1 – QUALIDADE

No âmbito das competências da DGAED de “emitir ou promover a emissão de certificados de qualidade do armamento, equipamento e serviços de defesa produzidos ou prestados pela indústria nacional, ...”, foram efectuadas as seguintes operações:

6.6.1.1 – Emissão de certificados de qualidade de armamento, equipamentos e serviços de defesa

	Ano 2003
Número de certificados de qualidade de empresas do sector industrial da Defesa	74

6.6.2 – NORMALIZAÇÃO

Os instrumentos usados na Aliança para estabelecer acordos multilaterais nos domínios das políticas, das regras e procedimentos, são os denominados STANAG's, acrónimo que deriva da expressão **Standard Agreements** e que se exprime em português por "Acordos de Normalização".

Estes documentos cobrem hoje variados domínios, desde os operacionais aos científicos, passando pelos de pendor técnico e, obviamente, pelos de natureza logística. Assim, no âmbito da participação de Portugal no processo de normalização da NATO, foram efectuados os seguintes processamentos:

6.6.2.1 – Processos de acordos de normalização NATO

	Ano 2003
Número de pedidos de parecer técnico aos Ramos das Forças Armadas	64
Número de acordos de normalização (STANAG's) processados	102

6.6.3 – CATALOGAÇÃO

A Catalogação tem como objectivo a atribuição de um número único NNA (Número NATO de Abastecimento) que identifica inequivocamente o artigo de abastecimento, cumprindo o definido nos STANAG's 3150 e 3151, sendo reconhecido e aceite por qualquer país NATO e por países não-NATO participantes no AC/135.

6.6.3.1 – NNA's – Quantitativos de catalogação de artigos produzidos em Portugal e de utilização nacional ou por outros países NATO e não-NATO participantes no AC/135 (Grupo NATO da área da Catalogação)

Solicitações Origem		Ao CNC Nacional		Internacionais do CNC Português	
		Pedidos de Catalogação	Registo como Utente	Registo como Utente	Pedidos de Catalogação
Internacional	Austrália	-	-	-	-
	Bélgica	1	-		
	Dinamarca	-	-		
	Espanha	1	3		
	EUA	-	-		
	Grécia	-	-		
	Holanda	13	22		
	Reino Unido	25	30		
Nacional	Marinha	-	-	3.010	957
	Exército	83	-		
	Força Aérea	-	-		
	Empresas	-	-		
TOTAL		123	55	3.010	957

Registo em SPCAT	Quant.
Artigos catalogados por Portugal	1.720
Referências nacionais	2.582
Artigos internacionais	359.256
Organizações nacionais	2.501

SPCAT - Sistema Português de Catalogação

6.6.3.2 – CORG's – Códigos de Organização – solicitados para organizações nacionais

Pedidos de Corg's solicitados ao Centro Nacional de Catalogação	
Entidades	Quant.
Marinha	4
Exército	101
Força Aérea	9
Centro Nacional de Catalogação (CNC)	2
Empresas	4
Austrália	1
Dinamarca	1
EUA	114
Grécia	2
TOTAL	238

Pedidos de Corg's solicitados a terceiros países	
Países	Quant.
Alemanha	7
Espanha	20
França	3
Holanda	2
Itália	4
Países não-NATO	12
TOTAL	48

Actualização da Base de Dados de Corg's	
Número de actualizações efectuadas em 2003	300

6.6.3.3 – Curso Geral de Catalogação

A fim de divulgar a doutrina da Catalogação foi ministrado um Curso Geral de Catalogação a elementos das Forças Armadas:

Ramo	Quant.
Marinha	6
Exército	3
Força Aérea	1
Total de Formandos	10

NOTA EXPLICATIVA

A opção por uma nota explicativa comum ao EMGFA e Ramos, referente às áreas estatísticas sectoriais “Exercícios”, no caso do EMGFA, e “Exercícios e actividades de preparação específica dos Ramos”, no caso da Marinha, do Exército e da Força Aérea, residiu no facto do âmbito dos quadros que contêm os elementos estatísticos obedecer ao mesmo formato e referir, nalguns casos, actividades comuns realizadas simultaneamente.

Para assegurar a execução das missões e tarefas da sua competência, como parte integrante do sistema de forças nacional, e habilitar ao cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo país, as Forças Armadas proporcionam às suas unidades um rigoroso programa de treino, bem como a participação em exercícios nacionais e internacionais. Entre as acções de treino, visando estabelecer os padrões definidos, tem lugar a participação, de forma regular, em exercícios conjuntos, exercícios combinados e exercícios sectoriais. Com a finalidade de tornar a leitura dos quadros mais objectiva, é anexada à presente nota explicativa uma relação do âmbito dos exercícios indicados pelo EMGFA/Ramos nos respectivos quadros.

MARINHA

Na área dos exercícios e actividades para o aprontamento das forças descreveram-se, qualitativa e quantitativamente, todos os exercícios em que a responsabilidade da preparação e condução foi da Marinha, os exercícios combinados realizados em território estrangeiro em que participaram meios navais e, ainda, os exercícios da responsabilidade de outros Ramos em que houve participação da Marinha.

Foram também incluídas outras actividades conducentes à preparação e aprontamento das unidades navais, designadas por programas de treino, e que englobam o treino básico, operacional, específico e próprio, que se realizam após prolongados períodos de paragem dos navios ou decorrentes de acções de manutenção, rendições de elementos da guarnição em número significativo e preparação de missões cujas características exigem treino específico.

Foram ainda consideradas as viagens de instrução e os embarques de fim de semana dos cadetes da Escola Naval, cujo principal objectivo é a aplicação prática dos conhecimentos escolares adquiridos, e que, pelo seu cariz operacional, permitem proporcionar simultaneamente treino às unidades navais envolvidas.

No que concerne à apresentação dos meios financeiros envolvidos, seguiu-se a metodologia de apenas considerar os custos acrescidos, isto é, as despesas com pessoal e operação dos meios efectuadas exclusivamente por força da realização dos exercícios. Assim sendo, contabilizaram-se somente as despesas que não seriam efectuadas caso os exercícios não se tivessem realizado, o que significa que, de um modo geral, só se consideraram as despesas com suplemento de embarque, alimentação (excepto o almoço) e combustível. As excepções a esta orientação geral encontram-se devidamente assinaladas nos quadros respectivos.

EXÉRCITO

Na área específica do treino operacional descrevem-se os exercícios em que a responsabilidade da preparação foi do Exército, os exercícios combinados e aqueles que, sendo da responsabilidade primária de outros Ramos, tiveram participação de forças do Exército.

Os totais dos custos acrescidos, que se inserem no quadro dos exercícios sectoriais (7.3.2), consideram, no tocante a "pessoal", as ajudas de custo despendidas nas reuniões preparatórias e em exercícios e, quanto a "operação", as despesas da rubrica orçamental de "Aquisição de bens e serviços correntes", em munições consumidas e alimentação.

No quadro referente aos meios envolvidos em exercícios combinados (7.3.4), os custos acrescidos traduzem essencialmente o valor global das ajudas de custo no estrangeiro, os encargos com o transporte e despesas gerais de preparação.

FORÇA AÉREA

A execução da Política de Defesa Nacional exige, permanentemente, preparação, treino e prontidão dos meios disponíveis, de forma a cumprirem a missão atribuída. Com este objectivo, são realizados exercícios sectoriais, conjuntos e combinados em que os meios da Força Aérea intervêm com outros meios e forças nacionais ou internacionais para assegurarem a prontidão.

Estes exercícios visam preparar a utilização eficiente do poder aéreo em todas as suas modalidades, designadamente: de defesa aérea, interdição, TASMO, TASLO, MPA, SAR, transporte, vigilância, guerra electrónica, comando e controlo e apoio aéreo a outras forças militares e militarizadas e a organizações civis, bem como a preparação para outras missões, designadamente operações de paz e humanitárias.

A Força Aérea desenvolve ainda a actividade de preparação das suas forças em missões de instrução e treino, a qual representa um valor significativo do orçamento atribuído.

Os custos discriminados nos quadros dos exercícios sectoriais, conjuntos e combinados, a seguir apresentados, têm como base de cálculo o preço da hora de voo por aeronave aprovado para 2003, nas envolventes de pessoal e operação.

CONCEITOS

Exercícios Conjuntos

Exercícios que envolvem forças militares nacionais de dois ou mais Ramos. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto, proporcionar treino operacional e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, a estrutura de comando, os sistemas de comunicações e informação, a interoperabilidade, os conceitos e os planos.

Exercícios Combinados

Exercícios com forças militares nacionais e de outro país, podendo ou não ser realizados em território nacional. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto/combinado e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, proporcionar treino operacional e avaliar a capacidade e a interoperabilidade das forças participantes.

Exercícios Sectoriais

Exercícios de um Ramo, com eventual participação de forças de outro Ramo ou forças aliadas/amigas, em que aquele Ramo tem a responsabilidade primária do planeamento, condução e avaliação.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
AÇOR 031	Testar o apoio das FA ao SRBPCA, de acordo com as solicitações do mesmo.
AÇOR 032	Praticar procedimentos de combate a grupos terroristas na defesa da integridade do território nacional.
AIMING FIST	Exercício NATO, SYNADEX – <i>Synthetic Air Defense Exercise</i> . Exercício tipo CPX, que envolve os centros de operações aéreas de unidades base, CAOC 10 e o CRC, visando o seu treino na área de comando e controlo de defesa aérea.
ARCO 031	Exercício da Brigada Mecanizada Independente, para validação interna do escalão Agrupamento, executado nas modalidades de EXSTUDY, LOGEX e FTX, que visou desenvolver e validar a capacidade operacional dos encargos da BMI ao nível planeamento, controlo e conduta de operações tácticas inseridas em operações de resposta a crises (CRO), do tipo de imposição de paz, no âmbito de uma operação ofensiva – perseguição.
ARRCADE ENGINEER 03	Treinar <i>Augmentees</i> para o QG ARRC.
ARRCADE FUSION 03	Treinar <i>Augmentees</i> para o QG ARRC.
ARRCADE GUARD 03	Treinar <i>Augmentees</i> para o QG ARRC.
ASTÉRIA 031	Treino de acções de convocação e mobilização.
ATLAS	Exercício de final de curso da Escola de Fuzileiros.
BLADE 03	Exercício NATO no âmbito das informações que decorreu em Portugal.
BLI 03	Praticar o planeamento e conduta de operações tácticas convencionais; a preparação, embarque, transporte e desembarque de pessoal e material em helicópteros; a execução de tiro com todas as armas orgânicas do batalhão e conduzir instrução de operações de apoio à paz.
CANÁRIO 03	Exercício regional de treino operacional inter-Ramos. Treino das forças terrestres no procedimento relativo à entrada, instalação, deslocamento e saída de aeronaves.
CTALC	Exercício destinado a proporcionar treino de tiro real às guarnições de morteiros.
DAPEX	(Ex - exercício SÍRIO, cujo nome foi modificado pelo comando espanhol MACOM). Exercício realizado no âmbito dos EEMMPP e que tem como objectivo exercitar a capacidade de planeamento e de execução de operações conjuntas e combinadas de defesa aérea.
DOJOB 031	Aprontamento AGR/SFOR II, sob a responsabilidade do Cmd./BMI, com o objectivo de exercitar, desenvolver e validar a capacidade operacional da força no planeamento, controlo e conduta de operações de apoio à paz.
DRAGÃO 031	Exercícios no âmbito da ICOL, do 1ºBIMec/BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BMI.
EFICÁCIA 031	Exercício sectorial de apoio de fogos de AC.
EMPECINADO	Exercício no âmbito das Operações Especiais.
EUROFOR HF 03	Exercício da EUROFOR, no âmbito das comunicações via HF, com a participação de célula de resposta do BTm/EPT.
FELINO 03	Exercício conjunto/combinado, no âmbito da CPLP, destinado a exercitar a organização de um comando de Operações Especiais, praticar a sequência do planeamento operacional, treinar forças de Operações Especiais em reconhecimento especial e de acção directa.
FIESOLE 03	Aprontamento do Agr GOLF II, sob a responsabilidade do Cmd./BMI, com o objectivo de exercitar, desenvolver e validar a capacidade operacional da força no planeamento, controlo e conduta de operações de apoio à paz.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

(Continuação)

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
FILHOTE 03	Exercício no âmbito da ICOL, das companhias do BApSvc/BMI (CMan, CSan e CReabTpt), com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos do treino operacional da BMI.
FOCA 03	Exercícios do ADTA com a participação da Marinha.
FOGOS REAIS 03	Treino de fogos reais do RG2.
FRENTE NORTE 031	Treinar os quadros, em particular os das unidades territoriais com responsabilidade de convocação/mobilização das unidades da BDTN.
FTX	Exercício da Companhia de Apoio de Transportes Tácticos dos Fuzileiros, para treino de desembarque e embarque de viaturas tácticas em costa aberta.
GARAJAU 031	É um exercício vocacionado para a defesa de pontos e áreas sensíveis. A realização deste exercício contribuiu para: <ul style="list-style-type: none"> - Exercitar o comando, o EM e as subunidades do ADTM no planeamento e condução de operações; - Aperfeiçoar os planos de contingência da componente terrestre inerentes à defesa de pontos e áreas sensíveis na Ilha da Madeira; - Testar a adequabilidade do sistema de comunicações de campanha e permanentes; testar uma estrutura de "messaging" (troca de mensagens) baseada nas redes de dados das unidades.
GRIFO 031	Treino cruzado com o CIOE.
GRUFLEX	Exercício de preparação de forças, planeado e conduzido pela Marinha espanhola, com uma componente especialmente anfíbia e que decorre normalmente num cenário de uma CRO-NEO.
GUADIANA 031	Exercícios de aprontamento da BAI.
HERCULES	Exercício destinado a dar treino básico aos cursos da Escola de Fuzileiros.
HERMES 03	Aprontamento de forças nacionais destacadas.
HIENA 03	Manter ou melhorar a prontidão operacional da CTm/BMI, concorrendo para os seus objectivos de treino operacional.
HIREX 03	Exercício conjunto e combinado, realizado em Espanha, com a participação de uma célula de resposta do Cmd./BMI, visando credenciar o NRDC-S, em QG/NATO de alta prontidão. O exercício foi essencialmente do tipo CAX, onde os meios C2W foram testados.
INSTREX	Exercício destinado a desenvolver o treino das unidades navais e treino conjunto, bem como exercitar procedimentos operacionais de guerra naval e cooperação aeronaval.
LEOPARDO 03	Exercícios no âmbito da ICOL, da CEng/BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BMI.
LINCE 031	Treino e execução de tiro real ACAR.
LOBO 03	Exercícios no âmbito da ICOL, do ERec/BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da Brigada.
LUSÍADA 03	Exercícios conjuntos de treino da FRI numa operação NEO.
MACONTENE 031	Exercício de treino do sistema de vigilância do campo de batalha.
MARE APERTO	Exercício MAREX/INVITEX planeado e conduzido pela Armada italiana, destinado a incrementar os procedimentos operacionais e tácticos nas diferentes áreas da Guerra Naval.
MOLIÇO 031	Exercício de aprontamento do 2ºBIPara para cumprir a missão no TO de Timor.
NEOTAPON 03	Exercício planeado pela Armada espanhola, onde se treina uma resposta aliada a um possível conflito na zona do Estreito de Gibraltar e, concomitantemente, uma evacuação de cidadãos não combatentes.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

(Continuação)

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
NUN: ÁLVARES 031	Desenvolver a capacidade de planeamento, comando e controlo da BMI na condução de operações táticas, assim como proporcionar condições para as suas subunidades ministrarem a IAGT, efectuarem o estudo do campo de batalha pelas informações (IPB) e para a aplicação do ciclo de produção de informações.
ONÇA 03	Exercícios no âmbito da ICOL, do GAC/BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BMI.
OPASSESS	Exercício de aferição de carácter operacional a uma unidade aérea/esquadra de voo (<i>Operational Assessment</i>) no âmbito da NATO.
OPEVAL	Exercício de avaliação de carácter operacional a uma unidade aérea/esquadra de voo (<i>Operational Assessment</i>) no âmbito da NATO.
ORION 03	Exercício de âmbito nacional cujo objectivo foi a realização de testes ao Sistema Integrado de Comando e Controlo do Exército (SICCE) nos comandos da BAI, BMI e CIOE, no âmbito de uma operação de apoio à paz (OAP).
PANTERA 03	Manter ou melhorar a prontidão operacional do BApSvc/BMI, concorrendo para os objectivos do treino operacional da BMI.
PEDRA VIVA 03	Exercícios do ADTM.
PINHAL 03	Exercícios do RA4.
PLUTÃO 03	Exercício de convocação simulada.
POLACO 03	Exercício de fogos reais de AC do GAC/BLI.
PRIMAVERA 03	Instrução no âmbito dos TPO/CAV e CFS/CAV.
RAPOSA 03	Exercícios no âmbito da ICOL, do BAAA/BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BMI.
RECCE MEETING	Exercício entre esquadras de voo/ unidades aéreas de reconhecimento aéreo tático no âmbito NATO.
REDEX 03	Exercício de Artilharia realizado pelo GAC/BLI na Serra da Lousada.
REGULAÇÃO 03	Exercício de fogos de artilharia antiaérea.
RELÂMPAGO 03	Exercício destinado a desenvolver a capacidade operacional das unidades de artilharia antiaérea.
RINOCERONTE 03	Exercícios no âmbito da ICOL, do GCC/BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BMI.
ROSA BRAVA 031	Exercício da Brigada Mecanizada Independente, executado, nas modalidades de EXSTUDY, LOGEX, CPX/JG, FTX e LFX, que visou desenvolver e validar a capacidade operacional dos encargos da BMI, ao nível do planeamento, controlo e condução de operações táticas convencionais, no âmbito da Defensiva - Operações Retrógradas.
SAGITÁRIO 03	Exercício LIVEX com participação de uma companhia SP.
SÃO JORGE 03	Âmbito regional – Apoio SNPC.
SARRIO 03	Exercitar operações SAR.
SWORDFISH 03	Exercício naval destinado a testar a integração de unidades ou forças de países NATO em forças multinacionais e exercitar procedimentos, em cenários passíveis de ocorrer no mundo real, por forma a otimizar a interoperabilidade e coesão das unidades participantes e, simultaneamente, dar a oportunidade de treino aos estados-maiores das forças.
TAGUS 03	Exercício de aprontamento do 1ºBIPara/BAI.
TANGO 031	Exercício de aprontamento do 1ºBIPara/BAI.
TIGRE 03	Exercício final de aprontamento do 1ºBIPara/BAI.
TIMOR	Aprontamento da Força FZ-Timor para a missão em Timor-Leste.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

(Continuação)

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
TOSCANA 03	Exercício CPX para treinar o Estado-Maior da EUROFOR em operações terrestres.
TRISTÃO 03	Exercícios do ADTM.
TRÓIA	Exercício de fuzileiros, escalão companhia, na Península de Tróia; concorre para o aprontamento anual das unidades.
TROVÃO 03	Praticar o planeamento e emprego de meios de artilharia de campanha no quadro da missão de apoio de fogos convencionais de artilharia ligeira do GAC à BAI, no âmbito de operações de apoio à paz.
VALLADOLID 03	Infiltração em pára-quedas a grande altitude, com emprego de oxigénio, nas modalidades de <i>High Altitude and Low Opening</i> (HALO) e <i>High Altitude and High Opening</i> (HAHO).
VIRIATO 03	Exercitar forças de operações especiais no planeamento, comando e execução para missões típicas de OE, no âmbito da prevenção e combate às ameaças terroristas.
WORKUPS SNFL	Treino de integração da SNFL normalmente efectuado antes de um exercício de grandes dimensões.
ZARCO 03	Exercício da responsabilidade do Comando Operacional da Madeira (COM). Foi planeado e conduzido com a finalidade de exercitar o planeamento e a condução do emprego operacional conjunto das forças e meios atribuíveis ao COM, visando a defesa do Arquipélago da Madeira contra quaisquer agressões e ameaças externas e verificar o seu treino operacional.

7.1 - EXERCÍCIOS CONJUNTOS E COMBINADOS - EMGFA

7.1.1 - Exercícios e Treino – Exercícios Conjuntos – Exercícios Realizados

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
AÇOR 031	LIVEX	10 A 14MAI	AÇORES	CEMGFA	COA	CZMar, CZMA, CZAA	
AÇOR 032/LUSIADA 032	LIVEX	10 A 19OUT	AÇORES	CEMGFA	COA	COMNAV, COFT, COFA	
FELINO	CPX	24 A 28NOV	MOÇAMBIQUE	CEMGFADM	CEME (MO)	Elementos da CPLP	
LUSIADA 031	LIVEX	01 A 06JUN	TN	CEMGFA	COFA	COMNAV, COFT, COFA	
ZARCO 03	CPX/LIVEX	03 A 07NOV	ILHA DA MADEIRA	CEMGFA	COM	CZMar, CZMM, CZAM	

7.1.2 - Exercícios e Treino – Exercícios Conjuntos - Meios

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal			Custos Acrescidos (euros)			OBS.
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
AÇOR 031	1 FS	OG/ZMA RG1 RG2 EsqPE	ESQ501 (C-130) ESQ502 (C-212) ESQ711 (SA-330)	71	97	19	39.129,26	120.642,32	159.771,58	
AÇOR 032 /LUSIADA 032	1 FF 2 FS 1 COMP FZ 1 DAE 1 CDT	OG/ZMA RG1 RG2 EsqPE BAI CIOE EPA EPT	ESQ502 (C-212) ESQ501 (C-130) (SA-330) ESQ601 (P3-P) ESQ401 (C-212EW) ESQ201 (F-16)	398	148	64	132.110,34	658.243,53	790.353,87	
FELINO 03	-	-		1	1	-	5.541,36	6.164,88	11.706,24	
LUSIADA 031	-	-	ESQ501 (C-130)	-	3	7	2.691,34	13.482,00	16.173,34	
ZARCO 03	1 PB	ADTM CTP/ZMM	ESQ711 (C-212) ESQ711 (SA-330)	33	368	11	9.129,32	25.844,20	34.973,52	

7.2 - EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA MARINHA

7.2.1 - Exercícios Sectoriais - Exercícios Realizados

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
Viagens de instrução de cadetes da EN	LIVEX	VÁRIOS	Áreas de exercícios nacionais	COMNAV	COMNAV	COMNAV	
Programas de treino	LIVEX	VÁRIOS	Áreas de exercícios nacionais	COMNAV	COMNAV	COMNAV	
ATLAS I	LIVEX	20 A 31JAN	Tróia/P. da Cruz	CMDT ESC. FUZ.	CMDT BI	-	
ATLAS II	LIVEX	07 A 18JUL	Tróia/P. da Cruz	CMDT ESC. FUZ.	CMDT BI	-	
CTALC	LIVEX	10JAN	Alcochete	COMNAV	CCF	-	
CTALC	LIVEX	31JAN	Alcochete	COMNAV	CCF	-	
CTALC	LIVEX	28MAR	Alcochete	COMNAV	CCF	-	
CTALC	LIVEX	23MAI	Alcochete	COMNAV	CCF	-	
CTALC	LIVEX	25JUL	Alcochete	COMNAV	CCF	-	
CTALC	LIVEX	19SET	Alcochete	COMNAV	CCF	-	
CTALC	LIVEX	26SET	Alcochete	COMNAV	CCF	-	
CTALC	LIVEX	14NOV	Alcochete	COMNAV	CCF	-	
CTALC	LIVEX	12DEZ	Alcochete	COMNAV	CCF	-	
FTX 0301	LIVEX	04 A 10FEV	Pinheiro da Cruz	COMNAV	CCF	-	
FTX 0302	LIVEX	22 A 28MAR	Pinheiro da Cruz	COMNAV	CCF	-	
FTX 0303	LIVEX	12 A 18FEV	Pinheiro da Cruz	COMNAV	CCF	-	
FTX 0304	LIVEX	13 A 19MAR	Pinheiro da Cruz	COMNAV	CCF	-	
FTX 0305	LIVEX	17 A 23SET	Pinheiro da Cruz	COMNAV	CCF	-	
FTX 0308	LIVEX	12 A 18DEZ	Pinheiro da Cruz	COMNAV	CCF	-	
HÉRCULES I	LIVEX	31MAR A 04ABR	Tróia/P. da Cruz	CMDT ESC. FUZ.	CMDT BI	-	
HÉRCULES II	LIVEX	26 A 30MAI	Tróia/P. da Cruz	CMDT ESC. FUZ.	CMDT BI	-	
HÉRCULES III	LIVEX	27 A 31OUT	Tróia/P. da Cruz	CMDT ESC. FUZ.	CMDT BI	-	
HÉRCULES IV	LIVEX	08 A 12DEZ	Tróia/P. da Cruz	CMDT ESC. FUZ.	CMDT BI	-	
TIMOR 032	LIVEX	30SET A 06OUT	Tróia/P. da Cruz	COMNAV	CCF	-	
TRÓIA 0301	LIVEX	10 A 16JAN	Tróia/P. da Cruz	COMNAV	CCF	-	
TRÓIA 0302	LIVEX	06 A 11MAR	Tróia/P. da Cruz	COMNAV	CCF	-	
TRÓIA 0303	LIVEX	02 A 06JUN	Tróia/P. da Cruz	COMNAV	CCF	-	
TRÓIA 0304	LIVEX	23 A 28JUN	Tróia/P. da Cruz	COMNAV	CCF	-	
TRÓIA 0305	LIVEX	10 A 14NOV	Tróia/P. da Cruz	COMNAV	CCF	-	
TRÓIA 0306	LIVEX	15 A 19SET	Tróia/P. da Cruz	COMNAV	CCF	-	
TRÓIA 0308	LIVEX	24 A 28NOV	Tróia/P. da Cruz	COMNAV	CCF	-	
TRÓIA 0309	LIVEX	03 A 07NOV	Tróia/P. da Cruz	COMNAV	CCF	-	
TRÓIA 0310	LIVEX	01 A 05DEZ	Tróia/P. da Cruz	COMNAV	CCF	-	

7.2.2 – Exercícios Sectoriais – Meios Envolvidos

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
Viagens de instrução de cadetes da EN	2 FF, 2 FS, 3 AXS	-	338.343,00	134.629,00	472.972,00	-	-	
Programas de treino	2 FFGH, 1 FF, 3 FS, 1 AOR, 1 PB, 1 AGSC, 1 PBF	-	370.618,00	547.121,00	917.739,00	-	-	
ATLAS I	EFUZIL (BI)	140	3.361,33	9.103,34	12.464,67	-	-	
ATLAS II	EFUZIL (BI)	120	3.373,91	14.131,91	17.505,82	-	-	
CTALC	EFUZIL (CFM)	01 PLT	104,28	212,22	316,50	-	-	
CTALC	BF2-CF22	86	15,60	1.681,24	1.696,84	-	-	
CTALC	BF2	01 PLT	8,19	1.323,45	1.331,64	-	-	
CTALC	BF2	33	-	468,60	468,60	-	-	
CTALC	CAF	01 PLT	12,48	228,20	240,68	-	-	
CTALC	BF2	01 PLT	-	536,00	536,00	-	-	
CTALC	CAF	01 PLT	3,51	422,00	425,51	-	-	
CTALC	CAF	40	-	41.615,40	41.615,40	-	-	
CTALC	BF2-CF21	14	9,84	1.300,17	1.310,01	-	-	
FTX 0301	DAE	01 CF	240,25	7.623,58	7.863,83	-	-	
FTX 0302	BF2	150	209,10	2.371,25	2.580,35	-	-	
FTX 0303	UMD	100	1.106,10	15.304,15	16.410,25	-	-	
FTX 0304	CAF	34	1.480,32	10.484,42	11.964,74	-	-	
FTX 0305	BF2-CF23	01 CF	1.313,94	6.354,63	7.668,57	-	-	
FTX 0308	CAF	60	1.385,48	16.176,29	17.561,77	-	-	
HÉRCULES I	EFUZIL (BI)	110	850,79	3.842,05	4.692,84	-	-	
HÉRCULES II	EFUZIL (BI)	196	1.671,38	5.573,23	7.244,61	-	-	
HÉRCULES III	EFUZIL (BI)	97	892,12	4.956,07	5.848,19	-	-	
HÉRCULES IV	EFUZIL (BI)	130	1.694,02	10.000,71	11.694,73	-	-	
TIMOR 031	BF2	01 CF	11.764,50	-	11.764,50	-	-	
TIMOR 032	BF2	01 CF	1.313,94	5.746,09	7.060,03	-	-	
TRÓIA 0301	BF2-CF22	01 CF	783,14	10.937,46	11.720,60	-	-	
TRÓIA 0302	BF2-CF23	01 CF	-	-	-	-	-	
TRÓIA 0303	CATT	30	-	2.645,70	2.645,70	-	-	
TRÓIA 0304	UPN	110	-	3.690,25	3.690,25	-	-	
TRÓIA 0305	BF1	250	2.061,81	15.420,51	17.482,32	-	-	
TRÓIA 0306	UMD	01 CF	418,20	1.564,20	1.982,40	-	-	
TRÓIA 0308	CAF	160	504,00	4.310,02	4.814,02	-	-	
TRÓIA 0309	UPN	01 CF	-	1.411,10	1.411,10	-	-	
TRÓIA 0310	BF2-CF21	124	63,80	3.234,14	3.297,94	-	-	

7.2.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Forma/ /Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
SWORDFISH 2003	LIVEX	08 A 17ABR	Áreas de exercícios nacionais	COMNAV	COMNAV	COMNAV COFA COFT (EPT) ALFLOT (SP) HNGS ATHENS (GR) CINCNAV (IT) ALAVIA (FR) COMESNA (FR) NATO (MEWSG)	
GRUFLEX 01/03	LIVEX	04 A 12MAR	Cadiz, Estreito de Gibraltar, Mediterrâneo Ocidental	ALFLOT	COMGRUFLOT	COMNAV	No âmbito das relações com a Marinha espanhola
NEOTAPON 03	LIVEX	10 A 20JUN	Cadiz, Estreito de Gibraltar, Mediterrâneo Ocidental	ALFLOT	ALFLOT	COMNAV COMOPFAP	No âmbito das relações com a Marinha espanhola
MARE APERTO 03	LIVEX	19 A 30MAI	Sardenha	CINCNAV	COMITMARFOR	COMNAV	No âmbito das relações com a Marinha italiana
INSTREX 01-03 (WORK UPS SNFL)	LIVEX	25FEV A 01MAR	Áreas de exercícios nacionais	COMNAV	COMNAV	COMNAV CINCNSOUTHLANT	Cooperação com a SNFL

7.2.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
SWORDFISH 2003	1 FFGH, 2 FF, 3 FS, 1 AGS, 1 SSK, 1 PBR, 1 UAM, 1 AGSC, 1 COMP FZ, 1 CDT, 1 DAE	937	163.826,00	162.885,00	(a) 326.711,00	
GRUFLEX 01/03	1 FS, 1 PEL FZ	102	27.128,00	16.732,00	43.860,00	
NEOTAPON 03	1 AOR, 1 ABU, 1 CDT, 1 PEL FZ, 1 DAE	160	64.318,00	65.048,00	129.366,00	
MARE APERTO 03	1 FFGH	182	100.829,00	180.784,00	281.613,00	
INSTREX 01-03 (WORK UPS SNFL)	2 FFGH, 2 FF, 1 FS, 1 PBF, 1 ABU	813	40.463,00	104.877,00	(a) 145.340,00	

(a) Custos de participação de 1 FS englobados na rubrica Vigilância e Fiscalização da ZEE.

7.3 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DO EXÉRCITO

7.3.1 – Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
ARCO 031	EXSTUDY LOGEX FTX LFX	24 A 28NOV	CMSM	CMDT BMI	2°CMDT BMI	GML RMN RMS BLI BMI	
ASTÉRIA 031	LIVEX	10 A 21MAR	RAA	CMDT ZMA	2°CMDT ZMA	CZMA	
BLI 03	FTX LIVEX	VÁRIOS (3 Ex)	RMN	CMDT BLI	2°CMDT BLI	BLI	
CANÁRIO 031	JOINTEX LIVEX	10ABR	ILHA TERCEIRA	COA	CZAA	COA CZMA CZAA	
CANÁRIO 032	JOINTEX LIVEX	30ABR	ILHA DE S. MIGUEL	COA	CZAA	COA CZMA CZAA	
CANÁRIO 033	JOINTEX LIVEX	18SET	ILHA TERCEIRA	COA	CZAA	COA CZMA CZAA	
DOBOJ 031	FTX	30MAI A 03JUN	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	BMI	
DRAGÃO 031	FTX	03 A 05NOV	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	BMI	
EFICÁCIA 031	FTX LFX	26 A 30MAI	CMSM	COFT	CMDT BMI	COFT EPA BAI BMI BLI	
FILHOTE 03	FTX	VÁRIOS (12 Ex)	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	BMI	
FOCA 031	JOINTEX LIVEX	13MAR	ILHA TERCEIRA	COA	CZMA	COA CZMA CZAA	
FOCA 032	JOINTEX LIVEX	25SET	ILHA TERCEIRA	COA	CZMA	COA CZMA CZMARA	
FOCA 033	JOINTEX LIVEX	24FEV	PONTA DELGADA	COA	CZMA	COA CZMA CZMARA	
FOCA 034	JOINTEX LIVEX	27MAR	PONTA DELGADA	COA	CZMA	COA CZMA CZMARA	
FOGOS REAIS 03	LIVEX	VÁRIOS (2 Ex)	RIBEIRINHA	CMDT ZMA	CMDT RG2	CZMA	

7.3.1 – Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados (Continuação)

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
FRENTE NORTE 031	CPX	02 A 05NOV	RMN	CMDT RMN	2°CMDT RMN	OQ/RMN	
GARAJAU 031	CPX SIGEX	24 A 27MAR	ZMM	CMDT ZMM	CEM ZMM	ADTM	
GRIFO 031	LIVEX	05 A 13JUN	TANCOS	CMDT BAI	2°CMDT BAI	BAI	
GUADIANA 031	FTX	17 A 28MAI	BEJA	CMDT BAI	2°CMDT BAI	BAI	
HERMES 03	LIVEX FTX	VÁRIOS (2 Ex)	RMS	CMDT BLI	2°CMDT BLI	BLI	
HIENA 03	SIGEX	VÁRIOS (3 Ex)	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	BMI	
LEOPARDO 03	FTX	VÁRIOS (2 Ex)	CMSM	CMDT BMI	2°CMDT BMI	BMI	
LINCE 031	LIVEX	15 A 20ABR	CTAT	CMDT BAI	2°CMDT BAI	BAI	
LOBO 03	FTX	VÁRIOS (3 Ex)	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	BMI	
MACONTENE 031	FTX	08 A 10 ABR	RMS	CMDT RC3	2°CMDT RC3	RC3	
MOLIÇO 031	LIVEX	01 A 04JUL	BEJA	CMDT BAI	2°CMDT BAI	BAI COFA	
NUN' ÁLVARES 031	EXSTUDY FTX	30JUN A 04JUL	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	GML RMN RMS BMI	
ONÇA 03	FTX	VÁRIOS (6 Ex)	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	BMI	
ORION 03	CPX	10 A 21NOV	PO	CEME	TGEN COFT	COFT GML RMN RMS BMI BLI BAI CIOE GALE	
PANTERA 03	FTX LIVEX	VÁRIOS (5 Ex)	AÇORES	CMDT ZMA	CMDT RG1/2	ZMA	
PEDRA VIVA 03	LFX	14 A 15ABR	ILHA DA MADEIRA	CMDT ZMM	CMDT ADTM	BAAA/ADTM	
PINHAL 03	LIVEX	VÁRIOS	PINHAL DE LEIRIA	CMDT RA4	CMDT GAC	BAI	
PLUTÃO 03	Convoc.	19 A 23MAI	GML	CMDT GML	2°CMDT GML	GML	
POLACO 03	LIVEX FTX	VÁRIOS (4 Ex)	SERRA DA LOUSADA VENDAS NOVAS CMSM	CMDT RMN	2°CMDT RA5	RMS	
PRIMAVERA 03	CPX	08 A 11ABR	CASTELO DE BODE	CMDT EPC	2°CMDT EPC	EPC EPE	
RAPOSA 03	FTX	VÁRIOS (4 Ex)	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	BMI	

7.3.1 – Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados (Continuação)

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
REDEX 03	LIVEX FTX	VÁRIOS (5 Ex)	SERRA DA LOUSADA	CMDT GAC	2°CMDT GAC	BLI	
REGULAÇÃO 03	FTX	VÁRIOS	VENDAS NOVAS	CMDT EPA	CMDT BInst	EPA	
RELÂMPAGO 03	LFX	04 A 09MAI	CMSM	TGEN COFT	CMDT BMI	COFT BMI RAAA1	
RINOCERONTE 03	FTX	VÁRIOS (11 Ex)	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	GCC/BMI	
ROSA BRAVA 031	EXSTUDY CPX/JG FTX LFX	06FEV A 07MAR	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	BMI BLI EPA EPAM EPC EPE EPI RAAA1 RC6 RE3 RI14	
TANGO 031	LIVEX	08 A 10DEZ	CMSM	CMDT BAI	CMDT RA4	BAI	
TIGRE 03	FTX	VÁRIOS (4 Ex)	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	RMN RMS AM BMI	
TRISTÃO 03	FTX	07 A 10JUL	ILHA DA MADEIRA	CMDT ZMM	CEM ZMM	ADTM	
TROVÃO 03	LIVEX	VÁRIOS (2 Ex)	CMSM	CMDT BAI	2°CMDT BAI	BAI	
VIRIATO 03	CPX/LIVEX	24NOV A 04DEC	RMN	CMDT COFT	CMDT CIOE	COFT CIOE	

7.3.2 – Exercícios Sectoriais - Meios Envolvidos

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
ARCO 031	BMI CAI/BLI DestOE/CIOE DestGE/EPT DestInfoSegMil/BISM PelChaparral/RAAA PelPontApFlut/EPE	1.414	0	44.351,22	44.351,22			

7.3.2 – Exercícios Sectoriais - Meios Envolvidos (Continuação)

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
ASTÉRIA 031	QG/ZMA RG1 RG2	250	0	580,40	580,40			
BLI 03	EPAM RI19	389	0	3.750,00	3.750,00			
CANÁRIO 031	RG1	30	0	0	0			
CANÁRIO 032	RG2 EsqPE	22	0	0	0			
CANÁRIO 033	RG1	30	0	0	0			
DOBOJ 031	Agr GOLF EPE	275	0	1.101,62	1.101,62			
DRAGÃO 031	BIMec/BMI	230	0	4.016,32	4.016,32			
EFICÁCIA 031	EPA GAC/BAI GAC/BLI GAC/BMI	414	0	26.593,00	26.593,00			
FILHOTE 03	BAPSvc/BMI	551	0	5.335,00	5.335,00			
FOCA 031	RG1	30	0	260,00	260,00			
FOCA 032	RG1	30	0	260,00	260,00			
FOCA 033	RG2	30	0	260,00	260,00			
FOCA 034	RG2	30	0	260,00	260,00			
FOGOS REAIS	RG2	196	0	600,00	600,00			
FRENTE NORTE 031	EPAM EPT RI13 RI14 RI19 RA5 RC6 RE3	61	0	13.730,00	13.730,00			
GARAJAU 031	ADTM CTP/ZMM CI/ZMM	50	0	1.169,00	1.169,00			
GRIFO 031	CPrec/BAI	14	0	3.566,18	3.566,18			

7.3.2 – Exercícios Sectoriais - Meios Envolvidos (Continuação)

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
GUADIANA 031	AMSJ BAI EPAM EPE RA4 RC3 RI3 RI15 GALE	108	X	X	X			
HERMES 03	Agr FOXTROT GAC/BLI CTm/BLI CCS/BLI EPAM RA5 RI19	1.591	0	39.145,00	39.145,00			
HIENA 03	CTm/BMI	119	0	1.712,00	1.712,00			
LEOPARDO 03	CEng/BMI	132	0	4.250,00	4.250,00			
LINCE 031	CACar	X	0	4.151,02	4.151,02			
LOBO 03	ERec/BMI	114	0	3.730,68	3.730,68			
MACONTENE 031	ERec/BMI	105	0	514,72	514,72			
MOLIÇO 031	BIPara/BAI	80	0	1.516,80	1.516,80			
NUN' ÁLVARES 031	BMI CEng/BLI EPAM PelAqObj/EPA DestGE/EPT TPO/EPI	1.300	0	18.444,68	18.444,68			
ONÇA 03	GAC/BMI	600	0	11.659,05	11.659,05			

7.3.2 – Exercícios Sectoriais - Meios Envolvidos (Continuação)

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
ORION 03	BAI BLI BMI CIOE EPAM EPT GALE RA5 RC6 RE3 RI13	1.060	0	112.883,12	112.883,12			
PANTERA 03	BApSvc/BMI RG1 RG2	530	0	2.865,00	2.865,00			
PEDRA VIVA 03	BAAA/ADTM	58	0	500,00	500,00			
PINHAL 03	RA4	495	0	2.300,00	2.300,00			
PLUTÃO 03	GML	X	0	8.495,00	8.495,00			
POLACO 03	RA5	260	0	4.087,90	4.087,90			
PRIMAVERA 03	EPC EPE	23	0	545,07	545,07			
RAPOSA 03	BAAA/BMI	164	0	2.540,61	2.540,61			
REDEX 03	RA5	132	0	596,00	596,00			
REGULAÇÃO 03	EPA	562	0	3.000,00	3.000,00			
RELÂMPAGO 03	RAAA1 BAAA/BMI	100	0	6.289,00	6.289,00			
RINOCERONTE 03	GCC/BMI	323	0	13.863,54	13.863,54			
ROSA BRAVA 031	BMI CEng/BLI PelAqObj/EPA PelPontApFlu/EPE PelDefNBO/EPE BBF/EPA ERec/BLI CAI/BLI PelMsLig/RAAA1 CompCmds/RI1 EPC EPI	2.000	0	36.467,78	36.467,78			
TANGO 031	RA 4	119	0	9.613,47	9.613,47			

7.3.2 – Exercícios Sectoriais - Meios Envolvidos (Continuação)

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
TIGRE 03	AM EPE RI2 RI14 BIMec/BMI	824	0	7.064,00	7.064,00			
TRISTÃO 03	BI/ADTM	210	0	1.100,00	1.100,00			
TROVÃO 03	GAC/BAI	79	0	3.235,38	3.235,38			
VIRIATO 03	CIOE	154	0	7.048,00	7.048,00			

X – Não disponível

7.3.3 – Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
ARRCADE ENGINEER	CPX	24 A 28NOV	ITÁLIA	CMDT ARRC	2ºCMDT ARRC	ARRC COFT	EPE
ARRCADE FUSION 03	CAX	03 A 14NOV	ALEMANHA	SACEUR	CINCNORTH	COFT	RMS
ARRCADE GUARD 03	CPX	10 A 14MAR	ALEMANHA	SACEUR	CMDT ARRC	COFT	BAI
EMPECINADO 03	CPX LIVEX	24NOV A 04DEZ	ESPAÑA	GEMOE	GEMOE	COFT	CIOE
EUROFOR HF 03	LIVEX	07 A 09OUT	ESPAÑA	EUROFOR	EUROFOR	COFT	RMN
FELINO 03	CPX	24 A 28NOV	MOÇAMBIQUE	CEMGFA (MO)	CEME (MO)	COFT	RMS
FIESOLE 03	CPX	02 A 14JUL	ITÁLIA	EUROFOR	EUROFOR	COFT	BAI
GRIFO 03	LIVEX	17 A 28MAR	PORTUGAL	CEME (PO)	CMDT BAI	COFT	BAI
HIREX 03	CPX CAX	12 A 29NOV	ESPAÑA	CEME (SP)	CMOT	NRDC/FMA	CR/BMI
SAGITÁRIO 03	LIVEX	16 A 20JUN	ESPAÑA	CEME (SP)	CMDT BRIG	BLI	BLI
SARRIO 03	LIVEX	06 A 10OUT	ESPAÑA	ND	ND	COFT	GALE
SWORDFISH 03	CPX LIVEX	08 A 17ABR	PORTUGAL	CEMA	CMDT CN	RMN	RMN
TOSCANA 03	CPX	05 A 09MAI	ITÁLIA	EUROFOR	EUROFOR	COFT	BAI
VALLADOLID 03	LIVEX	19 A 30MAI	ESPAÑA	LIVEX	CMDT BRIPAC	COFT	BAI

7.3.4 – Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivos	Custos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
ARRCADE ENGINEER	EPE	1	0	0	0	
ARRCADE FUSION 03	CR/BAI	14	0	36.390,03	36.390,03	
ARRCADE GUARD 03	AUGMENTEES	3	0	5.068,03	5.068,03	
EMPECINADO 03	CIOE	29	0	5.000,00	5.000,00	
EUROFOR HF	EPT	7	0	0	0	
FELINO 03	RI13	1	0	0	0	
FIESOLE 03	EPE	1	0	0	0	
GRIFO 03	BAI	12	0	1.400,00	1.400,00	
HIREX 03	CR/BMI	29	0	34.745,39	34.745,39	
SAGITÁRIO 03	BLI RI14	80	0	54.735,76	54.735,76	
SARRIO	GALE	2	0	2.756,40	2.756,40	
SWORDFISH 03	EPT	14	0	2.410,08	2.410,08	
TOSCANA 03	AUGMENTEES	2	0	3.770,02	3.770,02	
VALLADOLID 03	BAI	18	0	23.697,80	23.697,80	

7.4 - EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA FORÇA AÉREA

7.4.1 - Participação em Exercícios Sectoriais de Outros Ramos - Exercícios Realizados

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
AÇOR 031	LIVEX	MAI	ACORES	CEMGFA	COA	COFA, COFT	CEMGFA
ARCO 03	CPX/LIVEX	NOV	SANTA MARGARIDA	CEME	CEME	CEME, COFA	EXÉRCITO
DARING EAGLE	LIVEX	JAN	CONTINENTE	CEMFFA	COFA	COFA	FORÇA AÉREA
GUADIANA	LIVEX	NOV	CONTINENTE	CEME	COFT	COFT, COFA	EXÉRCITO
INSTREX	LIVEX	NOV	ÁREA COMNAV	CEMA	COMNAV	COMNAV, COFA	MARINHA
LUSÍADA 031	CPX	JUN	CONTINENTE	COFA	COFA	COFA	CEMGFA
LUSÍADA 032	LIVEX	OUT	AÇORES	CEMGFA	EMGFA	COFA, COMNAV, COFT	CEMGFA
SWORDFISH	LIVEX	MAR	ÁREA COMNAV	CEMA	CEMA	CEMA, COFA	MARINHA
ZARCO	CPX/LIVEX	SET	MADEIRA	CEMGFA	COM	COM, COFA	CEMGFA

7.4.2 - Participação em Exercícios Sectoriais de Outros Ramos – Meios Envolvidos

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivos	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
AÇOR 031	ESQ501/C-130 ESQ502/C-212 ESQ711/SA-330	2 x Of. Sup. 9 x Oficiais 5 x Sarg. 3 x Praças	38.558,75	118.903,25	157.462,00	49:45 H/V
ARCO 03	ESQ552/ALIII ESQ301/A-JET TACP	4 x Oficiais 4 x Sarg.	2.647,00	17.646,00	20.293,00	09:05 H/V
DARING EAGLE	ESQ301/A-JET ESQ201/F-16 ESQ601/P3-P	2 x Of. Sup. 3 x Oficiais 13 x Sarg. 3 x Praças	38.068,70	122.025,40	160.094,10	171:00 H/V
GUADIANA	ESQ301/A-JET ESQ552/ALIII ESQ501/C-130	4 x Oficiais 5 x Sarg. 2 x Praças	6.927,00	22.557,20	29.484,20	12:40 H/V
INSTREX	ESQ201/F-16 ESQ502/C-212EW ESQ505/FTB337	7 x Of. Sup. 20 x Oficiais 5 x Sarg.	2.063,50	19.288,00	21.351,50	08:30 H/V
LUSÍADA 031	ESQ501/C-130	3 x Oficiais 2 x Sarg. 2 x Praças	2.625,00	13.482,00	16.107,00	03:20 H/V
LUSÍADA 032	ESQ502/C-212 ESQ501/C-130 ESQ711/SA-330 ESQ601/P3-P ESQ401/C-212EW ESQ201/F-16	7 x Of. Sup. 14 x Oficiais 40 x Sarg. 3 x Praças	44.445,93	541.116,00	585.561,93	183:40 H/V
SWORDFISH	ESQ401/C-212EW ESQ552/ALIII ESQ505/FTB337 ESQ752/AS-330 ESQ201/F-16 ESQ301/A-JET ESQ601/P3-P	7 x Of. Sup. 14 x Oficiais 13 x Sarg. 3 x Praças	30.062,00	188.737,75	218.799,75	78:35 H/V
ZARCO	ESQ711/C-212 ESQ711/SA-330	4 x Oficiais 5 x Sarg. 2 x Praças	7.638,00	19.413,50	27.051,50	10:00 H/V

7.4.3 - Exercícios Combinados - Exercícios Realizados

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
AIMING FIST	SYNADEX	03OUT	SACEUR	ACO	ACO	COFA, CAOC 10, CRC	NATO
CLEAN HUNTER	LIVEX	20JUN 03JUL	ALEMANHA	AIRNORTH	AIRNORTH	COFA	NATO
DAPEX	LIVEX	17MAI 23MAI	ESPAÑA	MACOM	MACOM	COFA	EEMMPP
DOGFISH	LIVEX	20FEV 06MAR	ITÁLIA	AFSOUTH	NAVSOUTH	COFA	NATO
ELITE	LIVEX	08MAI 19MAI	ALEMANHA	GAF COMMAND	GAF COMMAND	COFA	NATO
MORSA	LIVEX	NOV	RCC LISBOA	RCC LISBOA	MRCC CANÁRIAS	COFA RCC LISBOA	EEMMPP
NATO AIR MEETING	LIVEX	04SET 19SET	POLÓNIA	COMAIRNORTH	COMAIRNORTH	COFA, CRC	NATO
NEOTAPON	LIVEX	11JUN 23JUN	CÁDIZ GIBRALTAR	AJEMA	AJEMA	COFA	EEMMPP
OPASSESS 201	TACEVAL	19FEV 21FEV	PORTUGAL	AIRSOUTH	AIRSOUTH	COFA, CAOC 10, CRC	NATO
OPEVAL 201	TACEVAL	26NOV 28NOV	PORTUGAL	AIRSOUTH	AIRSOUTH	COFA, CAOC 10, CRC	NATO
RECCE MEETING	LIVEX	28JUL 01AGO	BÉLGICA	BAF	BAF	COFA	NATO
TIGER MEET	LIVEX	02JUN	BÉLGICA	AIRNORTH	KLEINEBROGEL	COFA	NATO

EEMMPP – Estados-Maiores Peninsulares

7.4.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ /Meios	Efectivos	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
AIMING FIST (1)	N/A	N/A	-	-	-	N/A
CLEAN HUNTER	ESQ301/A-JET ESQ201/F-16 ESQ501/C-130	7 x Of. Sup. 14 x Oficiais 40 x Sarg. 3 x Praças	93.187,50	478.611,00	571.798,50	124:15 H/V
DAPEX	ESQ201/F-16 ESQ501/C-130	3 x Of. Sup. 9 x Oficiais 30 x Sarg. 7 x Praças	58.875,00	302.382,00	361.257,00	78:35 H/V

7.4.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos (Continuação)

Ano: 2003

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ /Meios	Efectivos	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
DOGFISH	ESQ601/P-3P	2 x Of. Sup. 3 x Oficiais 23 x Sarg.	48.100,75	199.190,50	247.291,25	45:15 H/V
ELITE	ESQ401/C-212EW ESQ502/C-212	7 x Oficiais 6 x Sarg.	36.132,30	91.996,20	128.128,50	61:35 H/V
MORSA	ESQ401/C-212 ESQ502/SA-330	RCC DE LISBOA	8.602,00	20.910,75	29.512,75	12:40 H/V
NATO AIR MEETING	ESQ201/F-16 ESQ501/C-130 CRC (2)	7 x Of. Sup. 11 x Oficiais 41 x Sarg. 4 x Praças	56.631,00	428.166,00	484.797,00	144:40 H/V
NEOTAPON	ESQ601/P-3P	2 Of. Sup. 3 x Oficiais 23 x Sarg.	32.953,00	136.462,00	169.415,00	31:05 H/V
OPASSESS 201	ESQ201/F-16 ESQ301/A-JET	30 x Of. Sup. 88 x Oficiais 258 x Sarg. 267 x Praças	19.386,50	228.175,00	247.561,50	91:30 H/V
OPEVAL 201	ESQ301/A-JET ESQ502/C-212 ESQ201/F-16 ESQ401/C-212EW	32 x Of. Sup. 94 x Oficiais 268 x Sarg. 277 x Praças	39.341,55	427.564,70	466.906,25	174:45 H/V
RECCE MEETING	ESQ301/A-JET	2 x Oficiais 1 x Sarg. 1 x Praça	3.469,70	35.827,40	39.297,10	15:35 H/V
TIGER MEET	ESQ301/A-JET ESQ501/C-130	4 x Of. Sup. 9 x Oficiais 24 x Sarg. 2 x Praças	10.500,00	53.928,00	64.428,00	14:00 H/V

(1) Exercício que envolveu os Centros de Operações Aéreas da BA5, BA11 e AM-1, CAOC 10 e CRC, num total aproximado de cerca de 90 pessoas

(2) CRC - Centro de Reporte e Controlo

(3) N/A - Não aplicável

NOTA EXPLICATIVA

Os dados a seguir apresentados foram coligidos pelo Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA) e representam as prestações familiares e sociais a que aludem os Decretos-Leis n.º 223/95, de 8 de Setembro e n.º 133-B/97, de 30 de Maio – este último revogado, na parte relativa ao subsídio familiar a crianças e jovens e ao subsídio de funeral, pelo DL n.º 176/2003, de 2 de Agosto –, despendidas em 2003 com pessoal militar e civil pelos órgãos e serviços centrais do MDN (OSC/MDN), EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, Instituto da Defesa Nacional e IASFA, e os subsídios concedidos aos seus beneficiários cuja existência consta do quadro 8.1.

Tais prestações pecuniárias (abonos, subsídios e prestações complementares) estão agrupadas nas Funções de Protecção Social, consideradas pelo Instituto Nacional de Estatística na sua publicação *“Estatísticas de Protecção Social Associações Sindicais e Patronais”*.

O IASFA, criado pelo DL n.º 284/95, de 30 de Outubro, intervém junto dos seus beneficiários no campo da acção social complementar.

CONCEITOS

Função Invalidez

Subsídio especial de acamados (SEA), concedido pelo IASFA aos beneficiários ou a familiares apoiados de idade avançada;

Subsídio especial de irrecuperáveis ou incapacitados (SEIR), concedido pelo IASFA a beneficiários que, após exame médico comprovativo, fiquem temporária ou permanentemente impossibilitados de desenvolver uma vida activa;

Subsídio especial de apoio de 3ª pessoa (SEAP), concedido pelo IASFA a beneficiários, em função da sua situação socioeconómica, que se encontrem em situação de necessidade de apoio de terceira pessoa, sem que se torne necessário o seu internamento em estabelecimento hospitalar ou não seja aconselhável ou possível o seu internamento em lar.

Função Velhice

Subsídio complementar normal de pensões (SCNP), concedido aos beneficiários que auferem rendimentos inferiores a um determinado valor (mínimo vital) fixado pelo IASFA;

Subsídio especial para lares (SEL), para auxiliar o internamento em lares de beneficiários que, comprovadamente, não possam manter-se no agregado familiar.

Função Sobrevivência

Subsídios de funeral e por morte, previstos nos Decretos-Leis n.ºs 223/95 e 133-B/97;

Função Família

Subsídios familiares a crianças e a jovens por frequência de estabelecimento de educação especial, mensal vitalício e por assistência a terceira pessoa;

Bonificação, por deficiência, ao subsídio familiar;

Subsídio complementar de apoio familiar (SCAF), concedido pelo IASFA a agregados familiares carenciados, sendo atribuído um montante definido anualmente pelo Conselho de Direcção, por cada elemento dependente daquele agregado.

Comparticipações escolares concedidas pelo IASFA:

- Escolar especial (CEE), aos agregados com mais fracos recursos económicos e em todos os graus de ensino;
- Escolar especial para reeducação (CEE-R), aos beneficiários que tenham a seu cargo descendentes com comprovada redução de capacidade orgânica, motora, sensorial ou intelectual, que frequentem instituições de reeducação ou reintegração.

8.1 – Beneficiários do IASFA – Distribuição por Ramos das FA's

Ano: 2003

Ramo das FA's		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Número de beneficiários (a)		16.113	20.656	8.081	44.850
Variação (b)	Em valor absoluto	80	53	6	139
	Em percentagem	0,5	0,3	0,07	0,3

(a) Considerados apenas os beneficiários titulares;

(b) Em relação ao ano anterior.

8.2 – Funções de Protecção Social – Invalidez – SUBSÍDIOS

(euros)

	SEA		SEIR		SEAP		TOTAL	
	N.º (b)	Montante Despendido (a)						
IASFA	16	1.036,01	44	1.457,20	255	24.176,10	315	26.669,31

(a) Prestações mensais;

(b) Média de beneficiários contemplados mensalmente.

8.3 – Funções de Protecção Social – Velhice – SUBSÍDIOS

(euros)

	SCNP		SEL		TOTAL	
	N.º (b)	Montante Despendido (a)	N.º (b)	Montante Despendido (a)	N.º (b)	Montante Despendido (a)
IASFA	206	19.732,04	175	24.787,48	381	44.519,52

Nota: Retirou-se o SCAF, por se enquadrar melhor na Função Família, onde já consta.

(a) Prestações mensais;

(b) Média de beneficiários contemplados mensalmente.

8.4 – Funções de Protecção Social – Sobrevivência – SUBSÍDIOS

(euros)

Organismo/Ramo	de Funeral (a)		de Funeral (Decreto-Lei n.º 133-B/97) (b)		por Morte (Decreto-Lei n.º 223/95)	
	N.º	Montante Despendido	N.º	Montante Despendido	N.º	Montante Despendido
OSC/MDN	-	-	3	2.030,20	2	9.663,66
EMGFA	-	-	-	-	-	-
Marinha	-	-	4	903,70	34	212.103,89
Exército	-	-	8	3.131,92	47	334.279,86
Força Aérea	-	-	2	360,00	20	137.619,00
IASFA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	17	6.425,82	103	693.666,41

(a) O IASFA deixou de atribuir este subsídio;

(b) Revogado, a partir de 1 de Outubro de 2003, pelo DL n.º 176/2003, de 2 de Agosto.

8.5 – Funções de Protecção Social – Família – SUBSÍDIOS

(euros)

Organismo/ Ramo	Familiar (a)		Educação Especial		Mensal Vitalício		Por Assistência a 3ª Pessoa		Bonificação por Deficiência (b)		SCAF		CEE– CEE-R	
	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD
OSC/MDN	207	59.884,61	-	-	-	-	-	-	7	4.875,21	-	-	-	-
EMGFA	367	89.403,00	-	-	-	-	1	863,00	4	2.480,00	-	-	-	-
Marinha	6.602	1.481.434,53	7	9.931,36	34	57.486,82	49	43.140,00	139	103.881,47	-	-	-	-
Exército	7.363	2.266.409,42	-	-	28	58.281,00	39	33.491,00	151	122.375,00	-	-	-	-
Força Aérea	3.681	1.229.289,00	2	3.056,00	4	6.902,00	14	11.429,00	68	49.884,00	-	-	-	-
IASFA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	14.600,74	3.959	1.022.210,02
TOTAL	18.220	5.126.420,56	9	12.987,36	66	122.669,82	103	88.923,0	369	283.495,68	19	14.600,74	3.959	1.022.210,02

(a) Inclui os valores referentes aos subsídios de casamento, nascimento, aleitação e abono de família que foram substituídos ou extintos pelo Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio, revogado pelo DL n.º 176/2003, de 2 de Agosto;

(b) Nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio, revogado pelo DL n.º 176/2003, de 2 de Agosto.

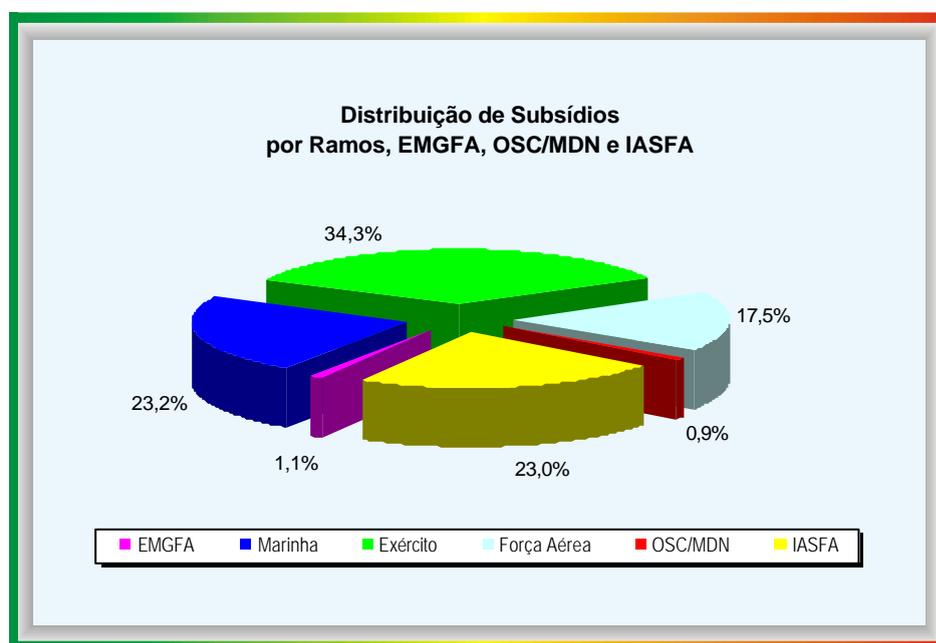
8.6 – Total de Prestações/Benefícios Prestados e Montantes Despendidos por Função

(euros)

Função	OSC/MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Invalidez							
Prestações/benefícios	-	-	-	-	-	315	315
Montante	-	-	-	-	-	320.031,78	320.031,78
Velhice							
Prestações/benefícios	-	-	-	-	-	381	381
Montante	-	-	-	-	-	534.234,33	534.234,33
Sobrevivência							
Prestações/benefícios	5	-	38	55	22	-	120
Montante	11.693,86	-	213.007,59	337.411,78	137.979,00	-	700.092,23
Família							
Prestações/benefícios	214	372	5.831	7.581	3.769	3.978	21.745
Montante	64.759,82	92.746,00	1.695.874,18	2.480.556,42	1.300.560,00	1.036.810,76	6.671.307,18
TOTAL							
Prestações/benefícios	219	372	5.869	7.636	3.791	4.674	22.561
Montante	76.453,68	92.746,00	1.908.881,77	2.817.968,20	1.438.539,00	1.891.076,87	8.225.665,52

Prestações – Número de pessoas abrangidas, nos termos do Decreto-Lei n.º 223/95, de 8 de Setembro.

Benefícios – Número de pessoas abrangidas (beneficiadas) pelo IASFA.



NOTA EXPLICATIVA

No âmbito das suas atribuições, compete à Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN) velar pela rigorosa observância da legalidade e controlar a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros, tendo em vista a sua eficiência, eficácia, métodos e procedimentos de gestão, bem como a salvaguarda do interesse público.

Da análise da actividade inspectiva desenvolvida durante o ano de 2003, há a destacar os seguintes aspectos:

- A actuação conjunta das diferentes áreas de inspeção da administração dos meios humanos, materiais e financeiros;
- A diminuição e redistribuição dos recursos humanos afectos à actividade inspectiva obrigou ao cancelamento e reprogramação de algumas inspecções;
- A realização de uma acção de inspeção extraordinária, determinada por Sua Ex^a. o Ministro de Estado e da Defesa Nacional, obrigou a um esforço suplementar em relação ao que se encontrava inicialmente planeado.

Com a presente edição do Anuário, e de forma a otimizar a informação sobre a actividade desenvolvida pela IGDN, apresenta-se um conjunto de dados abrangendo quer os dados relativos ao ano em análise quer dados retrospectivos, bem como os conceitos aplicados pela IGDN.

Da análise dos dados verifica-se um desequilíbrio entre os vários Ramos das Forças Armadas e, também, entre áreas de inspeção/análise, que resulta dos seguintes factores:

- De acordo com os critérios adoptados do antecedente, as U/E/O que são avaliadas pela mesma área de inspeção, no mesmo período temporal e subordinadas ao mesmo objectivo ou segundo ciclos de inspeção, são por isso objecto de um único relatório;
- O sistema de forças e o dispositivo de cada Ramo das Forças Armadas tem a sua especificidade e particularidade. No caso do Exército, a existência de um maior número de U/E/O a inspecionar tem originado um maior peso relativo do número de acções de inspeção/análise a este Ramo.

CONCEITOS

Inspeções Gerais (IG) - Inspeções realizadas com o concurso das inspeções da administração dos meios humanos, materiais e financeiros, actuando estas conjuntamente.

Inspeções Parcelares (IP) - Inspeções parcelares abrangem apenas duas das três áreas, administração dos meios humanos, materiais ou financeiros, empenhando as duas inspeções correspondentes.

Inspeções Técnicas (IT) - As inspeções técnicas são realizadas por uma única inspeção.

Inspeção Ordinária (IO) - Inspeção programada.

Inspeção Extraordinária (IE) - Inspeção não programada.

9.1 – INSPECÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS EXECUTADAS PELA IGDN

Área	Tipo	Planeamento	U/E/O	Estrutura	N.º Inspectores	Dias de Actividade		
						Planeamento	Execução	Relatório
IAMH	IT	IO	Batalhão de Adidos	Exército	4	19	12	59
IAMH	IG	IO	Cruz Vermelha Portuguesa	MDN	4	11	38	40
IAMH	IT	IO	Regimento de Transmissões N.º 1	Exército	4	18	11	74
IAMH	IP	IO	Base Aérea N.º 4	Força Aérea	4	22	8	45
IAMH	IT	IO	Grupo de Aviação Ligeira do Exército	Exército	3	19	5	51
IAMM	IT	IO	Grupo 1 de Escolas da Armada	Marinha	3	8	8	33
IAMM	IG	IO	Cruz Vermelha Portuguesa	MDN	2	11	38	40
IAMM	IP	IO	Base Aérea N.º 4	Força Aérea	4 (a)	22	8	45
IAMM	IT	IO	Regimento de Lanceiros N.º 2	Exército	4 (b)	11	10	113
IAMM	IT	IO	Batalhão do Serviço de Transportes	Exército	4	7	11	96
IAMF	IT	IE	Polícia Judiciária Militar	MDN	3	•••	•••	•••
IAMF	IG	IO	Cruz Vermelha Portuguesa	MDN	5	11	38	40
IAMF	IT	IO	Instituto da Defesa Nacional	MDN	4	19	26	88
IAMF	IT	IO	Assistência na Doença aos Militares da Força Aérea	Força Aérea	4	58	26	192
IAMF	IT	IO	Escola Naval	Marinha	4	12	40	187
IAMF	IT	IO	Academia Militar	Exército	4	12	33	138

(a) Inclui um militar requisitado à Força Aérea

(b) Inclui um militar requisitado ao Exército

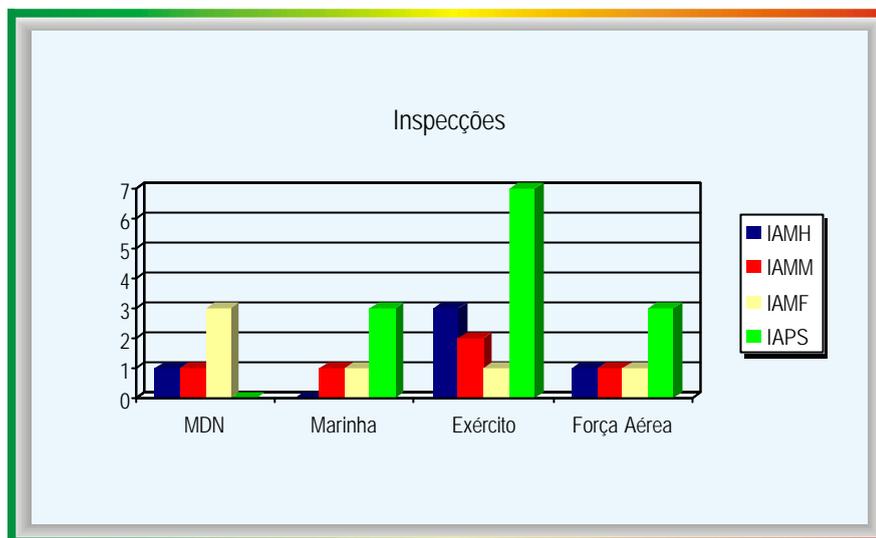
••• Dado confidencial

9.2 – INSPECÇÕES DE ANÁLISE DE PROGRAMAS E SISTEMAS EXECUTADAS PELA IGDN

Sistema	Tipo	Planeamento	U/E/O	Estrutura	N.º de Inspectores	Dias de Actividade		
						Planeamento	Execução	Relatório
ASAFA	IT	IO	Grupo 1 de Escolas da Armada	Marinha	4	31	5	99
ASAFA	IT	IO	Base Aérea N.º 1	Força Aérea	4	18	4	85
ASCSP	IT	IO	Superintendência dos Serviços de Pessoal	Marinha	5	34	4	25
ASCSP	IT	IO	Repartição de Recrutamento e Selecção	Marinha				
ASCSP	IT	IO	Comando de Pessoal da Força Aérea	Força Aérea	5	34	9	26
ASCSP	IT	IO	Centro de Recrutamento e Mobilização da F. Aérea	Força Aérea				
ASCSP	IT	IO	Direcção de Recrutamento	Exército	5	29	37	40
ASCSP	IT	IO	Centro de Recrutamento de Lisboa	Exército				
ASCSP	IT	IO	Centro de Psicologia Aplicada do Exército	Exército				
ASCSP	IT	IO	Centro de Classificação e Selecção de Lisboa	Exército				
ASCSP	IT	IO	Centro de Recrutamento do Porto	Exército				
ASCSP	IT	IO	Centro de Classificação e Selecção do Porto	Exército				
ASCSP	IT	IO	Comando de Tropas Aerotransportadas	Exército				

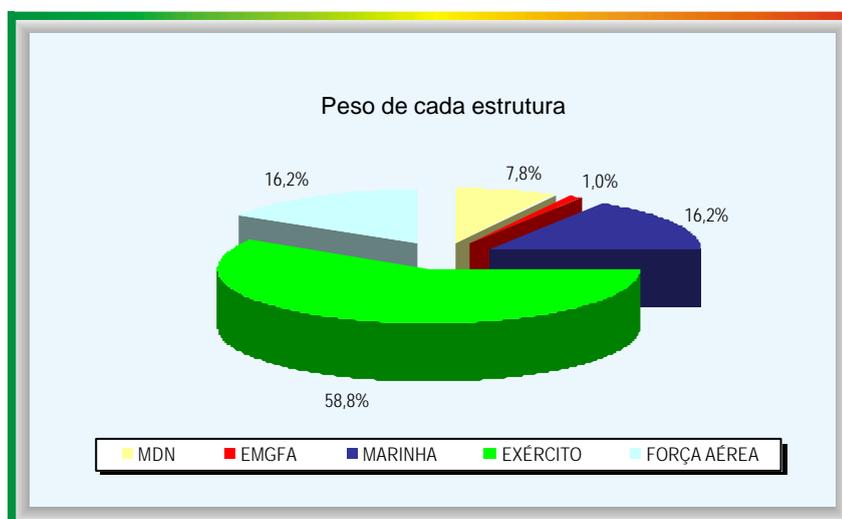
9.3 – INSPECÇÕES REALIZADAS PELA IGDN EM 2003

Área	MDN	Marinha	Exército	Força Aérea	Total
IAMH	1	-	3	1	5
IAMM	1	1	2	1	5
IAMF	3	1	1	1	6
IAPS	-	3	7	3	13
TOTAL	5	5	13	6	29



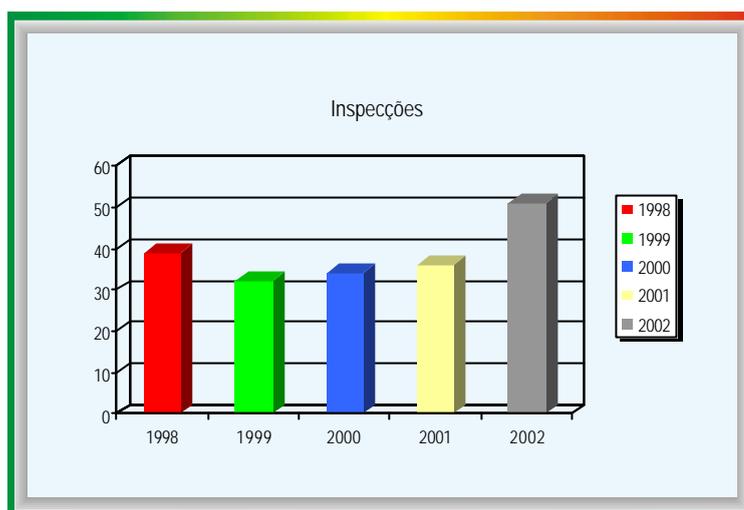
9.4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSPECÇÕES ÀS ESTRUTURAS

Estrutura	1998	1999	2000	2001	2002	Total
MDN	2	2	4	3	4	15
EMGFA	1	-	1	-	-	2
Marinha	5	8	2	2	14	31
Exército	26	17	24	22	24	113
Força Aérea	5	5	3	9	9	31
TOTAL	39	32	34	36	51	192



9.5 – NÚMERO DE INSPECÇÕES REALIZADAS NOS ÚLTIMOS ANOS

Área	1998	1999	2000	2001	2002	Total
IAMH	6	5	5	11	6	33
IAMM	-	1	1	5	7	14
IAMF	4	8	5	6	7	30
IAPS	29	18	9	14	31	101
IAMH/IAPS	-	-	14	-	-	14
TOTAL	39	32	34	36	51	192



9.6 – INSPECÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS EXECUTADAS PELOS RAMOS

Ramo	Tipo	Planeamento	U/E/O Inspeccionadas						Equipa de Inspeção (*)					U/E/O		Dias de Execução
			EM	OCAD	CmdOp	DS/DT	U/E/O		IG	EM	OCAD	CmdOp	DS/DT	OIT	SFN	
							OIT	SFN								
MARINHA (a)	IG	IP	-	-	-	-	1	-	-	5	-	-	-	-	-	15
	IO	IP	-	-	-	-	-	31	-	-	-	7	-	346	-	54
	IO	II	-	-	-	-	-	23	-	-	-	-	-	112	-	23
	IT	IP	-	1	-	-	12	10	-	13	8	-	43	-	-	64
	IT	II	1	-	-	-	3	2	-	9	-	-	9	-	-	16
EXÉRCITO	IG	IO	-	-	-	-	10	1	18	1	27	1	-	62	2	20
	IAO	IO	-	-	-	-	-	3	4	2	3	-	-	5	12	5
	IAO	IE	-	-	-	-	-	5	9	6	6	-	-	2	9	13
	IT	IO	1	11	-	-	302	22	-	-	115	-	-	476	6	415
	IT	IE	-	-	-	-	3	-	4	-	-	-	-	-	-	3
FORÇA AÉREA	IPS	IE	-	3	-	-	-	-	1	1	8	1	-	2	-	38
	IG	IO	3	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	237
	IT	IO	15	-	15	-	84	-	-	4	-	4	12	-	-	310
	VA (b)	IO	2	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	116

Os conceitos dos tipos de inspeção constam de Regulamento dos respectivos Ramos.

(*) No Exército e na Marinha está contabilizado o número de inspectores empenhados;

(a) A Marinha não criou um organismo especificamente vocacionado para funções de inspeção, estando essa responsabilidade atribuída ao Estado-Maior da Armada;

Foram realizadas 2 inspeções sectoriais técnicas a unidades que fazem parte do SAM não incluídas na tabela;

(b) Inspeções destinadas a regularizar/normalizar anomalias por corrigir decorrentes de IG e IPS.

SIGLAS / ABREVIATURAS

A	Armamento e Equipamento
A/S	Anti-submarina
A7-P	Aeronave de Combate
AAA	Artilharia Anti-Aérea
AAR	<i>Air-to-Air Refuelling</i>
ABU	Navio Balizador
ACar	Anti-carro
ACS	<i>Airspace Control System</i>
ACT	Activo
ADMA	Assistência na Doença aos Militares da Armada
ADME	Assistência na Doença aos Militares do Exército
ADMFA	Assistência na Doença aos Militares da Força Aérea
ADTA	Agrupamento de Defesa Territorial dos Açores
ADTM	Agrupamento de Defesa Territorial da Madeira
AETD	Armamentos e Equipamentos de Defesa
AEW	<i>Airborne Early Warning (Radar Picket Aircraft)</i>
AFA	Academia da Força Aérea
AFSOUTH	Comando Aliado do Sul da Europa
AG	Navio Auxiliar
Agr	Agrupamento
AGS	Navio Hidrográfico
AGSC	Navio Hidrográfico Costeiro
AJEMA	Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada de Espanha
AL III	Helicóptero Allouette III
ALFA-JET	Aeronave de Apoio Aéreo Próximo
ALFLOT	Comando Operacional da Marinha de Espanha
AM	Academia Militar
AMB	Ambiente
AMN	Autoridade Marítima Nacional
AMF(L)	<i>Ace Mobile Force Land</i>
AMSJ	Área Militar de São Jacinto
AO	Navio Tanque Reabastecedor
AP	Auto-propulsionado
Aq	Aquisição
ARCOMNAV	Área do Comando Naval
ARRC	Corpo de Reacção Rápida Aliado
ASUW	<i>Antisurface Warfare</i>
ASW	<i>Anti-Submarine Warfare</i>
BA	Base Aérea
BAAA	Bateria de Artilharia Anti-Aérea
BAAA/BMI	Bateria de Artilharia Anti-Aérea da Brigada Mecanizada Independente
BAF	<i>Belgium Air Force</i> (Força Aérea Belga)
BAI	Brigada Aerotransportada Independente
BAPSvc	Batalhão de Apoio de Serviços
BAPSvc/BMI	Batalhão de Apoio de Serviços da Brigada Mecanizada Independente
Bat	Batalhão
BDT	Brigada de Defesa Territorial
BDTc	Brigada de Defesa Territorial do Centro

BDTN	Brigada de Defesa Territorial do Norte
BI	Batalhão de Infantaria
BIAT	Batalhão de Infantaria Aerotransportado
BIMec	Batalhão de Infantaria Mecanizado
BIMoto	Batalhão de Infantaria Motorizado
BIPara	Batalhão de Infantaria Pára-quedista
BISM	Batalhão de Informações e Segurança Militar
BLD	Batalhão Ligeiro de Desembarque do Corpo de Fuzileiros
BLI	Brigada Ligeira de Intervenção
BMI	Brigada Mecanizada Independente
BSS	Batalhão do Serviço de Saúde
BT	Beneficiário Titular do IASFA
Btr	Bateria (de Artilharia)
C	Cartografia
C-130	Aeronave de Transporte
C-212	Aviocar (Aeronave de Transporte)
C-212EW	Aeronave de Guerra Electrónica
CAA	Comando Aéreo dos Açores
CACar	Companhia Anti-carro
CAD MAX HALIFAX	Comando Operacional do Canadá
CAOC 10	<i>Combined Air Operations Center 10</i>
CAt	Companhia de Atiradores
CATT	Companhia de Apoio a Transportes Táticos
Cav	Cavalaria
CCS	Companhia de Comando e Serviços
CDAM	Comando do Destacamento Aéreo da Madeira
CDT	<i>Combat Diving Team</i> (Equipa de Mergulhadores de Combate)
CE	Comunicações e Electrónica
CECLANT	<i>Commandant en Chef pour l'Atlantique</i>
CEE	Comparticipação Escolar Especial
CEE-R	Comparticipação Escolar para Reeducação
CEFDM	Comissão de Educação Física e Desporto Militar
CEM	Chefe do Estado-Maior
CEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMET	Chefe do Estado-Maior do Exército de Espanha
CEMF	COMEUROMARFOR
CEMFA	Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CEN	Comparticipação Escolar Normalizada
CEng	Companhia de Engenharia
CEOE	Companhia de Elementos de Operações Especiais
CFMTFA	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea
CFX	<i>Command Field Exercise</i>
CH CITOAP	Chefia do Centro de Instrução e Treino de Operações de Apoio à Paz
CI	Centro de Instrução
CIMIC	<i>Civil Military Cooperation</i>
CINCEASTLANT	<i>Commander-in-Chief Eastern Atlantic Area</i>
CINCIBERLANT	Comando da Área Ibero-Atlântica
CINC SOUTH	Comando Aliado do Sul
CINC SOUTH LANT	<i>Commander-in-Chief Southern Atlantic Area</i>

CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
CISM	<i>Conseil International du Sport Militaire</i> (Conselho Internacional do Desporto Militar)
CJMOA	Comando Operacional da Força Aérea de Espanha
CM	Colégio Militar
CMD	Comando
CMDT	Comandante
CMSM	Campo Militar de Santa Margarida
CMTFA	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea
CN	Comando Naval / Cartografia Náutica
CNAD	<i>Conference of National Armament's Directors</i>
CNC	Centro Nacional de Catalogação
CNPCE	Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência
COA	Comando Operacional dos Açores
COC	Comando Operacional Conjunto
COFA	Comando Operacional da Força Aérea
COFT	Comando Operacional das Forças Terrestres
COM	Comando Operacional da Madeira
COMAIRCEINT	Comando Aéreo Aliado das Forças do Centro da Europa
COMAIRNORTH	<i>Commander Allied Air Forces North Europe</i>
COMAMF(L)	<i>Commander ACE Mobile Force (Land)</i>
COMBINEX	<i>Combined Exercise</i>
COMCORPFUZMAR	Comando do Corpo de Fuzileiros
COMLANDSOUTH	Comando Terrestre Aliado das Forças do Sul da Europa
COMNAV	Comando Naval
COMNAVSOUTH	Comando Naval Aliado das Forças do Sul da Europa
Comp	Companhia
CompCmds	Companhia de Comandos
CompMortPes	Companhia de Morteiros Pesados
COMSUBMED	<i>Command Submarine Mediterranean</i>
CORG	Código de Organização
COSPAS/SARSAT	Sistema via Satélite de Busca e Salvamento de Toulouse - França
CPHM	Comissão Portuguesa de História Militar
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPX	Command Post Exercise (Exercício de Postos de Comando)
CRC	Centro de Reporte e Controlo
CSAR	<i>Combat Search Rescue</i>
CSTID	Conselho dos Sistemas e Tecnologias de Informação da Defesa
CTAT	Comando das Tropas Aerotransportadas
CTm	Companhia de Transmissões
CTP	Centro de Telecomunicações Permanentes
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
CZAA	Comando da Zona Aérea dos Açores
CZAM	Comando da Zona Aérea da Madeira
CZMAR	Comando de Zona Marítima
CZMARA	Comando da Zona Marítima dos Açores
CZMARM	Comando da Zona Marítima da Madeira
CZMA	Comando da Zona Militar dos Açores
CZMM	Comando da Zona Militar da Madeira
DAE	Destacamento de Acções Especiais do Corpo de Fuzileiros
DAMAG	Direcção de Análise e Métodos de Apoio à Gestão
DAPS	Destacamento Aéreo Porto Santo

DDG	<i>Destroyer Guided Missiles Equiped</i>
DE	Direcção de Electrotecnia
Dest	Destacamento
DestPrec	Destacamento Precursor
DF	Direcção de Faróis
DGAED	Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa
DGAM	Direcção-Geral de Autoridade Marítima
DGIE	Direcção-Geral de Infra-Estruturas
DGM	Direcção-Geral de Marinha
DGPDN	Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional
DGPRM	Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DL	Decreto-Lei
DMA	Direcção de Manutenção Aeronáutica
DN	Direcção de Navios
DOp	Departamento de Operações
DS	Direcção de Serviços
DT	Direcção Técnica
E3D	<i>Airbone Early Warning Control System (Aircraft AWACS)</i>
EC-212	Aviocar (Avião de Guerra Electrónica)
EFFA	Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas
EM	Estado-Maior
EMA	Estado-Maior da Armada
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior da Força Aérea
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EN	Escola Naval
Eng	Engenharia
EOSFN	Encargos Operacionais do Sistema de Forças Nacional
EPA	Escola Prática de Artilharia
EPAM	Escola Prática de Administração Militar
EPC	Escola Prática de Cavalaria
EPE	Escola Prática de Engenharia
EPI	Escola Prática de Infantaria
EPT	Escola Prática de Transmissões
Eq.	Equipa
ERec	Esquadrão de Reconhecimento
ESE	Escola de Sargentos do Exército
Esq	Esquadra/Esquadrão
EsqPE	Esquadrão de Polícia do Exército
EUCLID	<i>European Cooperation for the Long Term In Defence</i>
EUROFOR	<i>European Forces</i>
EUROMARFOR	<i>European Maritime Forces</i>
EXE	Exército
F16	Aeronave de Defesa Aérea
FAC	<i>Forward Air Controller</i>
FAE	Força Aérea de Espanha
FA	Forças Armadas
FAMET	Forças Aero-Móveis do Exército de Terra
FAP	Força Aérea Portuguesa
FF	Fragata

FFAH	Fragata Equipada com Mísseis e Helicópteros
FFGH	Fragata Vasco da Gama e Embarque de Helicópteros
FNC	Força Nacional Conjunta
FND	Forças Nacionais Destacadas
FOST	Comando da Flotilha de Treino da Marinha do Reino Unido
FS	Corveta
FTX	Exercício de Campo com Tropas
FZ	Fuzileiros
GABMDN	Gabinete Ministro da Defesa Nacional
GABSEDAC	Gabinete Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes
GABSEDN	Gabinete Secretário de Estado da Defesa Nacional
GAC	Grupo de Artilharia de Campanha
GAC/BMI	Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Mecanizada Independente
GALE	Grupo de Aviação Ligeira do Exército
GBAD	<i>Group Based Air Defense</i>
GCC	Grupo de Carros de Combate
GCC/BMI	Grupo de Carros de Combate da Brigada Mecanizada Independente
GE	Guerra Electrónica
GM	Geologia Marinha
GML	Governo Militar de Lisboa
GNR	Guarda Nacional Republicana
GNS	Gabinete Nacional de Segurança
H	Hidrografia
H/D	Homem/Dia
HALO HAHO	<i>High Altitude Low Opening/High Altitude High Opening</i>
HFA	Hospital da Força Aérea
HMar	Hospital da Marinha
HMB	Hospital Militar de Belém
HMP	Hospital Militar Principal
HMR1	Hospital Militar Regional n.º 1 (Porto)
HMR2	Hospital Militar Regional n.º 2 (Coimbra)
I	Instrução
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IAMF	Inspecção de Administração de Meios Financeiros
IAMH	Inspecção de Administração de Meios Humanos
IAMM	Inspecção de Administração de Meios Materiais
IAO	Inspecção de Avaliação Operacional
IASFA	Instituto de Acção Social das Forças Armadas
IBERLANT	Área Ibero-Atlântica
IC-ENC	<i>International Center for Electronic Navigation Charts</i>
ICOL	Instrução Colectiva
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IE	Inspecção Extraordinária
IEPG	<i>Independent European Programme Group</i> (composto pelos países europeus da NATO: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Turquia e Reino Unido)
IG	Inspecção Geral
IGDN	Inspecção-Geral da Defesa Nacional
IGeoE	Instituto Geográfico do Exército
IH	Instituto Hidrográfico

II	Inspeção Inopinada
IMPE	Instituto Militar dos Pupilos do Exército
Inf	Infantaria
Info	Informações
INICT	Instituto Nacional de Investigação Científica
INVITEX	<i>Invitation Exercise</i>
IO	Inspeção Ordinária
IOP	Inspeção Operacional
IP	Inspeção Parcelar
IPg	Inspeção Programada
IPS	Inspeção de Programas e Sistemas
IS/IMS	<i>International Staff/International Military Staff</i>
ISN	Instituto de Socorros a Náufragos
IT	Inspeção Técnica
JEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada de Espanha
JMOTS	<i>Joint Maritime Operational Training Staff</i>
JOINTEX	<i>Joint Exercise</i> (Exercício Conjunto)
L	Logística
LAFTM	Laboratório de Análises Fármaco Toxicológicas da Marinha
LC	Liga dos Combatentes
LCC	<i>Land Component Command</i>
LCM	Lancha de Desembarque Média
LCU/LDG	Lancha de Desembarque Grande
LDM	Lancha de Desembarque Média
LFR	Lancha de Fiscalização Rápida
LFX	<i>Live Fire Exercise</i> (Exercício de Fogos Reais)
LIVEX	<i>Live Exercise</i> (Exercício de Campo com Tropas)
LMPQF	Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
LOGEX	<i>Logistical Exercise</i> (Exercício <i>Logístico</i>)
LPM	Lei de Programação Militar
M	Máquinas
MACON	Estado-Maior Espanhol
Mar	Marinha
MD	Montante Despendido
MDN	Ministério da Defesa Nacional
Mec	Mecanizada
Mil	Militar
MM	Manutenção Militar
MNC	<i>Major NATO Command</i>
MOD U.K.	Ministério da Defesa do Reino Unido
MPA	<i>Maritime Patrol Aircraft</i>
MPA CAN	Aeronave de Patrulha Marítima Canadiana
MRCC	<i>Maritime Rescue Control Center</i>
N	Navegação
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NBQ	Nuclear, Químico e Biológico
NNA	Número Nato de Abastecimento
O	Oceanografia
Obj	Objectivo
OCAD	Órgãos Centrais de Administração e Direcção
OCE	<i>Officer Conducting the Exercise</i>

OGFE	Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento
OGMA	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico
OGME	Oficinas Gerais de Material de Engenharia
OIT	Órgãos de Implantação Territorial
OLE	Orquestra Ligeira do Exército
OMDN	Orçamento do Ministério da Defesa Nacional
OMDN-E	Orçamento da Defesa Nacional - Exército
OMDN-M	Orçamento da Defesa Nacional – Marinha
ONU	Organização das Nações Unidas
Op	Operações
OPEVAL	<i>Operational Evaluation</i>
OSC/MDN	Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional
OSE	<i>Officer Shedulling the Exercise</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P3-P	Aeronave de Patrulhamento Marítimo
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
Para	Pára-quedistas
Pat/PB	Patrulha
PBF	Patrulha Rápido
PBR	Patrulha Ribeirinho
PC	Posto de Comando
PE	Polícia do Exército
Pel	Pelotão
PelAqObjl	Pelotão de Aquisição de Objectivos
PelDefNBQ	Pelotão de Defesa Nuclear Biológico e Químico
PelMsLig	Pelotão de Misseis Ligeiros
PelPontApFlu	Pelotão de Pontes de Apoio Flutuante
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PJM	Polícia Judiciária Militar
PLRA	Patrulha de Longo Raio de Acção
PMG	Preparação Militar Geral
Prec	Precursor
PSO	<i>Peace Support Operations</i> (Operações de Apoio à Paz)
PSP	Polícia de Segurança Pública
QG	Quartel General
QP	Quadro Permanente
QPa	Quadro Permanente (activo)
QPC	Quadro de Pessoal Civil
RA	Regimento de Artilharia
RAA	Região Autónoma da Madeira
RAAA	Regimento de Artilharia Anti-Aérea
RAC	Regimento de Artilharia de Costa
RC	Regimento de Cavalaria/ Regime de Contrato
RCC	<i>Rescue Coordination Centre</i> (Centro Coordenador de Salvamento)
RE	Regimento de Engenharia
Reb	Rebocado
REF	Reforma
RES	Reserva
RG	Regimento de Guarnição
RMN	Região Militar do Norte

RMPORSMOUTH	Comando do Corpo de Fuzileiros do Reino Unido
RMS	Região Militar do Sul
RV	Regime de Voluntariado
SA-330	Helicóptero PUMA
SACEUR	Comando Supremo Aliado da Europa
SACLANT	Comando Supremo Aliado do Atlântico
SAM	Sistema de Autoridade Marítima
SAR	<i>Search And Rescue</i> (Serviço de Busca e Salvamento)
SCNP	Subsídio Complementar Normal de Pensões (concedido pelo IASFA)
SEA	Subsídio Especial de Acamados (concedido pelo IASFA)
SEAP	Subsídio Especial de Apoio a 3ª Pessoa (concedido pelo IASFA)
Sec	Secção
Seg	Segurança
SEI	Subsídio Especial de Idosos (concedido pelo IASFA)
SEIR	Subsídio Especial de Irrecuperáveis ou Incapacitados (concedido pelo IASFA)
SEL	Subsídio Especial para Lares (concedido pelo IASFA)
SEN	Serviço Efectivo Normal
SFN	Sistema de Forças Nacionais
SFOR	<i>Stabilisation Force</i>
SG/MDN	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional
SIFICAP	Sistema de Fiscalização e Controlo no Âmbito das Pescas
SIGEX	<i>Signals Exercise</i>
SI/TI	Sistemas e Tecnologias de Informação
SNB	Serviço Nacional de Bombeiros
SNBPC	Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil
SNFL	<i>Standing Naval Force Atlantic</i>
SNFM	<i>Standing Naval Force Mediterranean</i>
SNPC	Serviço Nacional de Protecção Civil
SOGA	Saltadores Operacionais de Grande Altitude
SPCAT	Sistema Português de Catalogação
SSK	Submarino
STANAG	<i>Standard Agreement</i> (Acordo de Normalização)
STANAVFORLANT	Força Permanente do Atlântico
SUBEX	<i>Submarine Exercise</i>
SYNADEX	<i>Synthetic Air Defense Exercise</i>
TACP	<i>Tactical Air Control Party</i>
Téc.	Técnico
TG	<i>Task Group</i>
Tm	Transmissões
TO	Teatro de Operações
TODCI	Técnicos de Operações de Detecção e Conduta de Intercepção
TPF	Telefone com Fios
TPO	Tirocinio para Oficial
TSF	Telefone sem Fios
UAM	Unidade Auxiliar de Marinha
UE	União Europeia
UEO	Unidades, Estabelecimentos e Órgãos
UI	Unidade Imobiliária
UN	Unidade Naval
UNMISSET	<i>United Mission Support in East Timor</i>
UU/EE/OO	Unidades, Estabelecimentos e Órgãos

WEAG	<i>Western European Armaments Group</i> (composto pelos países europeus da NATO: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Turquia e Reino Unido)
ZAA	Zona Aérea dos Açores
ZAM	Zona Aérea da Madeira
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZMARA	Zona Marítima dos Açores
ZMARM	Zona Marítima da Madeira
ZMC	Zona Marítima do Centro
ZMA	Zona Militar dos Açores
ZMM	Zona Militar da Madeira
ZMN	Zona Marítima do Norte
ZMS	Zona Marítima do Sul

ÍNDICE

	NOTA INTRODUTÓRIA	5
	SINAIS CONVENCIONAIS	6
1	ORÇAMENTO	7
1.1	Despesas da Defesa a preços correntes e constantes	12
1.2	Variação anual das despesas da Defesa	12
1.3	Despesas da Defesa, despesas públicas e PIB, a preços correntes e constantes	13
1.4	Peso das despesas da Defesa nas despesas públicas e no PIB	13
1.5	PIB por habitante e despesas da Defesa por habitante a preços correntes e constantes	14
1.6	Natureza das despesas da Defesa – Despesas globais	15
1.7	Natureza das despesas da Defesa – Serviços Centrais	17
1.8	Natureza das despesas da Defesa - EMGFA	18
1.9	Natureza das despesas da Defesa - Marinha.....	19
1.10	Natureza das despesas da Defesa - Exército.....	20
1.11	Natureza das despesas da Defesa - Força Aérea.....	21
1.12	Distribuição das despesas por capítulos do MDN	22
2	MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO	25
2.1	Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Marinha.....	31
2.2	Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Exército.....	35
2.3	Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Força Aérea	39
3	MISSÕES MILITARES DE CARÁCTER INTERNACIONAL	41
3.1	Actividade bilateral de Defesa (com excepção da África Sub-Sahariana)	43
3.1.1	Tratados, acordos, convenções e memorandos de entendimento	43
3.1.2	Programas de cooperação/actividades	44
3.1.3	Cruzeiros de investigação científica.....	48
3.1.4	Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros	48
3.1.5	Sobrevoo e aterragem – Pedidos de autorização	49

3.2	Cooperação técnico-militar	53
3.2.1	Projectos de cooperação técnico-militar com os PALOP	53
3.2.2	Despesas dos projectos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PALOP	55
3.2.3	Formação de militares dos PALOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA's.....	55
3.2.4	Despesas suportadas pelos Ramos das FA's	56
3.2.5	Formação de militares nos PALOP por tipo de curso e por Ramo das FA's.....	56
3.2.6	Assistência hospitalar em Portugal a militares dos PALOP e seus familiares e respectivas despesas	57
3.2.7	Despesas globais da cooperação técnico-militar	57
3.3	Missões de paz	58
3.3.1	Envolvimento militar de Portugal em operações de Paz	58
3.4	Missões de carácter humanitário	59
3.4.1	Apoio Militar à ajuda humanitária	59
4	RECURSOS HUMANOS	61
4.1	Pessoal	66
4.1.1	Pessoal militar.....	66
4.1.1.1	Pessoal militar, segundo regime e situação, em 31 DEZ	66
4.1.1.2	Dados retrospectivos dos últimos cinco anos.....	66
4.1.1.2.1	Militares do Quadro Permanente.....	66
4.1.1.2.2	Militares não pertencentes ao Quadro Permanente.....	68
4.1.1.3	Militares do QP, activo, quanto à efectividade de serviço	69
4.1.1.4	Distribuição hierárquica do pessoal militar	69
4.1.1.5	Estrutura etária do pessoal militar	70
4.1.1.6	Estrutura de tempo de serviço dos militares do QP, no activo.....	70
4.1.1.7	Origem geográfica dos militares	71
4.1.1.8	Distribuição por sexo de pessoal militar.....	71
4.1.1.9	Promoção de militares do QP.....	72
4.1.1.10	Pessoal militar, ingressos e saídas por categorias e formas de prestação de serviço	72
4.1.2	Pessoal militarizado.....	73
4.1.2.1	Pessoal militarizado da Defesa Nacional.....	73
4.1.3	Pessoal civil.....	74
4.1.3.1	Efectivos globais	74
4.1.3.2	Pessoal civil por grupos profissionais	74

4.1.3.3	Pessoal civil por estatuto jurídico.....	75
4.1.3.4	Pessoal civil por habilitações académicas	75
4.1.3.5	Pessoal civil por sexo	76
4.1.3.6	Estrutura etária do pessoal civil.....	76
4.1.3.7	Tempo de serviço do pessoal civil	76
4.1.3.8	Promoções de pessoal civil por grupo profissional	77
4.1.3.9	Ingressos e saídas de pessoal civil	77
4.2	Formação e treino	78
4.2.1	Institutos, academias, escolas e centros de instrução das FA's (pessoal militar, militarizado e civil)	78
4.2.2	Pessoal militar na efectividade de serviço que frequentou cursos internos	78
4.2.3	Pessoal militar que frequentou cursos no estrangeiro	78
4.3	Saúde.....	80
4.3.1	Pessoal de saúde.....	80
4.3.1.1	Médicos militares e civis	80
4.3.1.2	Farmacêuticos militares e civis	81
4.3.1.3	Técnicos de farmácia militares e civis	81
4.3.1.4	Enfermeiros militares e civis	81
4.3.1.5	Técnicos paramédicos militares e civis	81
4.3.1.6	Médicos veterinários militares e civis	82
4.3.1.7	Enfermeiros veterinários militares e civis	82
4.3.2	Hospitais militares	82
4.3.2.1	Camas, segundo o fim a que se destinam.....	82
4.3.2.2	Consultas efectuadas, por especialidades, nos hospitais militares	83
4.3.2.3	Evolução do total de consultas nos hospitais militares	84
4.3.2.4	Movimentos de internados nos hospitais militares	84
4.3.2.5	Actos de terapêutica efectuados nos hospitais militares	85
4.3.2.6	Actos de diagnóstico efectuados nos hospitais militares	85
4.3.2.7	Pessoal ao serviço nos hospitais militares	86
4.4	Assistência na doença aos militares das FA's	87
4.4.1	Evolução do número de beneficiários	87
4.4.2	Encargos com a saúde por modalidades de assistência	87
4.4.3	Evolução dos encargos com a saúde.....	87
4.5	Justiça e disciplina	90

4.5.1	Condecorações atribuídas	90
4.5.2	Processos iniciados	90
4.5.3	Punições aplicadas	91
4.5.4	Processos instruídos por indícios de prática de crimes	91
4.5.5	Agentes indiciados de prática de crimes do foro militar	92
4.6	Desporto militar	93
4.6.1	Competições militares por Ramo das FA's	93
4.6.2	Pessoal militar que participou em campeonatos nacionais das FA's.....	94
4.6.3	Pessoal militar que participou em provas internacionais militares	95
5	INFRA-ESTRUTURAS	97
5.1	Unidades imobiliárias afectas à Defesa Nacional	103
5.2	Servidões das unidades imobiliárias afectas à Defesa Nacional	103
5.3	Tipos de utilização das unidades imobiliárias.....	104
5.4	Verbas gastas com construções novas	105
5.5	Verbas gastas com grandes reparações de unidades imobiliárias	105
5.6	Classificação dos edifícios afectos à Defesa Nacional	106
5.7	Áreas atribuídas	107
5.8	Unidades imobiliárias adquiridas	108
5.9	Alienação de unidades imobiliárias afectas à Defesa Nacional	108
5.10	Alojamentos clássicos atribuídos	109
5.11	Capacidades dos quartéis e bases	109
5.12	Natureza das unidades imobiliárias.....	110
5.13	Sistemas e Tecnologias de Informação	114
5.13.1	Despesas com a aquisição e locação de bens e serviços	114
5.13.2	Existências referidas a 31 de Dezembro de 2003	116
5.13.3	Áreas informatizadas - Percentagem.....	117
5.13.4	Pessoal afecto exclusivamente às tecnologias de informação e comunicações (pessoal TIC)	119
5.13.5	Utilização da internet. Disponibilização de informação na internet.....	120
5.13.6	Presença do Organismo na internet.....	122
5.13.7	Orientação do Organismo relativamente à distribuição do acesso à internet e correio electrónico.....	123
5.14	Prémio Defesa Nacional e Ambiente	124
5.14.1	Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente.....	124
5.14.2	Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente	124

6	ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS DE DEFESA	125
6.1	Exportações e importações de material de defesa	129
6.1.1	Exportações de bens e tecnologias de defesa - Valores globais	129
6.1.2	Exportações de bens e tecnologias de defesa - Valores globais, por áreas do globo	129
6.1.3	Importações de bens e tecnologias militares - Valores globais, por áreas do globo	130
6.1.4	Comparação entre os valores das importações e exportações de bens e tecnologias militares, por áreas do globo	130
6.1.5	Comparação entre os valores das importações e exportações de materiais e tecnologias de defesa, por países agregados em organizações internacionais a que Portugal pertence	131
6.1.6	Empresas autorizadas a exercer legalmente a actividade de comércio de bens e tecnologias militares	131
6.2	Equipamentos de defesa.....	133
6.2.1	Missões e meios disponíveis - Marinha.....	133
6.2.2	Missões e meios disponíveis - Exército.....	134
6.2.3	Distribuição de equipamentos por grandes unidades - Exército	134
6.2.4	Missões e meios disponíveis - Força Aérea	135
6.3	Logística.....	136
6.3.1	Despesas com manutenção de meios e sistemas operacionais	136
6.3.2	Despesas com equipamentos e material de saúde.....	137
6.3.3	Despesas com transportes – Aquisição de veículos	137
6.3.4	Despesas com transportes - Funcionamento	137
6.4	Investigação e desenvolvimento	138
6.4.1	Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas - Marinha	138
6.4.2	Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas - Exército	139
6.4.3	Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas - Força Aérea	139
6.4.4	Financiamentos do MDN (LPM) de projectos de investigação e desenvolvimento em tecnologias de defesa (âmbito nacional e internacional)	140
6.5	Indústrias de defesa.....	141
6.5.1	Indústrias nacionais do sector das indústrias de defesa – 2002 e 2003	141
6.5.2	Indústrias nacionais com actividades ligadas a áreas da defesa - 2002 e 2003	141
6.5.3	Empresas autorizadas a exercer legalmente a actividade de indústrias de armamento e tecnologias de defesa....	142
6.6	Qualidade, normalização e catalogação	142
6.6.1	Qualidade	142
6.6.1.1	Emissão de certificados de qualidade de armamento, equipamentos e serviços de defesa	143

6.6.2	Normalização	143
6.6.2.1	Processos de acordos de normalização NATO.....	143
6.6.3	Catálogo.....	143
6.6.3.1	NNA's – Quantitativos de catalogação de artigos produzidos em Portugal e de utilização nacional ou por outros países NATO e não-NATO participantes no AC/135 (Grupo NATO da área de catalogação).....	143
6.6.3.2	CORG's – Códigos de Organização – solicitados para organizações nacionais	144
6.6.3.3	Curso geral de catalogação.....	144
7	SISTEMAS DE FORÇAS.....	145
7.1	Exercícios conjuntos e combinados - EMGFA	152
7.1.1	Exercícios e treino - Exercícios conjuntos - Exercícios realizados	152
7.1.2	Exercícios e treino - Exercícios conjuntos - Meios.....	153
7.2	Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica da Marinha	154
7.2.1	Exercícios sectoriais - Exercícios realizados	154
7.2.2	Exercícios sectoriais - Meios envolvidos.....	155
7.2.3	Exercícios combinados - Exercícios realizados	156
7.2.4	Exercícios combinados - Meios envolvidos	156
7.3	Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica do Exército	157
7.3.1	Exercícios sectoriais - Exercícios realizados	157
7.3.2	Exercícios sectoriais - Meios envolvidos.....	159
7.3.3	Exercícios combinados - Exercícios realizados	163
7.3.4	Exercícios combinados - Meios envolvidos	164
7.4	Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica da Força Aérea	164
7.4.1	Participação em exercícios sectoriais de outros Ramos - Exercícios realizados	164
7.4.2	Participação em exercícios sectoriais de outros Ramos - Meios envolvidos	165
7.4.3	Exercícios combinados - Exercícios realizados	166
7.4.4	Exercícios combinados - Meios envolvidos	166
8	APOIO SOCIAL.....	169
8.1	Beneficiários do IASFA - Distribuição por Ramo das FA's	172
8.2	Funções de protecção social - Invalidez - Subsídios	172
8.3	Funções de protecção social - Velhice - Subsídios.....	172
8.4	Funções de protecção social - Sobrevivência - Subsídios	173
8.5	Funções de protecção social - Família - Subsídios.....	173
8.6	Total de prestações/benefícios prestados e montantes despendidos por função	174

9	ACTIVIDADE INSPECTIVA	175
9.1	Inspeções da administração dos meios executadas pela IGDN	178
9.2	Inspeções de análise de programas e sistemas executadas pela IGDN.....	178
9.3	Inspeções realizadas pela IGDN em 2003.....	179
9.4	Evolução do número de inspeções às estruturas	179
9.5	Número de inspeções realizadas nos últimos anos	180
9.6	Inspeções da administração dos meios executadas pelos Ramos	180
	SIGLAS	181
	ÍNDICE	193